



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ CRISTIANO BENTO DOS SANTOS

**MIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO:
ESTUDO SOBRE A MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA DOS
MIGRANTES EM SÃO PAULO (2010 – 2023)**

Londrina
2025

JOSÉ CRISTIANO BENTO DOS SANTOS

**MIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO:
ESTUDO SOBRE A MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA DOS
MIGRANTES EM SÃO PAULO (2010 – 2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S237 Santos, José Cristiano Bento dos.
Migração negra no brasil e racismo : estudo sobre a missão paz na acolhida dos migrantes em São Paulo (2010 – 2023) / José Cristiano Bento dos Santos. - Londrina, 2025.
186 f.

Orientador: Fabio Lanza.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2025.
Inclui bibliografia.

1. igreja católica - Tese. 2. migração - Tese. 3. racismo - Tese. 4. haitianos - Tese. I. Lanza, Fabio . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

JOSÉ CRISTIANO BENTO DOS SANTOS

**MIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO:
ESTUDO SOBRE A MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA DOS
MIGRANTES EM SÃO PAULO (2010 – 2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Dr^a Líria Maria Bettiol Lanza
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Dr. José Carlos Pereira
Universidade de São Paulo - CEM
GEPHOM/EACH/USP

Dr. Ethol Exime
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Dr. Francesco Romizi
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -
FACH/UFMS

Londrina, 24 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha existência.

À minha mãe, Maria Aparecida Bento, minha raiz existencial e princípio dos primeiros passos da minha trajetória histórica, marcada por lutas e resistência.

Aos companheiros amigos(as) de turma do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, que partilharam comigo inúmeros momentos de reflexão ao longo do curso.

Ao orientador e amigo, Prof. Fábio Lanza, que me acompanhou com muita propriedade intelectual, paciência, carinho, disposição e experiência de vida, sendo sinal de esperança e modelo de comprometimento com as causas sociais, principalmente da população negra migrante.

Aos professores, José Carlos Pereira e Líria Maria Bettiol Lanza, Ethol Exime e Francesco Romizi, que aceitaram fazer parte da Banca Examinadora da minha pesquisa.

Aos professores que contribuíram para o meu crescimento intelectual.

À Missão Paz-SP, espaço de inclusão dos migrantes, instrumento religioso e político de proteção e garantia dos Direitos Humanos, principalmente na atuação de combate ao racismo.

Aos padres da Missão Paz-SP e do Arsenal da Esperança-SP, que me acolheram durante a pesquisa.

Às pessoas que participaram das entrevistas para a constituição da minha pesquisa.

RESUMO

SANTOS, José Cristiano Bento dos. **Migração negra no Brasil e racismo**: estudo sobre a missão paz na acolhida dos migrantes em São Paulo (2010 – 2023). 2025. 186 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Esta tese trouxe para o campo da Sociologia o debate sobre as contribuições sociais da Missão Paz no acolhimento aos migrantes haitianos, como meio de combate ao racismo sofrido por eles, buscando considerar as lutas antirracistas sob prismas ainda pouco estudados nas histórias oficializadas. Desta forma, aprofundaram-se estudos sobre a atuação social da Missão Paz e sobre seu trabalho educativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade religiosa, que faz trabalhos sociais junto aos migrantes na Arquidiocese de São Paulo, desde 1940. Para compreender a questão do acolhimento e o combate ao racismo, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental em fontes oficiais católicas, entrevistas semiestruturadas com integrantes da Missão Paz (religiosos, profissionais, voluntários e haitianos) e a observação de campo no período de novembro de 2022 e julho de 2023. Como resultado, foi possível identificar que, além do trabalho da pastoral de acolhimento e inserção dos migrantes na sociedade paulistana, os profissionais da organização religiosa implementaram um processo de educação que visa promover a tomada de consciência dos direitos e combater o racismo, seja entre os sujeitos atendidos ou na sua relação com a sociedade brasileira.

Palavras-chave: igreja católica; migração; racismo; haitianos; missão paz.

ABSTRACT

SANTOS, José Cristiano Bento dos. **Black migration in Brazil and racism: study on missão paz in welcoming migrants in São Paulo (2010-2023)**. 2025. 186 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

This thesis brought to the field of Sociology the debate on the social contributions of the Peace Mission in welcoming Haitian migrants, as a means of combating the racism they suffered, seeking to consider anti-racist struggles from perspectives still little studied in official histories. In this way, he deepened his studies on the social work of Missão Paz and its educational work in combating racism, particularly in the internal activities of the religious entity. The Archdiocese of São Paulo carries out social work with migrants, especially those welcomed by Missão Paz in São Paulo, a religious institution founded in 1940. To understand the issue of welcoming and combating racism, we used bibliographical and documentary research in official Catholic sources, semi-structured interviews with members of Missão Paz (religious, professionals, volunteers, and Haitians), and field observation between November 2022 and July 2023. As a result, we identified that, in addition to the pastoral work of welcoming and integrating migrants into São Paulo society, the religious organization's professionals implemented an educational process aimed at promoting awareness of rights and combating racism, both among the individuals served and in their relationship with Brazilian society.

Key-words: catholic church; migration; racism; haitians; mission peace.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
APNs	Agentes de Pastoral Negros
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CF	Campanha da Fraternidade
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONENC	Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	RELAÇÕES RACIAIS: RAÇA E RACISMO	14
2.1	Igreja Católica, instrumento racionalizado e inseparável do poder	14
2.2	Igreja e sua relação com os negros: os fundamentos do racismo	16
2.3	Raça e a construção colonial	24
2.4	Racismo	35
3	TEORIA SOBRE MIGRAÇÃO	47
3.1	Migração, um fato social completo	47
3.2	Migração, efeito da globalização	54
3.3	Trabalho, gerador do imigrante	60
3.4	Racismo e migração: processo de branqueamento da população negra	64
4	IGREJA CATÓLICA E MIGRAÇÃO	80
4.1	Diálogos católicos com a modernidade	80
4.2	Orientação do Estado do Vaticano sobre a migração nos séculos XX e XXI	85
5	APROXIMAÇÃO ENTRE IGREJA E SOCIEDADE NA LUTA CONTRA O RACISMO: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E OS AGENTES DE PASTORAL NEGROS	107
5.1	Movimentos sociais	107
5.2	Movimento Negro Unificado (MNU) e Agentes de Pastoral Negro (APNs)	110
6	A ATUAÇÃO SOCIAL DA MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA aOS MIGRANTES E SEU TRABALHO ANTIRRACISTA	124
6.1	Brasil, um dos lugares de sobrevivência para os haitianos	125

6.2	Racismo contra os migrantes negros (racismo na sociedade brasileira).....	128
6.3	Negão, tratamento racista que causa dor e exclusão dos haitianos	132
6.4	O Passado racista ainda não morreu: o “navio negreiro haitiano”.....	134
6.5	Mão de obra barata dos haitianos como resquícios da escravidão	136
6.6	Brasil, país acolhedor, não para os haitianos: mito da democracia racial.....	140
6.7	O trabalho de João Batista Scalabrini, pai e apóstolo dos migrantes.....	142
6.8	Missão Paz.....	147
6.9	Paróquia Nossa Senhora da Paz.....	149
6.10	Centro de Estudos Migratórios (CEM).....	150
6.11	Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM).....	152
6.12	Casa do Migrante (CdM)	154
6.13	Uma instituição religiosa antirracista.....	157
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167
	APÊNDICES	183
	APÊNDICE A - Roteiros para entrevista.....	184
	APÊNDICE B - Roteiro para entrevista (Colaboradores da Missão Paz)	186

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes, bem como o trabalho educativo que desenvolve no combate ao racismo, especialmente nas atividades internas da entidade religiosa, de modo particular na cidade de São Paulo. O foco central da investigação incide sobre a relação entre essa entidade religiosa e os migrantes haitianos, suas contribuições práticas como agente social antirracista, mediante suas ações políticas que combatem preconceito, violência física, moral, cultural e exploração de mão de obra em trabalho em condição análoga à escravidão, como um meio de sensibilização dos brasileiros e de inserção dos migrantes haitianos na sociedade, de modo que esse grupo étnico-racial não sofra racismo.

A pesquisa discutiu o problema do racismo e sua interferência no cotidiano dos migrantes oriundos do Haiti; analisou a relação entre a Missão Paz e os haitianos e residentes e os que já foram atendidos pela entidade religiosa; analisou também, as experiências de sociabilidade desenvolvidas pelos migrantes chegados ao Brasil entre os anos de 2010 e 2023, em especial as ações de solidariedade da Missão Paz em contraposição às dificuldades encontradas no processo de adaptação ao país de acolhimento, como o Brasil; e identificou os recursos que essa instituição religiosa utiliza em seu trabalho socioeducativo na prevenção e combate ao racismo.

Este trabalho aprofunda estudos sobre a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes e sobre seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade religiosa na cidade de São Paulo.

A migração em geral é fato social total que faz parte da humanidade e hoje assume novas e múltiplas características no contexto da chamada crise migratória. Por ser um fenômeno global, são muitos os países que estão recebendo migrantes provenientes de diferentes regiões do mundo, muitos dos quais são negros ou afrodescendentes. Nos últimos dez anos, aconteceram intensos fluxos migratórios de haitianos rumo ao Brasil em busca de melhores condições de vida.

Diante desse fato concreto, é evidente o processo de alteração nas relações sociais, visto que novos desafios estão surgindo, sobretudo, em relação ao acolhimento dos migrantes negros num contexto em que a existência do racismo no

Brasil gera inúmeras violências contra esse grupo étnico-racial estrangeiro.

Existe racismo na sociedade brasileira contra a população negra, tal fato desencadeia uma série de discriminações raciais e desigualdades socioeconômicas, principalmente contra os haitianos que sofrem violência cultural, moral, material e física. Porém, nessa mesma sociedade, existe uma entidade social que acolhe esses imigrantes, para reverter essa realidade racista: A Missão Paz.

A Missão Paz é uma entidade da Igreja Católica, instituída pelo trabalho pastoral da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz, para acolher migrantes e refugiados na cidade São Paulo, em 1940, a partir da função de quatro núcleos de atuação: Casa do Migrante (CdM), Centro de Estudos Migratórios (CEM), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) e as paróquias: Nossa Senhora da Paz, Latino Americana e Italiana.

Essa entidade católica tem um longo período de trabalho social em benefício dos direitos dos migrantes. Porém, foi a partir do ano de 2010, e principalmente no ano de 2014, que ela adquiriu visibilidade e reconhecimento sociopolítico no cenário brasileiro, por meio do acolhimento de haitianos que vieram para o Brasil, em movimento majoritariamente provocado pelo terremoto que devastou Porto Príncipe nesse mesmo ano de intensificação migratória. Por isso, o recorte temporal deste trabalho está baseado no período de 2010 a 2023.

A entidade Missão Paz como agente social contribui de maneira expressiva na mediação de conflitos ideológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e religiosos, na busca de melhores soluções de inserção dos haitianos na sociedade. Assim, busca contribuir para que esse grupo racial não sofra racismo, a partir de preconceitos, violência física, moral, cultural e exploração de sua mão de obra em trabalho em condição análoga à escravidão.

Muitos migrantes haitianos, ao chegarem ao Brasil, confrontam-se com uma estrutura social baseada na discriminação racial. Parte deles, na verdade, já viveram a terrível experiência da discriminação na República Dominicana, antes de chegarem ao Brasil.

Os haitianos encontram dificuldade com o idioma, saudade - por causa das rupturas familiares -, o preconceito e as práticas discriminatórias - por serem negros -, a exaustão pelo excessivo trabalho - consequência da exploração de sua força de trabalho. Por outro lado, há de se observar que também recebem inclusão na convivência social, hospitalidade de alguns brasileiros (as) e as melhores condições

de vida que garantam sua sobrevivência material (Gomes, 2017).

Com base em pesquisa bibliográfica e depoimentos formais de brasileiros e migrantes, é possível afirmar que a ação da Missão Paz, ao acolher os imigrantes haitianos, vai além do assistencialismo e do o agenciamento social de uma entidade religiosa que pode ser considerada um instrumento político de combate ao racismo - fenômeno que atinge também a população haitiana no Brasil. Por isso, para alcançarmos o nosso objetivo, dividimos a pesquisa em cinco capítulos.

A presente pesquisa é de natureza teórica e qualitativa. Por isso, configura-se como estudo sistemático de caso, por meio da pesquisa documental, tendo como fonte documentos da Igreja Católica e da Missão Paz. Além disso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com leitura e fichamentos de obras bibliográficas e materiais de sites, além de entrevistas qualitativas.

As entrevistas foram realizadas individualmente nas dependências da Missão Paz: Paróquia Italiana - SP, Nossa Senhora da Paz – SP, Centro de Estudos Migratórios (CEM) – SP, Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) – SP, Casa do Migrante (CdM) – SP e a Paróquia Latino Americana e Italiana – SP, seguindo todos os procedimentos éticos necessários e as normas legais vigentes - de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL).

Os participantes da pesquisa são os responsáveis (representantes) pela Missão Paz – SP, além dos haitianos atendidos pela entidade referida. Participaram da pesquisa 03 representantes da Missão Paz, 06 haitianos residentes na entidade católica e 01 voluntário da mesma instituição.

Solicitou-se a autorização para a gravação da entrevista, que foi captada por aparelho gravador de áudio. Caso não obtivesse autorização, a entrevista teria somente registros escritos das falas dos entrevistados. Os áudios foram transcritos, anexados ao trabalho e armazenados em pasta de arquivo digital (computador pessoal e *pendrive*) de forma a ser preservado o anonimato de cada pessoa entrevistada. Se houvesse entrevista somente com registros escritos de falas, o material teria também o mesmo destino dos áudios.

Foram utilizados dois roteiros flexíveis de questões, trabalhados com cada uma das pessoas (profissionais, voluntários e assistidos) que faz parte da Missão Paz – SP, local da realização das entrevistas, com amostragem de caráter qualitativo de 10 entrevistas.

Com o roteiro flexível de questões, tomou-se o cuidado de utilizá-lo apenas como um instrumento guia para focar a problemática da pesquisa. Partiu-se do princípio de Jean Poupart (2012), segundo o qual a entrevista é observada como um instrumento mediador para dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-los para compreender e interpretar suas realidades.

Percebeu-se que trabalhar com migrantes exige do pesquisador, primeiramente ganhar a confiança do objeto pesquisado, para não ser um intruso (Bourdieu, 2007). Essa observação foi visível no contato com os migrantes, pois eles não confiam de modo fácil em nenhum pesquisador ou qualquer pessoa. Isso dificulta a pesquisa.

Outro fator que dificulta a interação é a exigência de convivência com eles. Os migrantes são indivíduos em transição na Missão Paz, ou seja, não fixam residência no mesmo espaço. Assim, nessa casa acolhedora, há sempre mudança no contingente de migrantes, com mudanças constantes de pessoas, o que dificulta a realização das entrevistas com maior profundidade ou detalhamento.

A partir dos roteiros flexíveis de questões, foram feitas algumas perguntas sobre identidade pessoal, trajetória profissional, trajetória educacional, migração, trabalho da Missão Paz, sobrevivência material dos migrantes haitianos, parceria pública e privada no atendimento aos migrantes, e sobre racismo. As perguntas feitas para os entrevistados são idênticas, porém, foram realizadas de modo específico, a partir do lugar de fala de cada grupo de pessoas entrevistadas, o que resultou na constituição do último capítulo.

O segundo capítulo trabalha uma abordagem conceitual do racismo e seus fundamentos baseados na religião, analisando sua implicação histórica nas ações da Igreja Católica em relação ao negro. Essa primeira parte buscou compreender os conceitos teóricos de raça e racismo, considerando a influência do colonialismo e suas contribuições para a rejeição do negro no Brasil.

No terceiro capítulo aborda-se o conceito de migração, analisando sua implicação histórica em relação à população negra no Brasil. Para isso, apresentaram-se os conceitos teóricos de migração e branqueamento a partir das perspectivas históricas, política, econômica, social e cultural, considerando a influência da eugenia, da miscigenação, e suas contribuições para o fundamento do racismo contra o negro.

O quarto capítulo faz uma análise documental das orientações teológicas e

pastorais do Vaticano, utilizando-a como fonte principal do trabalho pastoral da Igreja Católica, para mostrar suas implicações históricas em relação aos migrantes. Nesse sentido, identificou-se, por meio de seus próprios documentos oficiais, o compromisso político do catolicismo na busca por uma cidadania plena, universal, para os migrantes receberem tratamento de igualdade e dignidade, mesmo na diferença racial, ou seja, como pessoas de direitos e deveres como todos os habitantes de qualquer país.

No quinto capítulo apresenta-se a formação e atuação social do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), no final da década de 1970 e período dos anos de 1980, analisando sua implicação histórica nas ações de combate ao racismo. Para isso, os conceitos teóricos de movimento social, movimento popular e pastoral social foram trabalhados, com base em perspectivas política e religiosa, considerando a influência na relação política entre esses dois movimentos sociais no combate ao racismo, e suas contribuições para a defesa e garantia dos direitos básicos de negros.

No sexto capítulo, pretendeu-se fazer uma análise da atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes e sobre seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade religiosa. A partir da pesquisa de campo, materializada na narrativa de pessoas que trabalham profissionalmente nessa instituição religiosa e de relatos de pessoas migrantes (haitianos), que são assistidas por ela, buscou-se compreender as consequências do trabalho pastoral da Missão Paz na vida dos haitianos e possíveis impactos na sociedade. Para essa análise, abordam-se temas e conceitos teóricos tratados nos quatro primeiros capítulos.

2 RELAÇÕES RACIAIS: RAÇA E RACISMO

2.1 IGREJA CATÓLICA, INSTRUMENTO RACIONALIZADO E INSEPARÁVEL DO PODER

O presente capítulo faz uma abordagem conceitual do racismo, com a pretensão de analisar sua implicação histórica nas ações da Igreja Católica em relação à população negra. Por isso, buscou-se compreender os conceitos teóricos de raça e racismo a partir das perspectivas individual, institucional e estrutural, levando em consideração a influência colonialista e suas contribuições para a rejeição do negro no Brasil.

É evidente que o conhecimento sociológico, em sua gênese, está vinculado aos questionamentos da materialização do papel da religião nas sociedades ocidentais. Elemento imprescindível para a compreensão da sociedade moderna, a qual proporcionou o nascimento da sociologia das religiões. De fato, historicamente,

[...] a sociologia das religiões nasceu, efetivamente, no âmago das questões sociológicas sobre a modernidade e todos os grandes fundadores da disciplina (a começar por Durkheim e Weber) propuseram uma análise sociológica dos fenômenos religiosos. No centro de sua investigação: a sociedade moderna e as mudanças profundas que afetaram o religioso (Willaime, 2012, p. 13-14).

A partir dessa perspectiva, o conceito de religião e outros elementos que a envolvem serão trabalhados nesta pesquisa, com auxílio do pensamento sociologicamente weberiano, como referencial teórico-analítico que revela que a religião é um modo específico de agir em comunidade, que determina o comportamento dos indivíduos, cuja atividade religiosa consiste em orientar as relações estabelecidas entre os poderes sobrenaturais e os homens. Nesse sentido, afirma Weber:

A ação religiosa ou magicamente motivada, em sua existência primordial, está orientada para este mundo [...], para que vás muito bem e vivas muitos anos sobre a face da Terra [...]. A ação religiosa ou magicamente motivada é, ademais, precisamente em sua forma primordial, uma ação racional, pelo menos relativamente: ainda que não seja necessariamente uma ação orientada por meios e fins, orienta-se, pelo menos, pelas regras da experiência [...]. A ação ou o pensamento religioso ou "mágico" não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica (Weber, 2014, p. 279).

Percebe-se que a religião é utilizada como um instrumento racionalizado e inseparável do poder, e opera simbioticamente para estruturar o fundamento da dominação espiritual, de modo racional por meio de crenças e ritos sagrados (Weber, 2014). O funcionamento desses elementos da religião é executado pela Igreja Católica, espaço religioso e institucionalizado por causa de seu “caráter de instituição” (Weber, 2014, p. 34). Por isso, para resumir as deduções em relação ao poder simbólico e identificar elementos que contribuam para a vida social, é preciso considerar a Igreja e a religião como esferas consubstancialmente indissociáveis, com estratégias de poder, que faz dessa união substancial uma associação de dominação.

A dominação espiritual da Igreja Católica é o exercício do controle e domínio dos bens simbólicos. Exerce, portanto, o poder de concedê-los e de negá-los às pessoas (que aderem à fé católica), variando de acordo com comportamento moral de cada uma delas, como expressão do arbítrio gerencial, que a faz ser uma empresa hierocrática.

Esse caráter da Igreja é compreendido como espaço físico de visibilidade institucional dentro de território estabelecido. Isso revela que o poder religioso faz parte de um sistema de dominação territorial, materializando-se na Igreja Católica, através da articulação territorial, dividido entre arquidioceses, dioceses, paróquias e capelas, como associação hierocrática¹. Seu governo é exercido por religiosos em um espaço, geograficamente delimitado pela própria instituição sagrada, denominada paróquia, governada por um sacerdote (padre). Assim,

[...] a Igreja é [...] uma organização homogênea racional, com direção monárquica e controle centralizado da devoção, isto é, de que ao lado do deus pessoal supramundano encontrava-se também um regente intramundano dotado com poder imenso e a capacidade de regulamentar ativamente a vida (Weber, 2014, p. 373).

As instituições, como a Igreja Católica, se estruturam concretamente em uma mesma racionalidade burocrática que é compreendida, a partir de seus resultados, como processo de especialização científica e particular diferenciação da técnica, elemento da racionalidade solidificada na organização material, política e

¹ Refere Max Weber: “[...] de acordo com a tendência normal da instituição eclesiástica, esta se caracteriza por dominação territorial hierocrática e articulação territorial (em paróquias), sendo uma questão de cada caso particular a de quais sejam os meios adequados para dar força a essa pretensão de monopólio” (Weber, 2014, p. 35).

econômica, para atingir maior eficiência e máximo rendimento operacional produtivo (Weber, 2014).

A burocracia como categoria central expressa a forma mais evidente de seu tipo ideal, que é a dominação racional-legal: “A crença na legitimidade das ordens determinadas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação legal” (Weber, 2014, p. 141).

A análise feita da Igreja Católica como um instrumento racionalizado e inseparável do poder, que opera simbioticamente para estruturar o fundamento da dominação dos indivíduos por meio de ritos sagrados, revelou suas contradições históricas em relação às questões raciais. Nesse sentido, a mesma instituição religiosa como mentora ideológica da sociedade e cúmplice do Estado colaborou para a manutenção e reprodução do racismo, por meio de uma teologia² instrumentalizada para legitimar, durante séculos, a escravidão do negro.

Portanto, a Igreja Católica é uma instituição e como qualquer outra reproduz as condições para a manutenção da ordem estabelecida como mecanismo condicionado por uma estrutura social. Por isso, pode-se destacar outro tipo de racismo, o estrutural, materializado na Economia, no Direito e na Política. O racismo institucional torna-se parte dessa mesma estrutura, uma vez que todas as instituições são ferramentas concretas de uma estrutura social (Weber, 2014).

2.2 IGREJA E SUA RELAÇÃO COM OS NEGROS: OS FUNDAMENTOS DO RACISMO

A abordagem teórica do racismo permite a realização de uma leitura crítica das ações da Igreja Católica em relação ao negro na tentativa de compreender os mecanismos que essa instituição religiosa utilizou a fim de contribuir para a manutenção do racismo. Pode-se começar pela interpretação bíblica, teologicamente tendenciosa, que teve como consequência o processo de inferiorização da população negra, através de sua demonização, como justificativa da escravidão.

² Sobre a teologia explicam João Batista Libanio e Afonso Murad: “[...] o termo teologia compõe-se etimologicamente de dois termos, que lhe definem já grandemente a natureza: Theós + logía = Deus + ciência. No centro está Deus, seu objeto principal. Qualquer reflexão teológica refere-se de alguma maneira a Deus. Ao determinar-se mais exatamente o estatuto teórico, ver-se-á como tal referência se produz. Teologia tem a ver com “logia”, com palavra, com saber, com ciência. Coloca-se Deus em discurso humano. Etimologicamente, significa um “discurso, um saber, uma palavra, uma ciência de ou sobre Deus” (Libanio; Murad, 1996, p. 63).

Como afirmam Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein: “não há racismo sem teorias”, por isso, “é inútil se perguntar se as teorias racistas são, sobretudo, das elites ou das massas, das classes dominantes ou das classes dominadas” (Balibar; Wallerstein, 2021, p. 52-53).

Segundo Lia Vainer Schucman, “o racismo tem sua gênese histórica no mundo antigo e sua base é um dado universal inegável: o fenótipo” (Schucman, 2020, p. 79). Por isso, a Igreja Católica, para justificar o racismo, materializado na escravidão contra os africanos, recorreu à narrativa do texto bíblico, *Gênesis*, primeiro livro do Antigo Testamento. O texto narra a maldição de Noé sobre seu filho *Cam*³, considerado pai da população negra, pessoas da pele escura (Silva, 1997).

Segundo a interpretação teológica dessa narrativa religiosa, os africanos são descendentes de *Cam*, o filho de *Noé* amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez quando jazia embriagado, após tomar vinho do fruto da videira. De fato, a visão bíblica do cristianismo dos séculos passados afirmava que,

[...] até o fim do século XVII, a explicação dos “outros” passava pela Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação. A península ibérica constitui nos séculos XVI-XVII o palco principal dos debates sobre esse assunto. Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que eram também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens representantes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todos considerado como representante da raça negra. Mas o índio permanecia ainda um incógnito, pois não foi incluído entre os três personagens representando semitas, brancos e negros, até que os teólogos encontraram argumentos derivados da própria bíblia para demonstrar que ele também era descendente do Adão (Munanga, 2003, p. 2).

A mentalidade do catolicismo brasileiro, influenciado pela concepção europeia de religião, ideologicamente se autodenominava um território sagrado para a recuperação da graça divina para a população negra que habitava o continente africano, lugar geograficamente demonizado pelo cristianismo. Por isso, no

³ Texto bíblico: Ora, os filhos de Noé, que saíram da arca, foram Sem, Cam e Jafé; e Cam é o pai de Canaã. Estes três foram os filhos de Noé; e destes foi povoada toda a terra. E começou Noé a cultivar a terra e plantou uma vinha. Bebeu do vinho, e embriagou-se; e achava-se nu dentro da sua tenda. E Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai, e contou a seus dois irmãos que estavam fora. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e puseram-na sobre os seus ombros, e andando virados para trás, cobriram a nudez de seu pai, tendo os rostos virados, de maneira que não viram a nudez de seu pai. Despertado que foi Noé do seu vinho, soube o que seu filho mais moço lhe fizera; e disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos será de seus irmãos. Disse mais: Bendito seja o Senhor, o Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. Alargue Deus a Jafé, e habite Jafé nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo (Gn 9, 18-27).

pensamento do Antônio Vieira⁴, a transferência dos negros para o Brasil, embora como escravos, foi uma bênção de Deus (Nascimento, 2017).

Essa mentalidade instalada no funcionamento do cristianismo fez a Igreja Católica do século V proporcionar um processo de desumanização das populações africanas, por meio de dispositivos religiosos que construíram a imagem dessas pessoas associada ao demônio, como método demonização do “diferente” (Souza, 2002).

A perspectiva de demonização do negro é legitimada nas narrativas de alguns santos católicos, que são, culturalmente, referências de virtude e de moral e tiveram influência no pensamento da Igreja. Por isso, para ilustrar melhor esse pensamento, Laura de Mello Souza analisa as narrativas de dois religiosos, sobre a demonização do negro com a seguinte afirmação:

São Bento de Palermo, por exemplo, suplicou a Deus que o fizesse hediondo a fim de não sucumbir às mulheres. Deus o transformou em negro, foi desta forma que ele tornou-se São Bento, o mouro. E ser negro poderia ser sedutor: “João Cassiano, monge do século V e autor de um dos manuscritos mais antigos e mais lidos sobre os Padres da Igreja, descreve como sujeito à tentação, um eremita atormentado pelo diabo disfarçado em uma ‘mulher negra, impudica e lasciva (Souza, 2002, p. 4).

Fica evidente nessa análise que a Igreja definiu o negro como signo do mal e da depravação humana. Assim, o catolicismo medieval justificou, por meio da Bíblia, a origem e o motivo de os negros terem a pele escura. A partir de discursos de ordem teológica, transformaram a escravidão numa realidade própria da condição humana de uma população negra, marcada pelo pecado de Adão e de sua geração⁵.

A interpretação teológica da Igreja Católica sobre o texto de *Gênesis* definiu as populações africanas como descendentes de *Caim*, como pessoas que trouxeram no corpo o sinal da maldição divina imposta ao primeiro homicida do Antigo Testamento, segundo a narrativa bíblica. Dessa forma, compreende-se que, Deus ao amaldiçoar Caim, assassínio de seu irmão Abel, lhe impôs um signo em seu corpo,

⁴Antônio Vieira aos africanos trazidos para o Brasil: “Oh! ‘Se a gente preta tirada das entranhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceu bem quanto deve a Deus, e à Santíssima Mãe, por este que pode parecer desterro, cativo, desgraça, não é senão milagre, e grande milagre” (Vainfas, 1986, p. 97).

⁵Afirma Jorge Benci: “Sendo o gênero humano livre por natureza, e senhor não somente de si, senão também de todas as mais criaturas [...] chegasse grande parte dele a cair na servidão e cativo, ficando uns senhores e outros servos, foi sem dúvida um dos efeitos do pecado original dos nossos primeiros pais Adão e Eva, donde se originaram todos os nossos males” (Benci, 1977, p. 47).

para que não fosse morto e vivesse continuamente expiando o seu próprio crime. No imaginário popular, as populações negras passaram a ser identificadas como raça maldita de Caim, sendo a cor de sua pele aquele signo imposto pelo próprio Deus.

As narrativas da construção social e histórica da civilização ocidental estão fundamentadas na visão de mundo dos europeus, a qual tem uma forte influência em determinar a concepção de mundo e de humano, a partir de um paradigma predominantemente hegemônico. Uma construção que, segundo Darcy Ribeiro, “lhes permitiu colorir o mundo com suas cores étnicas e linguísticas, induzindo todos a pensar que a civilização era uma façanha do homem branco, europeu, ocidental e cristão” (Ribeiro, 1979, p. 31).

A concepção europeia sobre a imagem das populações negras foi relacionada à existência de seres fantásticos construídos pelas narrativas fabulosas da Idade Média que imaginava os outros povos de outras culturas como humanidade de indivíduos fantasmagóricos. De fato, os habitantes das terras longínquas,

[...] que os europeus acreditavam serem fantásticas, constituíam uma outra humanidade, fantástica também, e monstruosa. Conforme ocorreram as grandes descobertas, foram elas migrando da Índia à Etiópia, à Escandinávia e finalmente à América (Souza, 2002, p. 4).

Para o pensamento da Igreja medieval, as populações deveriam ser retiradas do continente africano, porque eram “propriedades” do demônio, para serem introduzidas como escravas no Brasil, país religiosamente cristão, para alcançarem a garantia da salvação da alma. Essa narrativa marcou a história da atuação Igreja Católica na sociedade brasileira, durante o período da escravidão negra.

Essa interpretação teológica das populações negras africanas, como seres monstruosos, pode ser analisada a partir da religião, como um “sistema de imagens alucinatórias” (Durkheim, 2003), que, pela ação prestigiosa da linguagem, se transforma em “concepções extravagantes” (Durkheim, 2003) manipuladoras da verdade. Nesse quadro, o pensamento religioso

[...] só entra em contato com a realidade para cobri-la em seguida com um véu espesso, que dissimula suas formas verdadeiras; esse véu é o tecido de crenças fabulosas que a mitologia produz. Portanto, o crente vive, como o delirante, num meio povoado de seres e coisas que têm apenas uma existência verbal (Durkheim, 2003, p. 72).

Segundo Antônio Aparecido da Silva (1968), na perspectiva teológica desse tipo de catolicismo, não faltavam aqueles religiosos que apregoavam a desumanização das populações negras, demonizando-as por habitarem um território considerado ausente de divindade cristã.

A visão da Igreja Católica ocidental tornou-se referencial ideológica de verdade e religião, de fé, moral, política e ciência, o que contribuiu para a manutenção da mentalidade e das práticas racistas que se enraizaram no plano cultural, ao longo da história ocidental (Ribeiro, 1979).

O pensamento religioso foi hegemônico na concepção de mundo no período medieval. Por isso o catolicismo teve influência paradigmática e universal na construção das ideias ocidentais. Pois a Igreja Católica, mesmo com a perda da hegemonia no período moderno, ainda serviu de instrumento ideológico para sustentar as desigualdades raciais, a partir da legitimação da escravidão. Explica Munanga:

Com efeito, até o século XVIII as desigualdades sociais eram justificadas a partir de um sistema ideológico fundamentado nas ideias religiosas. A partir do século das luzes, o progresso humano, a perfectibilidade não está mais nas mãos de Deus, mas sim nas mãos do próprio homem, graças ao desenvolvimento da razão. Um dispositivo intelectual foi desenvolvido, dividindo a espécie humana em raças desiguais (branca, amarela e negra) e confiando à raça branca, dita superior, a missão de unificar o mundo de acordo com seus valores. Observar-se-á como esse discurso pseudocientífico vai se juntar a explicação religiosa para justificar e legitimar a escravidão, e mais tarde, também, a colonização que garantirá o desenvolvimento industrial da Europa que começa no século XIX (Munanga, 1990, p. 111).

Essas desigualdades sociais mencionadas, justificadas pelas ideias religiosas, pregadas pelo catolicismo medieval podem ser analisadas como uma participação economicamente ativa da Igreja Católica no tráfico de populações da África, vendidas como escravas para serem instrumentos domésticos nos serviços manuais da sociedade brasileira. Esse comércio de pessoas era realizado por religiosos como jesuítas, que

[...] traficavam escravos para suas fazendas ou colégios no Brasil e em Portugal. Em 1659, possuíam em Angola em reserva numerosa de escravos para serem transportados para os dois países. Eram isentos de taxas alfandegárias, o que causava inveja nos outros traficantes. Se os religiosos tratavam o negro como mercadoria, o que se poderia esperar dos comerciantes? (Besen, 2012, p. 68).

Esse funcionamento socioeconômico e cultural, desde a origem do Brasil colonial foi significativamente influenciado pelo discurso teológico da Igreja Católica, a qual, em colaboração direta com o Estado, formou uma ideologia escravagista. Isso conferiu legitimidade ao sistema, que segundo José Artulino Besen, perdurou por 300 anos de apropriação das populações negras, principalmente como sua força de trabalho, a garantia da manutenção econômica do país (Besen, 2012).

Essa relação comercial do catolicismo brasileiro reduziu as populações africanas a “um reservatório humano apropriado, com um mínimo de gastos de risco. Assim, o tráfico [...] dos escravizados negros tornou-se uma necessidade econômica antes da aparição da máquina (Revolução Industrial)” (Munanga, 2020, p. 21).

A colaboração da Igreja Católica com a ideologia escravagista é interpretada como relação política de interesses econômicos, e de cumplicidade entre o catolicismo institucional e o Estado. Um acordo sociopolítico que possibilitou a construção de mecanismos de controle e manipulação das populações negras que foram escravizados.

Abdias Nascimento analisa essa parceria histórica entre poder religioso e poder político secular na manutenção ideológica da exploração da mão de obra das populações negras, para o alcance de fins econômicos da Igreja e do Estado, com a seguinte afirmação crítica:

O papel da Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em total brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro (Nascimento, 2017, p. 62).

O catolicismo brasileiro desse período, século XVII, construiu uma aliança política e econômica entre os padres jesuítas e o poder colonizador, visto que o catolicismo, por meio desses missionários, tornou sólido o sistema escravocrata, a partir de pregações religiosas, como fez padre Antônio Vieira ao falar para os escravos na Bahia, em 1633:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos [...] porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar (Nascimento, 2017, p. 62).

Essa história da atuação dos jesuítas no Brasil pode ser representada pelo padre Antônio Vieira, pois ele revela que a Igreja utilizou o discurso religioso como elemento fundamental para a manutenção do sistema escravocrata no fortalecimento da dominação dos brancos sobre os negros, e a submissão dos negros aos brancos. Essa observação é identificada nos sermões do religioso, que fez de suas pregações narrativas construtoras de um discurso racista, a serviço dos senhores escravocratas (Nascimento, 2017).

Apesar de ter sido parte do sistema político, que ratificava a escravidão, a Igreja era vista como elemento positivo para a população negra, principalmente o batismo imposto pela instituição católica. Essa visão foi basicamente o legado do mundo antigo no que diz respeito aos preceitos religiosos legitimadores do racismo.

Durante esse período de escravidão negra, os religiosos pregaram o mito da humanização do escravo pelo catolicismo, por meio da recepção do batismo⁶, como processo religioso de purificação e erradicação da raça. O rito do batismo foi um fenômeno simbólico utilizado para a negação da cultura africana e penetração da cultura europeia nas populações negras escravizadas, sendo uma de suas finalidades deixar o negro mais próximo do branco.

É possível identificar nessa ação de imposição do batismo sobre as populações negras, como concretização ou materialização de uma prática racista de pessoas brancas, sobre corpos negros escravizados, vítimas de um sistema religioso legitimador do racismo. De fato, nessa práxis do catolicismo,

[...] o racismo é óbvio implícito e explícito no conceito dessas águas místicas que tornariam o africano num branco-europeu, estado considerado pela igreja como limpo e patentemente superior ao negro-africano, imediatamente destrói certas alegações de que o cristianismo e, especialmente, o catolicismo, eram inocentes neste assunto de racismo (Nascimento, 2017, p. 64).

A água utilizada pela Igreja Católica na realização do rito do batismo tem um significado místico nas narrativas da cosmogonia, do mito, do ritual e da iconografia, desempenhando a mesma função, qualquer que seja a estrutura dos conjuntos

⁶ Para a Igreja Católica: batizar significa “imersão” na água. O que é batizado é imerso na morte de Cristo e ressurgem com Ele como “nova criatura” (2Cor 5,17). Chama-se também “banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo” (Tt 3,5) e “iluminação”, porque o batizado se torna “filho da luz” O Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 1983, n. 252.

culturais nos quais se encontram⁷. Por isso, o contato com as águas do batismo que implica a regeneração do indivíduo, indicando um “novo nascimento” (Nascimento, 2017) é como um processo de branqueamento do negro.

De acordo com Abdias Nascimento (2017), a apologia desse branqueamento, ou do “embranquecimento”, tem como ponto de partida o fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, o negro e seus descendentes transmutariam racialmente e ficariam progressivamente mais brancos a cada nova geração.

É evidente que, a imposição do batismo realizada pela Igreja Católica à população negra ao longo da história do cristianismo no Brasil, tornou-se um mecanismo, religiosamente poderoso para dominar, política e economicamente o negro, biblicamente em sua constituição tripartida: “Corpo, alma e espírito” (I Tessalonicenses 5,23). Nessa mesma linha de raciocínio, afirma Nascimento:

Para manter uma completa submissão do africano, o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas também seu espírito. Para atingir este objetivo se batizava compulsoriamente o africano escravizado, e a Igreja Católica exercia sua catequese e proselitismo à sombra do poder armado (Nascimento, 2017, p. 134).

A própria Igreja, como outras instituições, tem suas contradições históricas e, quanto às relações raciais, esse mesmo segmento religioso colaborou para a sustentação do racismo contra a população negra, principalmente no período da escravidão (Nascimento, 2017).

A bibliografia utilizada para trabalhar a temática sobre a relação da Igreja Católica e a população negra nos séculos anteriores revela que, ao longo da história, o catolicismo como mentor ideológico da sociedade ocidental, utilizou a religião para demonizar vida e escravizar corpos, principalmente os corpos negros. Isso revela que “a realidade da desumanização do povo negro é aquela que não há

⁷ Para Mercea Eliade, elas precedem qualquer forma e suportam qualquer criação. Afirma o autor: A imersão na água simboliza o regresso ao pré-formal, a regeneração total, um novo nascimento, porque uma imersão equivale a uma dissolução das formas, a uma reintegração no modo indiferenciado da preexistência; e a emersão das águas repete o gesto cosmogônico da manifestação formal. O contato com a água implica sempre a regeneração: por um lado à dissolução se segue um “novo nascimento”; por outro, porque a imersão fertiliza e aumenta o potencial de vida da criação. A água confere um “novo nascimento” por um ritual iniciático, ela cura por um ritual mágico, ela assegura o renascimento post-mortem por rituais funerários. Incorporando nela todas as virtualidades, a água torna-se um símbolo de vida (a “água viva”). Rica em germes, ela fecunda a terra, os animais, a mulher (Eliade, 2002, p. 153-154).

palavras adequadas para simbolizar” (Kilomba, 2020, p. 214).

Porém, essa realidade desumanizadora do negro tem como ponto de partida a concepção de raça que, amparada pela gramática católica, tem sido na história da humanidade o principal fundamento da naturalização das relações coloniais de dominação.

2.3 RAÇA E A CONSTRUÇÃO COLONIAL

As temáticas raça e racismo “são, ao final das contas, forças excessivamente complicadas” (Diangelo, 2018, p. 13), porque toda “discriminação baseada na raça equivale a outras formas de discriminação” (Theodoro, 2022, p. 43), concretamente racistas. Desse modo, para discutir a problemática do racismo, é imprescindível, primeiramente analisar sua origem conceitual e metodológica a partir do termo “raça”, “um conceito ideológico gerado na Europa” (Arendt, 1989, p. 216). Isso porque, constata-se teoricamente que,

[...] já na primeira onda de verdadeira globalização da história, quando as grandes descobertas de portugueses e espanhóis abrem o planeta inteiro para a dominação europeia, temos a necessidade da primeira formulação de um racismo global como doutrina (Souza, 2021, p. 137).

De fato, “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (Almeida, S., 2018, p. 24). Por isso, raça é uma categoria de análise sociopolítica que nas relações sociais divide, hierarquiza e diferencia as pessoas no campo simbólico, cultural e material, porque “devido ao imperialismo europeu, os povos do mundo passaram a ser classificados em linhagem raciais” (Alexander, 2017, p. 62). Por conseguinte, as discussões sobre raças

[...] na cultura ocidental emergiram como resultado das grandes viagens e “descobertas” do século XV, pois foi desses encontros entre a “civilização” europeia e os índios americanos, os negros africanos e os asiáticos que surgiu a necessidade de classificar e definir o que era e quem era a humanidade (Schucman, 2020, p. 75).

A terminologia raça funciona como uma categoria sociopolítica de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Essa concepção de dominação justifica-se de modo social, cultural, histórico e

politicamente, porque raça é uma construção ideológica, como afirma de maneira categórica, o antropólogo Kabengele Munanga:

Podemos observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnossemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (Munanga, 2000, p. 22).

Nas ciências naturais, está o substrato etimológico da palavra raça e a aplicabilidade do termo, na classificação das espécies animais e vegetais. Munanga explica:

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais (Munanga, 2003).

O conceito raça tem sua dimensão semântica, seu campo temporal e espacial, visto que, no latim medieval do século XVII, designava a descendência, e também, a linhagem fazendo referência a um grupo de pessoas com uma ancestralidade comum, pelo fato de possuírem características físicas em comum (Munanga, 2003).

Nessa mesma linha de raciocínio da temática racial como transmissão de características comuns entre as pessoas, diz Antônio Sérgio Guimarães: “Raças são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc., pelo sangue” (Guimarães, 2003, p. 96). Desse modo, raça torna-se

[...] uma constelação de especificidades culturais transmitidas de geração em geração pelo fato de elas perpetuarem modos de vida e estruturas afetivas e mentais específicas numa sociedade. Raça superior é então aquela que tem e exporta a cultura superior, a civilização. As outras raças são julgadas inferiores em função de sua distância em relação a esta civilização, e de sua maior ou menor capacidade de assimilá-la. A diferença racial reside aqui nas diferenças culturais, tornadas absolutas (Castel, 2011, p. 88).

Raça surge historicamente a partir do século XVII, como um elemento

classificatório da diversidade humana, por meio da identificação de cada grupo revelada no físico, espaço de análise racial. Por isso, como ponto de partida dessa problemática histórica,

[...] em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como os conceitos de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (Munanga, 2003).

É possível demonstrar, a partir das ciências sociais, que houve ao longo da história, um processo de mutação semiótica na utilização do termo raça. De fato, autores como Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Kabengele Munanga e Lilia Mortitz Schwarcz demonstram em seus estudos que o século XVIII, período de ascensão da filosofia iluminista, com ênfase na racionalidade, contestou o monopólio do conhecimento e da explicação do conceito raça, que estava concentrado nas mãos da Igreja e do poder da monarquia da Idade Média.

Nesse mesmo período histórico de estudos sobre raça, a cor da pele foi utilizada como instrumento de referencial categórico de classificação das pessoas por meio de características físicas, maneira de reconhecimento e definição dos diversos grupos raciais, como explica Munanga:

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. É justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. (Munanga, 2004).

Segundo Guimarães (2009), Munanga (2006) e Schwarcz (1996), houve também nesses estudos sobre raça, recusa em aceitar, hegemonicamente, uma interpretação da humanidade definida nesse período e recolocando em debate, a

partir da razão, a categoria raça numa perspectiva das ciências naturais. Com isso, abre-se caminho ao nascimento de uma nova abordagem teórica, denominada História Natural da Humanidade, transformada, posteriormente, em Biologia e Antropologia Física.

A análise histórica da visão teórica sobre raça e humanidade compreendidas pela sociedade da época do período do século XV ao século XVIII é resultado da reflexão da Igreja Católica, instituição religiosa que mantinha a hegemonia do pensamento nesse momento histórico. Dessa forma, a Igreja como mentora ideológica pregava por meio do pensamento teológico que todas as pessoas consideradas descendentes de Adão eram definidas como parte da humanidade (Munanga, 2004).

Essa visão teológica da Igreja foi denominada de *monogenista*, uma epistemologia religiosa que predominou até o século XIX, com o discurso de afirmação na universalidade de única espécie humana, ou seja, uma única e exclusiva humanidade. Explica Schwarcz:

A visão *monogenista* congregou a maior parte dos pensadores que, conforme as escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era uma. O homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto da maior degeneração ou perfeição do Éden (Schwarcz, 1993, p. 64).

O desafio da época era pensar a origem da humanidade: uma narrativa que desse conta da produção inicial da pessoa, enquanto ser pessoal e social. Por isso, segundo Schwarcz surge outra corrente ideológica denominada poligenismo, como contraponto teórico ao pensamento religioso sustentado pelo monogenismo. Afirma essa autora:

A partir de meados do século XIX a hipótese poligenista transformava-se em uma alternativa plausível, em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e sobretudo diante da contestação ao dogma monogenista da Igreja. Partiam esses autores da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas (Schwarcz, 1993, p. 64).

Na visão de Schwarcz, essa versão teórica da origem da humanidade construída pela corrente poligenista fortalece ideologicamente a interpretação da pessoa a partir de características biológicas, como ponto de partir da análise do comportamento humano, que passa a ser amplamente aceito como consequência

ou resultado imediato de um sistema leis biológicas e naturais (Schwarcz, 1993).

Segundo Munanga, nesse período, como fundamento do critério da cor, a visão poligenista acrescentou também os “critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação” (Munanga, 2004). Explica o autor: “O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos ‘nórdicos’, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos” (Munanga, 2004).

Para dar conta dessa interpretação baseada em critérios morfológicos, os adeptos do pensamento poligenistas criaram outros mecanismos teóricos, como a *frenologia* e a *antropometria* - teorias que interpretavam a capacidade e potencialidade humanas a partir do tamanho e proporção do cérebro da diversidade de povos; a *craniologia* técnica - que fazia a medição do índice cefálico e estudos quantitativos em relação à variedade de cérebro humano; e antropologia criminal - que afirmava ser a criminalidade como um fenômeno ligado ao físico, ou seja, a cor da pele da pessoa, algo defendido pelo médico Nina Rodriguez (Schwarcz, 1993).

É compreensível que todo conceito sociológico tenha sentido dentro de determinada teoria e contexto históricos, cuidadosamente analisados em suas particularidades. Por isso, ao recorrer a uma categoria e um conceito, consegue-se observar determinada relação social que se pauta por aquela categoria analítica. Isto é, recorrer ao termo raça faz com que se adquira, metodologicamente, ferramenta de análise para observar de forma crítica e sistemática uma relação racial, tal qual o racismo. Nessa linha de raciocínio, Guimarães argumenta:

Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. A verdade é que qualquer conceito, seja analítico, seja nativo, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico (Guimarães, 2003, p. 95).

Os conceitos de raça e suas classificações são utilizados como ferramentas para a operacionalização do pensamento científico. Seu sentido teria servido para a classificação da diversidade humana em raças (Munanga, 2003). Isso porque, “a ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas de acordo com

características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor da pele” (Haider, 2019, p. 72).

De fato, como elemento de classificação racial de pessoas e populações, a temática raça auxilia na compreensão do nosso objetivo, que é demonstrar que “as desigualdades sociais entre brancos e negros têm, no Brasil, um fundamento racial inegável” (Guimarães, 2012, p. 60). Assim, qualquer conotação racial é geralmente racista, que se impõe geralmente, e de forma progressiva, com “maior insistência a fim de explicar o lugar que ocupam ‘minorias visíveis’ na sociedade” (Castel, 2011, p. 87), neste caso, o negro.

É possível constatar o fenômeno da desigualdade racial no processo histórico de formação da estrutura social de outros países, que hierarquiza as relações sociais a partir da raça como fizeram os Estados Unidos em sua fundação nacional. Segundo Michelle Alexander, nesse país, a ideia de raça foi criada como um instrumento de conciliação de classes, ou seja, meio de conciliar a servidão dos negros com os ideais de liberdade enfatizados pelos brancos (Alexander, 2017).

Nessa perspectiva do fundamento das desigualdades entre brancos e negros, raça é um conceito político e ideologicamente significativo, com funcionalidade, categoricamente etno-semântico, construído a partir de uma política econômico-social de acordo com a estrutura de poder em cada sociedade multirracial (Munanga, 1990). Nesse sentido, é evidente que

[...] a raça é o resultado das múltiplas formas de dominação, de exercício da violência e da exploração econômica em nível global, que se manifesta de modo diferente em diferentes contextos. Negros e negras do mundo, por mais diferentes que sejam, dividem o mesmo lado do véu (Du Bois, 2021, p. 14).

A concepção de raça, amparada pela gramática cristã, foi um instrumento ideológico principal para a fundamentação da naturalização das relações coloniais de dominação, principalmente em relação às populações negras ao longo da história do ocidente.

Nos parágrafos precedentes, por meio do suporte teórico das ciências sociais, evidenciou-se que o discurso científico sobre raças, construído pela visão dominante do continente europeu a partir do século XIX, despontou e se legitimou como a única lente ideológica para produzir e reproduzir epistemologias sobre o mundo em sua totalidade social, política e econômica.

Esse marco teórico auxilia na compreensão de que, desde o início dos processos coloniais promovidos pela Europa, foi estabelecida uma demarcação ontológica, epistemológica e hierárquica, significativa entre povos europeus e não europeus, considerados, à época, colonizáveis, devido à sua suposta raça inferior: indígenas e africanos (Quijano, 2000). De fato, é evidente que a

ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível (Krenak, 2020, p. 11).

Por isso, a inferiorização do negro é resultado do colonialismo, um sistema de dominação que é instaurado quando grupos colonizadores invadem territórios geográficos, culturais, econômicos e políticos de outras populações, apropriam-se deles e exploram suas terras, suas riquezas e sua força de trabalho em benefício próprio. Isso é, quando submetem esses povos por meio do seu aparato ou engenharia política, religiosa e bélica, e estabelecem a soberania ideológica e racial (Quijano, 2000) da operação conjunta na ação entre colonialismo e raça. Exemplo:

Colonialismo espanhol e colonialismo holandês; colonialismo inglês na Índia e colonialismo japonês na Coreia; conflito étnico na África pós-colonial e conflito étnico nos Balcãs pós-socialista. Todos esses exemplos são acompanhados de várias ideologias de raça (Haider, 2019, p. 73).

O colonialismo instituiu o discurso de superioridade branca, reproduzido e sustentado por meio de inúmeros mecanismos de dominação, com o intuito de exterminar os referenciais do sistema-mundo do colonizado e impor os padrões éticos, políticos, culturais e estéticos europeus, como modelos universais.

Os efeitos do sistema colonial promovem fragmentação nas subjetividades das pessoas, estabelecendo, de forma estrutural, o branco europeu como a única forma possível, antologicamente, de ideal de ser humano. Por esta razão, os brancos europeus se encarregam do dever moral de se impor para o restante periférico da humanidade que, supostamente, na sua visão, vive na barbárie (Kilomba, 2020).

O mundo colonial é dividido em dois mundos que existem deliberadamente nos espaços muito bem demarcados dentro das sociedades coloniais. Esses funcionam com territorialidades distintas umas das outras, principalmente em relação

às questões materiais, como ao acesso aos bens econômicos, serviços, suprimento de necessidades básicas e outras garantias fundamentais que garantem a sobrevivência das pessoas (Fanon, 2008).

No funcionamento concreto das relações sociais, produzidas pela mentalidade colonialista, essa cisão dualista possui um caráter racial bem determinado por meio da estratificação social, que coloca do lado do acesso e das garantias de privilégios os brancos europeus, que se entendem como seres superiores e detentores dos recursos econômicos, políticos e culturais. Do lado oposto, estão as populações “nativas”, constituídas por negros e indígenas e seus descendentes, caracterizados como pessoas inferiores na hierarquia inventada, ideologicamente pelos brancos.

Na perspectiva da análise do colonialismo, Anibal Quijano e Adelia Miglievich-Ribeiro ajudam a perceber que os debates sobre o pensamento colonial e decolonial são imprescindíveis para se pensar as culturas colonizadas no contato com a modernidade, principalmente a América Latina, lugar de exploração e estruturação do eurocentrismo sustentado ideologicamente por meio da concepção de raça.

A “colonialidade do poder” mostra que a modernidade com sua estrutura capitalista possui sua gênese na conquista colonial da América, como constituição como “primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (Quijano, 2000, p. 202). Esse novo padrão de poder deriva da classificação social da população mundial a partir da ideia de raça, em seus eixos fundamentais.

Raça é uma construção mental da modernidade, que estrutura a experiência básica da dominação colonial, de uma racionalidade eurocêntrica que atravessa as dimensões políticas e econômicas da sociedade em geral. O caráter colonial dessa modernidade é forjado pelos brancos europeus, como manifestação de um fenômeno duradouro e estável do que implica, conseqüentemente, segundo o autor, num elemento de “colonialidade” no modelo de poder hegemônico em escala mundial (Quijano, 2000).

A ideia de raça foi um meio para legitimar as relações de dominação impostas pelos conquistadores sobre os conquistados, principalmente com o uso de trabalho escravo (Quijano, 2000). Dessa forma, inaugurou-se uma nova maneira de legitimar antigas noções e práticas de relações entre dominados e dominantes.

Nesse contexto, a expansão do colonialismo europeu de forma global conduziu a elaboração da motivação eurocêntrica do conhecimento e teve como consequência a elaboração teórica de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus, brancos e não-brancos. Relações que constituíram

[...] uma nova estrutura de trabalho, que se tornou base do capitalismo, tendo as novas identidades historicamente produzidas a partir da ideia de raça, associando-as à natureza de papéis e lugares nessa nova estrutura global de controle através do trabalho [...], nova tecnologia de dominação e exploração (Quijano, 2000, p. 204-205).

A aproximação fundamentada no eurocentrismo entre os fenômenos etnocentrismo colonial e classificação racial universal traduz parcialmente o sentimento “natural” de superioridade dos europeus em relação aos outros povos do mundo, considerados “não-brancos” (Quijano, 2000).

Na análise de raça, auxiliada teoricamente pelo pensamento de Quijano, fica evidente que é por meio da visão eurocêntrica monopolista que os senhores brancos latino-americanos - donos do poder político e de escravos, categoria dos não-brancos - têm interesses antagônicos aos dos trabalhadores que constituíam a imensa massa da população dos novos estados explorados pela modernidade capitalista.

Por isso, segundo o autor supracitado, a dependência dos capitalistas senhoriais desses países é encarada como consequência e resultado da colonialidade do seu poder, que os direciona, de forma distorcida, a perceber seus interesses sociais como sendo idênticos aos dos brancos dominantes na Europa e nos Estados Unidos - grandes impérios políticos, ideológicos e econômicos (Quijano, 2000).

A obra de Quijano retrata como tema central os problemas relacionados à identidade latino-americana, realidade que o motiva a fazer, teoricamente, mais do que uma denúncia e um diagnóstico epistemológico da situação. Isso porque tenta também apontar para um novo horizonte de sentido histórico e para a necessidade de uma postura decolonial do poder. Desse modo, Quijano busca delinear o dualismo fragmentado da idiosincrasia da América Latina, materializada em suas contradições que explicitam de um lado seu desencontro consigo mesma, provocado pelo eurocentrismo, que reflete a colonialidade do poder, por outro, sua

característica potencialmente ideológica e subversiva presente, esporadicamente em aspectos no campo estético e político.

O eurocentrismo, captado por uma epistemologia decolonial, é uma reorganização da história da América e da articulação do padrão da colonialidade de poder. Isso compreendido por ele como um modo de controle hegemônico da subjetividade mundial, causa do empobrecimento do imaginário histórico e político, revelado nas derrotas dos povos latino-americanos.

Os problemas complexos e polêmicos envolvem as lutas contemporâneas de atores sociais “indigenizados”, com seu heterogêneo legado, proveniente tanto de levantes contra ações coloniais na América, como do histórico de experiências subversivas mundiais do século XX (Quijano, 2000). Nessa perspectiva, as lutas podem desenvolver um novo horizonte histórico, que abre a possibilidade política de uma efetiva decolonialidade do poder.

Adelia Miglievich-Ribeiro parte do princípio que há imposição de uma revisão das epistemologias modernas nas diversas áreas do conhecimento, interpretado um empenho teórico para a inteligibilidade de um mundo híbrido, compreendido por Bruno Latour. Os estudos pós-coloniais expõem os erros da modernidade com efeitos perversos, imprevistos, intrinsecamente destrutíveis das identidades não-brancas (Miglievich-Ribeiro, 2014).

Miglievich-Ribeiro constrói uma gramática decolonial, mostrando a dificuldade do conhecimento científico em trabalhar com o conceito, como sujeito que é um substantivo masculino. Essa proposta da autora denuncia o binarismo da modernidade que se estrutura em norte e sul, colonizador e colonizado etc. Por isso em sua visão, é preciso desarticular e esse binarismo dicotômico e excludente (Miglievich-Ribeiro, 2014). Com o respaldo de Santos, Miglievich-Ribeiro chama à esperança, propondo uma que expresse a força das resistências e de suas experiências de bem viver. Por isso, ela elege

[...] argumentos em torno de um “paradigma prudente para uma vida decente” a fim de fazê-los dialogar com a modernidade-colonialidade-decolonialidade latino-americana, buscando assim visualizar alguns desafios postos à epistemologia moderna a partir dos saberes do Sul (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 68).

Miglievich-Ribeiro entrecruza a reflexão de Boaventura de Sousa Santos acerca do “paradigma prudente para uma vida decente” com as teses da

“modernidade-colonialidade-decolonialidade” da América Latina. Pautada na “sociologia das ausências” de Santos, a autora expõe como desafio ético e político, a exclusão e o silenciamento de grupos levados à desumanização, tendo seus saberes e cosmovisões negados, que só podem ser reconhecidos com a “justiça cognitiva” na qual tem sustentação a “razão decolonial” (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 71-72).

Partindo desse pressuposto, considerando uma razão decolonial, Miglievich-Ribeiro analisa a América Latina como “lócus de enunciação” e, por isso, tenta associar de forma epistemológica, a hermenêutica diatópica de Santos e a hermenêutica pluritópica de Mignolo.

De fato, a autora recorre à crítica ao eurocentrismo, e acentua a urgência do diálogo a partir do Sul com outras realidades culturais, pautado na ação descolonizadora das subalternidades, com foco nas experiências particulares, na interpretação, compreensão sistemáticas e na aproximação das diferenças culturais. Segundo Miglievich-Ribeiro (2014), essa aproximação é possível em torno de projetos plurais de legitimidade de sujeitos (movimentos sociais e perspectivas teóricas decoloniais) e suas vozes para a ampliação de um universo encarado como diversidade.

Anibal Quijano e Adelia Miglievich-Ribeiro discutem a colonialidade do poder a partir do pensamento decolonial numa perspectiva da compreensão da história da América Latina, no âmbito da aquisição da consciência política de sua autonomia sociocultural no campo epistêmico, legitimamente constituído para desarticular as estruturas eurocêntricas, por meio de conceitos necessários para se pensar a decolonialidade no interior da realidade latino-americana.

A postura epistemológica dos autores, e sua maneira de analisar os conceitos centrais introduzidos pela racionalidade moderna, revestem-se de relevância fundamental para a materialização das práticas políticas e teóricas que visam o combate ideológico do colonialismo, interpretado como colonialidade do poder.

Com essas referências teóricas desse campo epistemológico conclui-se que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito-chave, que opera para, ideologicamente, explicar a diversidade humana e dividi-la em grupos raciais. Sobre essa compreensão, Hannah Arendt afirma de forma categórica:

A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana (Arendt, 1989, p. 215).

De fato, a análise sociológica do termo raça referendada pela visão teórica desses autores supracitados toma o referido conceito como um discurso ideológico, ou seja, uma produção social. Assim, analisa como ele é mobilizado socialmente, para reproduzir e legitimar a hierarquização das relações, que se referem a juízos de valor instituídos para dividir e diferenciar as pessoas por meio do racismo.

2.4 RACISMO

Para ser racista é fundamental afirmar a crença na existência da hierarquização das raças dentro da espécie humana, uma vez que, no pensamento de um indivíduo racista, existem raças superiores e raças inferiores. Em nome da hierarquia de raças, inúmeras barbaridades foram perpetradas na história da humanidade, como o genocídio de milhões de indígenas na América Latina, a eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial (Munanga, 2000).

A introdução ao racismo, como foi trabalhado nos tópicos anteriores, é situado dentro um espaço histórico, cultural, político e social construído intelectualmente, a partir da categoria raça estudada na modernidade. Um conceito transformado em ideologia para justificar o processo de hierarquização, dominação e escravização das populações africanas. Desse modo, o racismo

[...] é mais especificamente entendido como uma construção ideológica, que começa a se esboçar a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia, quando esta entra em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes e se consolida com as teorias científicas em torno do conceito de raça no século XIX (Schucman, 2020, p. 79).

Porém, o termo racismo foi criado no século XX, por volta de 1920 e, como conceito e realidade, tornou-se objeto de diversas leituras e interpretações. Esse termo já recebeu várias definições que nem sempre se referem à mesma coisa, ou tenha um denominador comum, pelo fato de sua utilização não lhe atribuir o mesmo conteúdo e significado. Isso, conseqüentemente, resulta na falta de consenso até na

busca de soluções contra o racismo por razões lógicas e ideológicas. Assim,

[...] o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2000, p. 24).

O racista fabrica a raça no sentido sociológico que, em seu imaginário, é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em seu pensamento, é um grupo socialmente específico com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc., que ele define naturalmente como inferiores ao seu grupo de pertença. Por outro lado, o racismo, tendencialmente, consiste em considerar que os atributos intelectuais e morais de um coletivo específico são consequências diretas de suas características biológicas (Munanga, 2000).

Esse é o racismo científico que preconiza várias vertentes e tem pretensão de demonstrar teoricamente a existência de raças implicadas em características biológicas, que correspondem às capacidades intelectivas e psicológicas, simultaneamente, coletivas e válidas para as pessoas (Wieviorka, 2007).

É nessa perspectiva teórica que o racismo é definido, explicitamente, como um discurso que sustenta ideologicamente a superioridade cultural indiscutível da raça branca, a qual associa a civilização com base em seus atributos físicos, enquanto relaciona a barbárie às outras raças.

Estudiosos como Michel Wieviorka (2007) mostram em sua teoria que, a partir da década de 1920, as Ciências Sociais iniciaram, de maneira sistemática, um processo de interesse pelo tema racismo. Como ponto de partida, tem-se a situação da população negra nos Estados Unidos e a ascensão do antissemitismo na Alemanha nazista, simbolizada pelo auge do mito da “superioridade ariana” defendida pelo “racismo científico”. De fato, nesse período na Alemanha, “a ideia de pureza racial que levou ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, resultando, portanto, na hierarquização dos povos europeus em relação às outras populações” (Schucman, 2020, p. 79).

É evidente que a terminologia “racismo” surgiu no período marcado entre as

duas guerras, para imprimi-la nas ideias e na comunicação, como na linguagem usual das sociedades ocidentais, e no mundo como um todo, pós-guerra. Exemplo disso foi o nazismo. Como um poderoso movimento político, analisado como ápice dessas ideias utilizadas pelos nazistas em todos os domínios do saber - como a medicina, a biologia, a química, a genética, a antropologia, as ciências jurídicas, a demografia - eram articuladas para definir, categorizar, balizar e classificar as populações em relação a raças, a começar pelos judeus (Wieviorka, 2007).

As classificações das raças fundamentam-se nas características fenotípicas dos indivíduos, como cor da pele, tipo de cabelo, nariz e outros atributos do organismo que se visibilizam na observação. Depois, na evolução do processo de aprofundamento das características, observa-se o esqueleto e, sobretudo, o crânio, como elemento fundante da craniometria, uma atividade científica importante no trabalho seletivo das raças (Wieviorka, 2007).

Dentro de uma determinada estrutura seletiva, a relação de raças é uma relação social, que permite a um grupo inferiorizar, a seu favor, o outro, constituído em um grupo social despojado de subcultura singular e, particularmente, prejudicado em tudo (Wieviorka, 2007).

Estabelecidas as teorias racistas para justificar a dominação política e a exploração econômica, criou-se o mito da “raça pura” superior às outras, hierarquizando-se grupos sociais a partir da ideia de raça, disseminada em contextos de surtos nacionalistas, que classificam as raças, com o objetivo de justificar discursos e comportamentos que visam inferiorizar um determinado povo, em um país ou em outro (Wieviorka, 2007).

O racismo institucional não se limita a atitudes e comportamentos individuais, mas ao funcionamento das instituições sociais, políticas, econômicas e religiosas, que operam na dinâmica de concessões, ainda que indiretamente desvantajosas, privilégios, a partir da raça. Nesse panorama, fica compreensível trabalhar de forma mais direta a definição de racismo institucional com a seguinte afirmação:

[...] como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de

tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2020, p. 77-78).

Por isso, é preciso separar de forma sistematicamente crítica o “racismo em atos de intenções ou da consciência de alguns atores [...]”. O racismo institucional é descrito como algo que mantém a população negra em uma situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente” (Wieviorka, 2007, p. 29). De certo modo, o racismo institucional,

[...] por sua vez, incluiu a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (Kilomba, 2020, p. 76).

Torna-se evidente que, a problemática do racismo não necessita tanto de doutrinas ou ideologias científicas, para justificar atitudes e comportamentos racistas, já que é no funcionamento da sociedade, configurada pelo racismo como uma estrutura inscrita nos seus mecanismos rotineiros. Esse funcionamento faz com que o racismo mantenha a dominação e inferiorização da população negra, sem que tenha necessidade de recorrer à teoria ou a justificação científica.

Essa modalidade de racismo não necessita de atores individuais, porquanto ela é parte do dinamismo do aparelhamento institucional. Para elucidar melhor essa problemática racial, Michel Wieviorka usa o sexismo, outro tema complexo próximo do racismo. Escreve o autor:

Ninguém milita na França em favor da discriminação das mulheres na vida política, mas todos os indicadores mostram que seu acesso às responsabilidades ou à representação política é singularmente desigual, inscrito no funcionamento das instituições apesar das declarações igualitárias de todos os atores políticos institucionais (Wieviorka, 2007, p. 31).

O racismo institucional, como elemento central da relação racial, tem o poder, pois o racismo é interpretado como dominação. Esse poder é detido pelos grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Contudo, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do coletivo dominante tornar institucionalizados seus interesses e privilégios, impondo a toda sociedade normas, padrões de condutas e modos de racionalidade que legitimam seu domínio como ação normal e natural (Almeida, 2018).

Isso revela que, no racismo institucional, a dominação acontece por meio de padrões ou arquétipos discriminatórios fundamentados na raça, que têm a função de manter a hegemonia do grupo racial no poder. Nessa visão, a cultura, a aparência e as práticas de poder de um grupo específico tornam-se o horizonte do conjunto da sociedade geral.

Percebe-se que o racismo institucional é sutil, menos visível em sua identificação em relação a atores específicos que praticam atos racistas. Isso porque, está ligado ao poder de um grupo sobre o outro, quando há controle direto, e também indireto, desse mesmo grupo sobre o aparato de uma instituição, mesmo que, talvez, não tenha consciência da dominação racial. Nesse sentido, é necessário compreender que, ele

preserva, dito de outra forma, a boa consciência daqueles que dele tiram proveito [...]. No fundo, a noção de racismo institucional apresenta a utilidade de acentuar as formas não-flagrantes ou brutais do racismo, suas expressões veladas, pois transitam nas instituições; mas ela se torna insuficiente a partir do momento em que faz do racismo um fenômeno abstrato, a repousar aparentemente sobre mecanismos abstratos, sem atores (Wieviorka, 2007, p. 32-33).

As instituições sociais, políticas, econômicas, jurídicas e religiosas reproduzem as condições para a manutenção da ordem estabelecida, como mecanismo condicionado por uma estrutura social. Por isso, pode-se destacar outro tipo de racismo, o estrutural, no sentido que,

[...] o racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas *negras e People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (Kilomba, 2020, p. 77).

O racismo institucional torna-se parte dessa mesma estrutura, uma vez que, todas as instituições são ferramentas concretas de uma estrutura social, que politicamente reproduz de forma interseccional: discriminação de raça, gênero e classe.

Os estudos sobre o racismo permitem compreender que as discriminações ou violências de raça, gênero e classe não são fenômenos sociais mutuamente excludentes. Elas ajudam a identificar as várias formas de subordinação, refletem os

efeitos interativos das discriminações de raça, gênero e classe, em qualquer sociedade estruturalmente racializada. De fato, esses três elementos epistemológicos são estruturas antropológicas que produzem e reproduzem nas relações sociais, hierarquias e estratificações na esfera cultural, social, política e econômica (Balibar; Wallerstein, 2021).

Raça, gênero e classe são categorias sociais, políticas e antropológicas de leitura da realidade, que não devem ser analisadas de forma separada, pois, “elas são como três óculos diferentes que servem para observar o mesmo fenômeno. Se sua análise for feita do ângulo de apenas um, ela perde o foco” (Balibar; Wallerstein, 2021, p. 19).

Quando se trata de racismo, é preciso trazer para o debate a discussão sobre a desigualdade que atinge mulheres em todo o mundo, principalmente no que tange à inclusão do tema do abuso dos direitos relativos às mulheres e ao gênero nos discursos dos direitos humanos. Tudo isso levando em consideração as categorias de análise raça, gênero e classe, porque, a

discriminação, nas suas diferentes expressões, não afeta todas as mulheres de forma igual [...] há mulheres que estão expostas a um maior risco de violação dos seus direitos resultante da intersecção de vários fatores. Isso quer dizer que, além de seu gênero, outros fatores como idade, raça, etnia, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, situação econômica, entre outros, as colocam em uma situação adicional de vulnerabilidade (Araújo; Pimentel, 2020, p. 97-98).

Essa observação é consequência material da experiência de mulheres negras que vivenciam os espaços da marginalidade social e podem observar como as diversas opressões se entrecruzam e incidem sobre as realidades sociais, que constituem o conceito de interseccionalidade. De fato, do ponto de vista teórico e metodológico,

[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

As discriminações de raça, gênero e classe são interseccionadas. Nesse sentido, é necessário desenvolver análises ligadas ao tratamento das dimensões de

gênero e de racismo, considerando que a discriminação racial é constantemente marcada pelo gênero. Desse cenário, o aprofundamento teórico leva a compreender que,

[...] para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação [...]. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (Crenshaw, 2002, p. 176-177).

Nesta perspectiva, as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens, e a incorporação permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação entre mulheres e homens.

Em quase toda parte do mundo, as mulheres carecem de apoio nas funções fundamentais da existência humana. Elas são menos potencializadas em praticamente todos os aspectos se comparadas aos homens, por isso “são mais vulneráveis a violência física e abuso sexual” (Nussbaum, 2009). Por isso, há tantos “obstáculos” semelhantes que impedem a participação feminina nos espaços de decisão na vida social, política e econômica.

De fato, ao se analisar de forma global, percebe-se que, em quase todas as nações as “mulheres não são iguais perante a lei e não têm os mesmos direitos à propriedade que os homens” (Nussbaum, 2009, p. 89). E, “não há país que trate suas mulheres como ele trata seus homens, de acordo com um complexo de medição que inclui expectativa de vida, riqueza e educação (UNDP1999)” (Nussbaum, 2009, p. 90-91).

Frequentemente, as mulheres, principalmente as negras, são sobrecarregadas com jornada dupla de trabalho, prestando mão de obra de modo externo de seus lares. De maneira interna, culturalmente, por outro lado, elas são responsáveis completas da limpeza e cuidados com as crianças, impedindo oportunidades para recriar e cultivar suas faculdades imaginativas e seu cognitivo (Nussbaum, 2009, p. 90).

A análise da discriminação entre homens e mulheres proporciona a identificação das variadas formas de subordinação oriundas da interação de diversas matrizes de opressão. Isso porque, há uma evidente invisibilidade

interseccional, que exige repensar a importância da diferença intragrupo, baseada no gênero e na raça, levando em conta um certo grau de negação e cegueira que envolvem questões relativas às mulheres mais marginalizadas, principalmente àquelas que não fazem parte das classes dominantes. Por isso, a interseccional revela que,

[...] é amplamente aceito que as mulheres nem sempre vivenciam o sexismo da mesma forma, e que homens e mulheres também não vivenciam o racismo de forma idêntica, o projeto de entender as circunstâncias concretas nas quais o racismo e o sexismo convergem apenas começa a se desenvolver em nível global (Crenshaw, 2002, p. 177).

A subordinação de gênero e de raça de determinados grupos, faz surgir um duplo problema de superinclusão e de subinclusão. A superinclusão ligada a um conjunto de problemas é interpretada como problema de gênero, tendo como exemplo o tráfico de mulheres, um fenômeno que, muitas vezes, oculta outras formas de discriminação, como a racial (Crenshaw, 2002). A subinclusão, por outro lado, expressa problemas vivenciados por certos grupos de mulheres e não são percebidos como problema de gênero, tendo como exemplo a esterilização de mulheres marginalizadas e, isso torna invisível um conjunto de questões.

A visão interseccional ajuda a identificar os eixos de poder distintos e mutuamente excludentes, como o racismo que difere do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe, mas, não a exclui em certas situações, principalmente quando se trata de violências contra a mulher negra. Isso porque, são sistemas que se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. Por isso as mulheres que são racializadas, e possivelmente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.

A intersecção como natureza interligada da opressão está expressa na discriminação que envolve raça, gênero e classe, como temas recorrentes nos trabalhos de feministas negras, pois essas mesmas mulheres têm tido um compromisso ideológico no sentido de considerar a opressão interligada (Collins, 2016). As mulheres negras em seu cotidiano não minimizam nenhum tipo de forma de opressão, mesmo tendo consciências que ainda pode deixá-las oprimidas de outras formas igualmente desumanizadoras. E isso é fundamental.

Segundo a Oxfam Brasil (2020), o motivo da pouca representatividade das

mulheres negras na sociedade (política, economia e outros espaços de poder), está ligado às questões socialmente estruturais, como o machismo e racismo. Isso revela um problema interseccional: o entrecruzamento de gênero e raça.

Constatou a Oxfam Brasil (2020, p. 1) que a primeira de todas as preocupações das mulheres negras é a sobrevivência, pois elas são conscientes que “precisam lutar para sobreviver”. O mesmo organismo político deixa visível que a superação das dificuldades próprias que a mulher negra sofre é a missão de todas as mulheres negras do Brasil, em todas as regiões do país. Isso acontece porque essas mulheres estão localizadas em regiões marginalizadas, unidas em grupos sociais que enfrentam problemas de acessibilidade geográfica, falta de comunicação com o poder político e judiciário, discriminação racial. Além disso, há de se destacar a falta de recursos econômicos para manter sua sobrevivência.

Essa observação da Oxfam Brasil sobre a marginalização das mulheres negras fica mais compreensível na análise de Lélia Gonzalez (Gonzalez, 2020), sobre sua situação frente à interdição nos espaços de poder. Existe um processo estrutural de exclusão das mulheres negras que é patenteado, em termos de sociedade, e isso as resume pelos dois papéis sociais que lhe são impositivamente atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”.

A nomenclatura “doméstica” abarca uma série de atividades que define seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. E, “mulata”: um “produto de exportação”, consumido pelos burgueses nacionais e internacionais (Gonzalez, 2020, p. 36-37).

Essa visão de exclusão e objetificação da mulher negra visibiliza a reprodução de um processo, estruturalmente seletivo, que pode ser compreendido “como regra”, a partir da chave de leitura que analise a situação das mulheres por meio do entrelaçamento entre gênero, raça e classe e que ajude a perceber que a “exclusão das mulheres negras é consequência de um sistema moderno-colonial de gênero” (Lugones, 2008, p. 77). Por isso, teoricamente,

[...] conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocentrado global, é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero ao controle do sexo, seus recursos, e produtos são constitutivos da dominação de gênero (Lugones, 2008, p. 93).

Os marcadores sociais, como gênero, raça e classe, socialmente analíticos

ênfatizam o “conceito de interseccionalidade e demonstram a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres negras” nas lutas libertadoras realizadas em nome das mulheres (Lugones, 2008, p. 77). Isso porque, há uma lógica corporativista, que deixa evidente que “mulher” seleciona mulheres burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona homens burgueses brancos heterossexuais, “negro” seleciona homens heterossexuais negros e assim por diante. Isso é um marcador social, fundamentado numa estrutura capitalista global (Lugones, 2008, p. 82).

O marco de análise capitalista é eurocentrado e global e mantém os meios em que as mulheres negras e indígenas, historicamente colonizadas, foram subordinadas e desprovidas de poder. A imposição do caráter heterossexual e patriarcal nas relações sociais pode ser constatado como opressivo ao desmascarar os pressupostos do referido marco analítico, que pode ter um forte acento no racismo.

O Brasil, país colonizado, revela-se como um país configurado estruturalmente por um sistema de hierarquização social, que consiste em gradações de privilégio e prestígio formadas por classe social, com referência à ocupação e à renda, origem familiar, cor e educação formal. Esses são elementos consequentes das dicotomias que, durante mais de três séculos, sustentaram a ordem escravocrata, a partir de oposições entre elite e povo, brancos e negros, simbólica e materialmente visíveis⁸.

Antes de tudo, “é importante caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”. Enquanto narrativa de exclusão que é, o racismo “tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam”, principalmente os homens brancos e heterossexuais (Gonzalez, 2020, p. 47).

⁸ Esta configuração estruturalmente do Brasil por um sistema de hierarquização social, através de privilégio e prestígio formadas por classe social, é analisado por Carlos Hasenbalg (2005), a partir da perspectiva marxiana de estrutura de classes e weberiana, de estratificação social. Duas bases teóricas, que segundo Hasenbalg (2005, p. 97), “têm se voltado para os problemas da desigualdade social e da divisão da sociedade em classes”. Nessa linha de análise, afirma o autor: “Na tradição marxista, as classes sociais são elementos fundamentais de certos modos de produção em que existe a propriedade privada dos meios de produção e onde as relações sociais se organizam em torno de um mecanismo básico de exploração. Cada modo de produção implica duas classes fundamentais, relacionadas antagonicamente. Assim, as classes sociais são posições estruturais às quais os indivíduos são alocados pelo sistema. O campo da estratificação social refere-se às formas, funções e consequências de sistemas de desigualdade social estruturada. Num sentido estático, a estratificação social refere-se à distribuição diferenciada de recompensas e privilégios. No sentido dinâmico, a estratificação social implica o processo individual de obtenção de status, bem como a transmissão intergeracional de desigualdade social” (Hasenbalg, 2005, p. 97).

De fato, nessa perspectiva é preciso evidenciar a ênfase direcionando à dimensão racial, porque, quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente, como as negras e as indígenas que são as testemunhas vivas dessa exclusão. Lélia Gonzalez já havia feito essa análise direcionada da problemática racial, a partir da reflexão baseada na percepção de uma estrutura patriarcalista atravessada, ideologicamente, pelo capitalismo.

Para a mesma autora, ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciam-se as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres negras. Isso constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das lutas contra esse sistema de exclusão, estruturando o colonialismo (Gonzalez, 2020).

Contudo, a análise das teorias utilizadas nesse tópico, ao definir a exclusão das mulheres, principalmente das negras, como um sistema de gênero colonial/moderno, em traços gerais e concretude, materialmente vivida, permite identificar a imposição colonial no funcionamento estrutural da sociedade brasileira (Lugones, 2008, p. 77).

Por último, outro elemento a ser analisado como parte integrante do racismo é a “democracia racial”. Esse termo foi atribuído a Gilberto Freyre. Porém, essa terminologia não se encontra em suas obras literárias (Guimarães, 2012), mas seus escritos ajudam a compreender o sentido dessa atribuição epistemológica no campo da análise das relações raciais.

A expressão democracia racial afirma que, pretos e brancos convivem harmoniosamente, com igualdade de oportunidades de existência, sem nenhum conflito, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens étnicas ou raciais. Essa visão está presente na obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, de 1930, que enfatizou a ideia de que, no Brasil,

[...] não existem raças humanas, com diferentes qualidades civilizatórias inatas, mas sim diferentes culturas. O Brasil passa a se pensar a si mesmo como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento entre brancos, negros e índios (Guimarães, 2012, p. 117).

Do ponto de vista da sociologia brasileira,

a ideia de democracia racial [...] constituiu uma distorção criada no mundo

colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato” [...]. A chamada “democracia racial” não tem consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das ‘populações de cor’, constitui um mito cruel (Fernandes, 2007, p. 43;47).

De fato, essa ideologia sustentada e reproduzida discursivamente há décadas, como falácia de nossa “democracia racial”, é reforçada pela ausência de conflitos, politicamente, entre brancos e negros. Fato que só a profundidade de análises objetivas e minuciosas como essa pode contribuir para evidenciar as consequências negativas que a referida ideologia provoca nas relações sociais (Munanga, 2019).

A democracia racial é um meio de negar a existência do racismo nas relações entre pessoas brancas e pessoas negras, mascarando qualquer tipo de violência racial de forma direta ou indireta. Contudo, uma leitura crítica do funcionamento dessa ideologia nas estruturas da sociedade brasileira, ajuda na identificação existência do racismo e faz perceber que,

[...] fugir das realidades étnicas é recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmos com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento amplo de fatos e ocorrências supostamente não existentes na sociedade brasileira, segundo a teoria oficial em vigor (Nascimento, 2017, p. 96).

Como força ideológica contra hegemonia, a partir de 1978, surge Movimento Negro Unificado, como um ator político que desestrutura o discurso nacional da “democracia racial”, sustentado pelo Estado, e principalmente pela Ditadura Militar - a repressão política que impediu qualquer reação organizada (Guimarães, 2003).

O objetivo do Movimento Negro Unificado em desmistificar a democracia racial revelou que preconceito e discriminação raciais são responsáveis, pelo menos em parte, pela desigualdade racial no Brasil. Ele reintroduziu a ideia de raça, reivindicando a origem africana para identificar os negros, visto que um negro, para ser cidadão, precisava, antes de tudo, reinventar sua raça (Guimarães, 2003). De fato, a discriminação racial fez parte do projeto de branqueamento da população brasileira, por meio do investimento que o Brasil fez na migração branca, como será apresentado no próximo capítulo dessa pesquisa.

3 TEORIA SOBRE MIGRAÇÃO

3.1 MIGRAÇÃO, UM FATO SOCIAL COMPLETO

O presente capítulo faz uma abordagem conceitual da migração⁹, com a pretensão de analisar sua implicação histórica em relação à população negra no Brasil. Para isso, buscou-se compreender os conceitos teóricos de migração e branqueamento a partir das perspectivas históricas, política, econômica, social e cultural, levando em consideração a influência da eugenia e miscigenação, e suas contribuições para a violência racial contra o negro.

A partir dessa perspectiva, o conceito de migração e outros elementos que ela envolve serão trabalhados nesta pesquisa, com auxílio do pensamento sociológico de Abdelmalek Sayad (1998). O referencial teórico-analítico revela que a migração em geral é fenômeno social que faz parte da humanidade e que hoje assume múltiplas características no contexto das chamadas crises migratórias. Dessa forma, os migrantes são “aqueles que se distinguem através de identidades nacionais ou étnicas fundadas na diferença cultural, ou formam grupos minoritários, são elementos perturbadores numa sociedade nacional que se quer unívoca” (Seyferth, 2008, p. 3).

O migrante, parte constitutiva da migração internacional, é qualquer indivíduo que se desloca do seu “país habitual” (Silva, 2019, p. 26). Esse deslocamento está ligado diretamente a um processo de perda de direitos básicos. Cinthia Xavier da Silva, ao falar da imigração a partir de uma perspectiva cronológica de curto ou de longo prazo, afirma:

O país habitual é aquele onde a pessoa possui residência e onde normalmente passa seu período diário de descanso. Assim, aqueles que

⁹ Migração é um conceito amplo que envolve múltiplos significados: Imigração: Processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem. Emigração: Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas em circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território. Estrangeiro: Pessoa que não é nacional de um determinado Estado. Pessoa que pertence ou que pertence a outro Estado. Migração: Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (Vohra, 2009, p. 26-64). Neste trabalho, optou-se pela terminologia migração.

viajam ao exterior por motivos de recreação, férias, negócios, tratamento médico ou motivos religiosos não devem ser considerados migrantes internacionais. A migração internacional pode ser definida como migração de longo prazo, na qual a pessoa permanece no país de destino por um período igual ou maior que um ano (doze meses), e migração de curto prazo, caracterizada por aqueles que se mudam de seu país de residência para um país de destino pelo período maior que três meses e menor que um ano, exceto para os fins de viagem [...]. São amparados por norma específica os migrantes que se deslocam do seu país de residência para um Estado no qual ele não é nacional para exercer atividade remunerada, caracterizado pelo termo “trabalhador migrante” (Silva, 2019, p. 26-27).

Migrar é um fenômeno social que está ligado a um processo de deslocamento para outro país para ali fixar residência. Porém, uma das “características fundamentais do fenômeno da migração é que, fora de algumas situações excepcionais, ele contribui para “dissimular a si mesmo sua própria verdade” (Sayad, 1998, p. 45), posto que, há uma “oscilação entre o estado prolongado e estado provisório” (Sayad, 1998, p. 45).

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (Sayad, 1998, p. 45).

O autor analisa a migração como uma reapropriação da história esquecida do migrante que, impulsionada pela história dominante, ganha condições para ser interpretada como um “fato social completo” (Sayad, 1998). Esse compreende em si processos sociais, culturais, políticos e econômicos, relacionados tanto no território de origem como no de destino, levando em consideração a dualidade inclusão-exclusão dos migrantes nas relações sociais.

A migração, como acontecimento complexo, não é “simplesmente resultado da decisão ou da ação de um indivíduo, de uma empresa ou de um governo, mas parte de um conjunto maior de elementos, condições e dinâmicas que se reforçam mutuamente” (Sassen, 2016, p. 89).

Como “fato social completo” (Sayad, 1998), a migração é um fenômeno em sua totalidade que não pode ser esgotado em um único campo de estudos, ou em algumas áreas como, as ciências jurídicas, a geografia, a demografia, a história, a economia, entre outras (Sayad, 1998). Porém, há lacunas na investigação da temática migração, como afirma Neide Lopes Patarra:

A complexidade do tema imigração não favorece uma abordagem sintética e panorâmica do fenômeno. A bibliografia sobre o mesmo é extensa, mas ainda insuficiente, por suas lacunas e por ser heterogênea e nem sempre acessível. Além disso, como já se constatou, a imigração tardou a construir um campo específico do conhecimento, embora tenha sido referenciada nas grandes interpretações sociológicas dos anos 50 e 60 e constituído objeto de interesse por parte de alguns historiadores do período (Patarra, 1995, p. 1-2).

A pesquisa sobre o fenômeno migratório pode parecer um objeto aparentemente superficial e totalmente revelado em suas particularidades. No entanto, como evento complexo e não limitado saber científico, segundo Abdelmalek Sayad, “antes de mais nada uma pesquisa sobre a constituição da migração como problema social; aí está toda a dificuldade da construção do objeto de pesquisa em sociologia” (Sayad, 1998, p. 56).

E, como fenômeno histórico e antigo, a migração pode ser analisada cientificamente como um fato social por se apresentar ao indivíduo, como evento “exterior, generalizado e coercitivo” (Durkheim, 1987, p. 3)¹⁰. Nessa perspectiva, a migração se revela para a pessoa como fato social resultado de “práticas da vida, existindo antes dele, é porque fora dele e de modo generalizado” (Durkheim, 1987, p. 2).

Apoiado num olhar analítico da perspectiva migratória, constata-se que são múltiplos os motivos que levam os indivíduos a deixarem seu país de origem. Visto que esse fenômeno de deslocamento humano-geográfico muito frequentemente se refere a causas estruturais, ou mesmo conjunturais - que são resistentes à mudança com facilidade, por causa de um funcionamento socialmente histórico -, que permanentemente e por múltiplos motivos, produz imigrantes de diversas regiões do mundo.

Os motivos estruturais, como fatores sociais, políticos, demográficos, econômicos, ambientais e climáticos, são possíveis de serem interpretados como fenômenos de expulsão de pessoas (Sassen, 2016). Isso porque, são diversas as razões que levam as pessoas a submeterem aos processos migratórios causados por situações de guerra, pobreza, fome, perseguições étnicas, pela esperança de

¹⁰ O fato social, segundo Durkheim, consiste em maneiras de agir, de pensar e de sentir que exercem determinada força sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptar às regras da sociedade onde vivem (Durkheim, 1987, p. 3).

uma vida melhor, de forma legal ou ilegal, permanente ou temporária. De fato, de espontânea vontade ou por outros motivos, a pessoa migrante estende a sua existência sobre os mundos separados (Beck, 1999), mas unidos ao mesmo tempo.

Existe uma parcela significativa dos fluxos migratórios do momento atual, que pode ser entendida como processo de natureza forçada, em que grupos deixam sua terra de origem de maneira coercitivamente involuntária, por causa de fatores externos e alheios à sua vontade, que os condicionam a fazer (Sassen, 2016).

A perspectiva do deslocamento, estruturalmente involuntário, é compreendido a partir da análise de Saskia Sassen, como “o surgimento de novas lógicas de expulsão” (Sassen, 2016, p. 10). Um conceito que vai além da ideia de desigualdade como a única forma de compreender “as patologias do capitalismo” (Sassen, 2016, p. 10).

Um exemplo comum no Ocidente, ao mesmo tempo complexo e extremo, é a expulsão de trabalhadores de baixa renda e de desempregados dos programas governamentais de bem-estar social e saúde, assim como dos seguros corporativos e do auxílio-desemprego [...]. Outro exemplo é o aumento das técnicas avançadas de mineração, sobretudo o fraturamento hidráulico, que têm o poder de transformar ambientes naturais em terras e águas mortas, uma expulsão da biosfera de fragmentos da vida em si [...]. Os canais de expulsão variam muito (Sassen, 2016, p. 10)

Segundo Sassen, “essas expulsões são causadas” (Sassen, 2016, p. 10) por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Na perspectiva da autora, esse funcionamento de expulsão leva a ser cada vez maior o número de indivíduos que são expulsos de seus países, seus locais de origem por vários motivos, porém, que não deixam de estar conectados com uma totalidade.

A partir da década de 1970, alguns fatores têm se intensificado devido às “formações predatórias” sistematicamente conformadas por “atores sociais” detentores do poder, uma elite destruidora que tem uma conotação mais ligada, diretamente ao sistema e, com o “aprofundamento das relações capitalistas”. A esse respeito, afirma Sassen:

Estamos assistindo à constituição não tanto de elites predatórias, mas de ‘formações’ predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda (Sassen, 2016, p. 22).

As “formações predatórias” atuais são responsáveis pelo aumento da

desigualdade social e, portanto, são responsáveis, estruturalmente, por produzir e reproduzir formas de expulsões a partir de uma economia que produz brutalidades, como observa Sassen. Segundo a autora, “nossas economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência” (Sassen, 2016, p. 10).

Quando se trata das questões conjunturais dos processos de migração, as redes migratórias são fundamentais para compreender tais movimentos internacionais, tanto individuais quanto coletivos, porém, são fenômenos sociais que facilitam a conexão entre os migrantes em qualquer parte do território global.

A sociedade é estruturada por redes como facilitadoras de comunicação ampliada para as relações sociais, tendo como objetivo “alargar os nossos horizontes, e apresenta oportunidades sem precedentes para estabelecer contato com outros” (Giddens, 2000, p. 476). Por isso, as redes, principalmente, as

[...] globais de intercâmbios são instrumentos que conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas (Castells, 1999, p. 23).

As redes se constituem por meio de vínculos comunitários: grupos étnicos, religiosos ou regionais; vínculos sociais: amizades, colegas de trabalho, etc.; econômicos: empregadores, empresários, etc.; institucionais: ONGs, governos, agências internacionais. Por isso é fundamental ter em mente que,

[...] em processos migratórios, as redes sociais indicam formas de relações que se estabelecem interpessoalmente entre migrantes, não migrantes e até mesmo antigos migrantes, tanto nos locais de destino quanto nos de origem. Essas redes são extensões de outras, envolvem parentes e amigos que compartilham interesses ou necessidades comuns migratórias e se constituem como um capital social privilegiado (Marcelino, 2021, p. 34).

Essas relações estabelecidas constituem as redes migratórias como laços interpessoais que conectam migrantes de outros países de origem com o Brasil, país destino, por meio de vínculos parentesco, amizade e conterraneidade, tendo como resultado a geração de espaços sociais nos países acolhedores, para que as pessoas migrantes alcancem seus objetivos. Por isso, essa lógica relacional revela que, as funções sociais das redes são

[...] agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (Truzzi, 2008, p. 219).

O emprego do termo redes é uma tentativa de sublinhar a circunstância de que muitas pessoas decidem se deslocar como emigrantes, após serem informadas previamente sobre as oportunidades e possíveis dificuldades de migrantes que as antecedem em outros países de destino - por meio de carta, telefonema, e-mail, redes sociais etc., ou quando retornam para o país de origem. As informações são normalmente sobre moradia, trabalho emprego, integração cultural e social, etc., ou até mesmo, recursos financeiros para financiar e viabilizar a viagem para os que ficam no país natal (Truzzi, 2008). De fato, os recursos oferecidos

[...] podem diminuir os custos do processo migratório, pois as redes proporcionam diversos benefícios para os seus membros, tornando-se grandes facilitadoras dos deslocamentos. Caso o migrante perca o acesso estabelecido com a rede, ele pode ter muitos prejuízos. Portanto, para reforçar e garantir a durabilidade da rede e não perder o contato com ela, estruturam-se as conexões e algumas funções são definidas (Marcelino, 2021, p. 34).

Por conseguinte, as redes migratórias desempenham um trabalho significativamente relevante nos fluxos dos processos de migração, desenvolvendo o papel de conexão entre migrantes, familiares¹¹, amigos etc. Isso proporciona informação e comunicação, como organização e regulação da complexidade migratória em diferentes contextos, por meio da administração dos problemas das pessoas migrantes no mundo todo.

As redes migratórias, além de proporcionarem elementos positivos para a sobrevivência das pessoas migrantes, podem também dificultar a sua vida, por meio da exploração e abuso por causa do poder de comunicação de redes abusivas. Esse poder explorador se materializa a partir do

[...] gerenciamento de seus membros e de seus movimentos por aqueles que sabem como, quando e onde a migração acontece. Visando benefícios econômicos, os membros mais influentes de algumas dessas redes podem atuar de maneira ilegal, colocando em risco a vida de muitos ao oferecer e promover deslocamentos por trajetos extremamente perigosos. Tais

¹¹ Segundo Jones Dari Goettert, frequentemente, a migração é familiar. O pai pode migrar primeiro, e se as condições se apresentarem favoráveis, migram os demais. Ou então podem migrar todos juntos e correrem os riscos das condições serem adversas à permanência (Goettert, 2008, p. 247).

membros também podem atuar como intermediários de situações relacionadas a outras formas de abusos como oferta de trabalhos precários no lugar destino, maus tratos, entre outras. Essas questões podem suscitar tensões entre estes e aqueles que buscam a segurança dos migrantes (Marcelino, 2021, p. 35-36).

Os atores sociais que utilizam as redes migratórias para a exploração de pessoas migrantes são denominados de “coiotes”, atravessadores e agiotas. Eles são grupos criminosos que submetem os migrantes à exploração econômica, financeira, cárcere privado e estupro, como no caso de mulheres e até crianças (Parise, 2016).

Os coiotes são traficantes de pessoas, ou seja, profissionais especializados em guiar migrantes sem documentos nos cruzamentos de fronteiras clandestinas, por meio da negociação econômica e financeira para obterem lucro a partir da situação do migrante. Pode-se destacar aqui, no mínimo três modalidades de coiotes, como mostra Bernadete Alves de Medeiros Marcelino:

1) Com experiência migratória, atuando em organizações constituídas por conhecidos. São “coiotes” locais, que atuam como uma espécie de guias comunitários. Sua função é realizar o traslado fronteiriço de grupos menores de migrantes indocumentados; 2) Independentes, que auxiliam migrantes que não contam com o auxílio do guia comunitário nem de organizações mais sofisticadas; 3) Altamente especializados, que dispõem de ampla estrutura em relação à divisão de trabalho. Entre eles estão incluídos viajantes, guias, acompanhantes, cobradores e recrutadores. Na maioria dos casos, tais “coiotes” dispõem de alojamento e transporte que muitas vezes têm o respaldo de autoridades locais, estaduais e até federais (Marcelino, 2021, p. 36).

Nesse contexto fica evidente que, nos processos migratórios, há diversas formas de atravessamento de pessoas migrantes, por causa da barganha que gera ganho e lucro, a partir de negociação e troca por meio de “interesses em comum: a passagem e a liberação da travessia que, no Brasil, legalmente é regular, mas possui uma série de entraves que vão além das articulações legais” (Martins, 2021, p. 75).

Nesse sentido, o termo agiotas da mobilidade aponta nas relações com os migrantes, um funcionamento de caráter não somente local e regional, mas também global. A globalização guarda profundas relações com os processos migratórios, de modo particular com a questão da migração internacional, “fato social completo” (Sayad, 1998), que é corriqueiro em um mundo marcado pela evolução tecnológica, fazendo parecer que as distâncias geográficas são menores e, conseqüentemente,

mais acessíveis.

3.2 MIGRAÇÃO, EFEITO DA GLOBALIZAÇÃO

O investimento na comunicação global, principalmente a virtual leva as pessoas, por meio da mídia eletrônica, ao estreitamento de grupos que são distantes e cria uma comunidade global dinâmica em forma de rede. Assim, “a globalização e a informatização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando [...] criatividade [...] e potencial de comunicação” (Castells, 2000, p. 93).

A globalização é uma categoria de análise essencial para os estudos das Ciências Sociais, principalmente para a investigação sociológica, já que o caráter conceitual da temática evidencia reflexões transversais sobre o assunto. Isso porque “os processos transnacionais como a globalização política, econômica e cultural trazem uma série de desafios teóricos e metodológicos às ciências sociais” (Sassen, 2016, p. 10), e a globalização é trabalhada cientificamente, como “atividades de movimento social, conflito e guerras, estudos sobre migração, Sociologia ambiental, multiculturalismo e muito mais” (Giddens; Sutton, 2016, p. 20).

Na perspectiva de uma observação mais ampla de fenômenos globais, pode-se definir a globalização como uma categoria análise de elementos sociológicos, que envolvem diversos processos interdisciplinares, pelos quais as populações de indivíduos, geograficamente dispersos, são influenciados à relação mais próxima e imediata, com a intenção de criação politicamente comunitária, de sociedade global. Isso mostra que, “a Terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica” (Ianni, 2000, p. 13).

A ideia de uma sociedade global, segundo Anthony Giddens e Philip W. Sutton, “remonta às discussões sobre as perspectivas para a “humanidade” como um todo durante o Iluminismo no século XVIII” (Giddens; Sutton, 2016, p. 17). Os autores supracitados fazem questão de mencionar a problemática da globalização como um fenômeno ligado às preocupações intelectuais de teóricos como Marx e Durkheim.

Explicam os dois teóricos, Giddens e Sutton, que a “globalização também se inspira nas ideias de Marx do século XIX sobre as tendências expansionistas do

capitalismo e de Durkheim sobre a disseminação geográfica da divisão do trabalho” (Giddens; Sutton, 2016, p. 17).

O indivíduo é um ser socialmente geográfico e pode não se fixar definitivamente no espaço material e cultural onde nasce. Como prova disso, é constatado na história da humanidade um dinamismo de deslocamento através das migrações empreendidas por grupos de indivíduos na tentativa de encontrar melhores condições de vida proporcionadas pela globalização econômica. De fato, observa-se que “a globalização econômica fomenta o aumento da migração, alterando os padrões de movimento e povoamento, criando uma forma mais fluida de existência humana” (Giddens; Sutton, 2016, p. 18).

A migração internacional é um dos fenômenos sociais, políticos e econômicos de manifestações mais diretas e evidentes, que acontecem de modo concreto no atual momento do assim chamado processo de globalização. Uma ideologia política que corresponde à fase do sistema capitalista, que surgiu no século XX, caracterizada por

[...] uma vinculação especialmente estreita entre os diversos subsistemas nacionais, regionais ou comunitários, de modo a criar, como parâmetro relevante para o mercado, a noção de globo terrestre, e não mais, exclusivamente, nação ou região (Delgado, 2015, p. 15).

De fato, com o advento da ideia de mundo global e “todas as facilidades de mobilidade e comunicação que esse processo proporcionou, o fenômeno da migração se tornou mais intenso e mais visível” (Dias, 2020, p. 116). Essas facilidades de mobilidade e comunicação a partir da globalização são resultado do desenvolvimento tecnológico dos últimos tempos, que proporcionam um significativo avanço nos meios de transportes, o que ajuda intensificar os movimentos migratórios em diversas partes do mundo.

A intensificação dos movimentos migratórios - a partir da perspectiva da globalização, que possibilita acessar outras partes do mundo - foi uma das preocupações da pauta da Conferência de Genebra, de 14 de junho de 2023. Ali se debateu o deslocamento forçado que atingiu um novo recorde em 2022, resultado de um impulsionamento causado pela guerra na Ucrânia e pela revisão das estimativas de refugiados, elevando o total global para 110 milhões de indivíduos fora de seus países de origem.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) justificou o resultado de seus estudos sobre a constatação desse número de refugiados a partir de uma metodologia de pesquisa com base em análise de dados históricos, qualitativos, quantitativos, levando em consideração trabalhos de investigação científica de países da América Latina e situação socioeconômica de países e populações pobres. Explica a ACNUR:

A guerra na Ucrânia foi o principal fator de deslocamento em 2022. O número de pessoas refugiadas da Ucrânia aumentou de 27.300 no final de 2021 para 5,7 milhões no final de 2022 – representando o fluxo mais rápido de pessoas refugiadas em qualquer lugar desde a Segunda Guerra Mundial. As estimativas para o número de refugiados do Afeganistão eram muito maiores no final de 2022 devido a estimativas revisadas de afegãos acolhidos no Irã, muitos dos quais chegaram em anos anteriores. Da mesma forma, o relatório refletiu as revisões para cima feitas pela Colômbia e pelo Peru dos números de venezuelanos, em sua maioria categorizados como “outras pessoas com necessidade de proteção internacional” acolhidas nesses países. Os números também confirmaram que, seja medido por meios econômicos ou pela proporção populacional, são os países de baixa e média renda do mundo – e não os estados ricos – que recebem a maioria das pessoas deslocadas. Os 46 países menos desenvolvidos respondem por menos de 1,3% do produto interno bruto global, mas abrigaram mais de 20% de todas as pessoas refugiadas. O financiamento para as inúmeras situações de deslocamento e para apoiar os países de acolhida ficou aquém do necessário no ano passado, permanecendo lento em 2023 à medida que as necessidades aumentam (ACNUR, 2023).

O fenômeno do crescimento acelerado de solicitação de refúgio nesses últimos tempos não está relacionado somente à globalização, mas a outros fatores, como legislação mais favorável, país possível e não ideal, país de trânsito para outras rotas etc., que fazem inúmeros indivíduos buscar o Brasil como uma das possibilidades de terra destino. O Brasil não é excluído das perspectivas de sobrevivência dos refugiados, porque é compreendido historicamente como um país de migrantes.

Essa problemática social de o Brasil ser constatado como dos lugares geográficos mais solicitado por refugiados é codificada sistematicamente pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que através de organismo político apresentam uma análise pormenorizada da realidade do refúgio no Brasil no ano de 2022 revelando que,

[...] a situação do refúgio apresentou maior dinamismo ao longo dos últimos anos no país, como demonstram as publicações anteriores da série Refúgio em Números. De acordo com os dados e informações discutidos neste

documento, durante o ano 2022, constata-se a consolidação do Brasil como país destino para solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, marcado pela pluralidade de origens nacionais (Junger *et al.*, 2023, p. 4).

A análise do documento chama atenção para um elemento particular que se revelou no último ano: “o aumento da presença de mulheres e crianças” (Junger *et al.*, 2023, p. 4). Por isso, os pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) enfatizam que,

[...] a maior presença de mulheres, crianças e adolescentes na composição demográfica dos solicitantes de refúgio reforça a necessidade de um olhar mais específico para as questões de gênero e de idade na formulação de políticas públicas. Neste sentido, o texto traz uma análise específica das dimensões de gênero e estrutura etária que permitem uma compreensão mais acurada da situação destes públicos no país (Junger *et al.*, 2023, p. 4).

Dentro da perspectiva global, outra problemática que deve ser levada em consideração é o alcance das consequências das guerras na motivação dos processos migratórios. De fato, os efeitos de uma guerra sobre a vida civil ganham amplitude pelo fenômeno da globalização. Esse está relacionado à crescente submissão contingente do mundo com relação aos fluxos permanentes e “ininterruptos de comunicações, serviços, tecnologias, entregas e suprimentos” (Hobsbawm, 2007, p. 25).

Por mais que seja relativamente breve a interrupção desses fluxos, isso pode provocar consequências politicamente negativas para a economia global. Por exemplo, a guerra entre Rússia e Ucrânia impactou a economia mundial e brasileira afetando principalmente as exportações de petróleo, trigo, milho, óleo de girassol e fertilizantes (IPEA, 2022)¹².

¹²Os principais produtos exportados pela Rússia somaram US\$1,1 trilhão entre 2016 e 2020, com destaque para o petróleo bruto e derivados e combustíveis fósseis (gás natural, carvão), que correspondem a 56,9% do total exportado pelo país e 11% das exportações mundiais desse produto. Além dos combustíveis, destacam-se o alumínio, com 2,1% das exportações, e o trigo, com 2% das exportações russas e 16% das exportações mundiais. Já a Ucrânia conta com uma menor participação nas exportações mundiais, totalizando US\$100,1 bilhões exportados, sendo que 23,9% das vendas externas ucranianas são compostas por óleo de girassol, milho e trigo, seguida pelo minério de ferro (7%). No comércio exterior, as vendas de óleo de girassol, milho e trigo correspondem a 19%, 4% e 3% das exportações mundiais, respectivamente [...]. Já as exportações brasileiras podem ser afetadas, principalmente no mercado de trigo. Ucrânia, Rússia e Brasil são grandes exportadores de milho, o que significa pressão sobre a oferta brasileira em um cenário de interrupção dos envios dos dois países envolvidos na guerra. A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar quase 30% acima da safra anterior, anormalmente baixa, e o país pode alcançar o mercado chinês nas importações do cereal (IPEA, 2022).

Os efeitos negativos da globalização afetam o Brasil ou qualquer país, porque o funcionamento social da comunidade mundial, através de uma política econômica ampliada, revela que fenômenos globais estão intrinsecamente envolvidos com os acontecimentos nacionais.

Essa mistura complexa entre global e local é tratada por Saskia Sassen como fenômenos sociais simultâneos, parte constitutiva de um único e mesmo movimento sociopolítico, que vai além de um funcionamento de interdependência. Explica a autora supracitada: “Conceber a globalização não apenas em termos de interdependência e instituições globais, mas também como algo que habita o nacional, abre uma vasta e intocável agenda de pesquisa” (Sassen, 2016, p. 10).

O mundo global também envolve o econômico nos processos migratórios, porque a globalização está intrinsecamente ligada com a “migração humana, de maneira particular com a problemática dos migrantes internacionais, nas situações corriqueiras em um universo da evolução tecnológica, que faz diminuir as distâncias geográficas, e as torna mais acessíveis” (Saladini, 2012, p. 21).

A economia capitalista e seus efeitos negativos na vida dos migrantes - por causa de sua transferência de um campo para o outro, de um país para o outro, ou além disso, de um continente para o outro - foi estudada para compreender as condições geradoras e de perpetuação do fenômeno imigratório, das quais hoje essas contradições emergiram. Com base na perspectiva capitalista,

Não é possível falar de imigração, no singular, se levarmos em conta que as motivações gerais – para a saída e o recebimento de imigrantes – foram semelhantes e fizeram parte de uma mesma estrutura de desenvolvimento econômico global e de transformações de caráter demográfico (Patarra, 1995, p. 16).

A globalização apresenta-se como um fenômeno multidimensional, que abrange vários aspectos existenciais, principalmente o econômico ligado ao trabalho, uns dos motivos propulsores da migração de pessoas dentro da perspectiva econômica mundial. Nesse sentido, há uma nova divisão internacional do trabalho nos processos migratórios, como afirma Octavio Ianni:

Simultaneamente à nova divisão internacional do trabalho, o que significa novo impulso o desenvolvimento extensivo do capitalismo no mundo, ocorre uma crescente e generalizada transformação das condições de vida e de trabalho no mundo rural. O campo é industrializado e urbanizado, ao mesmo tempo em que se verifica uma crescente migração de indivíduos, famílias e

grupos para os centros urbanos próximos e distantes, nacionais e estrangeiros (Ianni, 1996, p. 3).

A divisão internacional do trabalho dentro da dinâmica global é resultado da integração econômica entre países, o que acarreta um aumento na fragilidade jurídica, política e econômica nas fronteiras, visto que

[...] a globalização, a vasta ampliação da mobilidade das pessoas e a eliminação em grande escala dos controles fronteiriços na Europa e em outras partes do mundo tornam cada vez mais difícil para os governos controlar o que entre e sai dos seus territórios e o que ocorre neles (Hobsbawm, 2007, p. 144).

A integração econômica entre os países movimenta a criação de mercados comuns, que produz reflexos diretos e indiretos nos processos migratórios internacionais, no livre trânsito de pessoas e também na locomoção limitada. Quanto ao livre trânsito, as pessoas se sentem à vontade para buscar oportunidade de trabalho em outros países que integram os blocos com os seus países de origem, principalmente com o respaldo da dupla cidadania efetiva nacional e comunitariamente (Saladini, 2012). Mas, de fato, o que está em jogo é a hegemonia do mercado, porque

[...] o que se apresenta é um mercado de trabalho único que abarca lugares para além dele mesmo. Os mercados de trabalho locais constituem o mercado de trabalho regional, nacional e até global. Neste *mercado único*, as trabalhadoras e os trabalhadores migram atendendo tanto às expectativas subjetivas quanto às expectativas – exigências e imposições – das mulheres e homens que necessitam de mão de obra – o Capital (Goettert, 2008, p. 208).

Contudo, a integração dos países do mesmo bloco provoca atração nos migrantes, principalmente pela capacidade dos meios de comunicação que potencializa o conhecimento sobre o fortalecimento e o crescimento da economia de cada país. De fato,

[...] o fortalecimento da economia e a conseqüente divulgação disso nos meios de comunicação tornam os países integrantes desses blocos mais atrativos para a migração internacional, inclusive para cidadãos de países não integrantes do bloco comunitário. Desse modo, pessoas que estão a milhares de quilômetros sentem-se motivadas a deixar sua terra de origem na busca de uma nova vida, fenômeno semelhante ao que aconteceu no período das colonizações. Assim, a formação dos blocos regionais e comunitários tem grande influência nos fluxos migratórios da atualidade (Saladini, 2012, p. 57).

A economia mostra que há uma estreita relação entre migração e trabalho, e transforma os desejos pessoais dos indivíduos em mobilidade. Isso porque os processos migratórios em muitos contextos são estimulados pelas oportunidades de trabalho vislumbradas pelas pessoas que se deslocam. Embora existam fatores internos e externos que impulsionam a mobilidade, também há o aspecto de interesse pessoal, resultante de um projeto de vida do migrante, muitas vezes motivado pela busca de trabalho.

3.3 TRABALHO, GERADOR DO IMIGRANTE

A migração é “provocada pela expansão do capitalismo” (Patarra, 1995, p. 3), utilizando-se do trabalho como ferramenta ligada diretamente à condição existencial do migrante, dando-o vida ou morte para o mesmo indivíduo (Sayad, 1998), que só existe socialmente enquanto trabalhador. Contudo, “mesmo se é chamado a trabalhar (como migrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se este destinado a morrer (na migração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório” (Sayad, 1998, p. 48).

O Brasil hoje é país de trânsito, ou seja, ponto de passagem para os migrantes. Porém, historicamente, essa mesma nação é definida essencialmente, como “território recebedor de migrantes” (Patarra, 1995). É uma nação que, desde o início de sua modernização, baseada na presença de europeus, “recebeu migrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses e outros” (Patarra, 1995), com a crença na superação de uma nação atrasada, por causa da existência de negros e indígenas.

A história da migração no Brasil está atrelada ao início da colonização, realizada pelos portugueses, “visando a apropriação militar e econômica da terra” (Patarra, 1995, p. 2), que com “a implantação da grande lavoura de exportação deu origem ao tráfico de escravos africanos, um movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850)” (Patarra, 1995, p. 2). Por isso, a apropriação por meio do poder militar e econômico tem como ponto de partida, cronologicamente, o século XIX, visto que,

[...] nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não-portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultura, atraiu primeiro alemães e depois italianos e outros estrangeiros para o sul do país de modo especial, além de outros lugares. Este processo tomou impulso na segunda metade do século XIX, prolongando-se até o século XX (Patarra, 1995, p. 2).

Foi a partir de meados dos anos 1870 e, sobretudo, a abolição da escravatura, período de reestruturação na economia brasileira mantida pela força de trabalho escrava, que a migração internacional e transnacional para o Brasil ganhou força. Por isso, “uma grande onda migratória constituída de europeus e asiáticos introduziu em terras brasileiras cerca de cinco milhões de migrantes” (Patarra, 1995, p. 3).

Os indivíduos aprisionados na condição de migrantes vivem uma condição social de não-ser, tornando-se sujeito, subjetivamente, invisibilizado. Isso fica evidente na contradição existencial presente na provisoriedade do migrante recebido pela sociedade, a mesma que o recebe e estabelece uma relação de distinção, para mostrar como sujeitos entendidos enquanto migrantes são existencialmente compreendidos nas relações sociais.

Se a função de tudo isso, dos fatos como dos discursos, parece como uma lembrança para os imigrantes de sua condição de trabalhadores apenas tolerados a título provisório, o objetivo visado é o de poder agir sobre a realidade social (ou seja, a imigração) até submetê-la à definição que dela se dá: Como impor a definição mais próxima do modelo ideal típico do imigrante e da imigração? Qual será então essa definição? Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. (Sayad, 1998, p. 54)

É o trabalho que faz nascer o imigrante (Sayad, 1998). Nessa perspectiva dialética entre trabalho e migração, é possível compreender que há uma relação entre os dois fenômenos sociais, o que evidencia que,

[...] a migração de trabalhadoras e trabalhadores é a migração do Trabalho. A migração para o trabalho. A mobilidade pelo trabalho. Sair daqui para trabalhar lá. O trabalho tende a assumir a centralidade no movimento das gentes de um para outro lugar. Medeia a sobrevivência nos lugares. No novo lugar a expectativa é sempre renovada. Expectativas de trabalho – e de bom trabalho – se apresentam como condicionantes destacáveis para deixar um lugar. E também para chegar a outro (Goettert, 2008, p. 207).

O capital integra e articula sobre uma mesma e única dinâmica trabalho-

migração, motivando cada vez mais pessoas de países tão distintos a migrarem. Essa interação do capital se materializa através dos interesses dos “beneficiários da migração”: elites, empresas e Estados (Sayad, 1998, p. 47).

No novo lugar o trabalho é sempre de alguém para alguém. Destituídos de capital e dos meios e instrumentos de produção, migrantes trabalham para outrem. Nas cidades ou nos campos que se constituem em lugares de destino, desenvolvem-se relações entre quem trabalha para alguém e este alguém (Goettert, 2007, p. 207).

Com base nessa perspectiva interativa entre capital e migração, é notável que a expansão econômica do projeto de país, da sociedade brasileira, é percebida, historicamente, como grande “consumidora de migração” (Sayad, 1998, p. 46).

Como utilidade material, o objetivo era transformar os migrantes em indivíduos rentáveis e indispensáveis para a economia e para a demografia do Brasil, principalmente a partir de São Paulo, um dos pontos de partida do investimento do capital financeiro do país. Como expõe Neide Lopes Patarra:

O rápido crescimento da economia cafeeira em São Paulo – que gerou capital para subsidiar a imigração estrangeira – e seus outros desdobramentos (a expansão da rede ferroviária, industrialização e urbanização), aliados às importantes reformas institucionais e políticas (como a abolição da escravatura e o estabelecimento de um regime republicano descentralizado), criaram condições importantes para a imigração em grande escala). Acrescente-se, o reforço da ideologia liberal do século XIX, que tornou o imigrante europeu extremamente necessário à construção da sociedade na nova ordem que se apresentava (Patarra, 1995, p. 3-4).

A partir das perspectivas do capitalismo, os migrantes europeus historicamente são reconhecidos como indivíduos indispensáveis para a economia, política e para a demografia dos países mais pobres. Isso leva a migração a ser interpretada, pragmaticamente, como ferramenta útil para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O Brasil se tornou um mercado de trabalho para os migrantes através da oferta de subsídios financeiros e acesso à terra, proporcionados por agenciadores e recrutadores brasileiros e estrangeiros, que veiculavam uma forte propaganda do Brasil para atrair o máximo de europeus para ocuparem o território nacional, pautado num projeto de uma nova nação, porém, com interesses politicamente antagônicos, como afirma Patarra:

Nos debates em torno das questões de canalização de recursos, investimentos na imigração, haviam duas tendências em choque. Uma das propostas buscava privilegiar a colonização cuja estratégia baseava-se no regime de assentamento na pequena propriedade policultura. A outra objetivava atrair mão-de-obra livre assalariada para a grande lavoura de exportação. Num primeiro momento, até pelo menos nos anos 70, prevaleceu a primeira opção, pois as condições brasileiras do século XIX não favoreciam a imigração de trabalhadores livres (embora tentativas tenham sido feitas). Mesmo a extinção do tráfico não afetou de imediato as áreas agrícolas em expansão, que continuavam sendo abastecidas com escravos oriundos das regiões de economias mais antigas (Patarra, 1995, p. 4).

Segundo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a presença de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil cresceu de forma bastante acentuada nos últimos anos¹³. Esse aumento de solicitação ao território brasileiro, hipoteticamente, está ligado também à história desse país, nação receptora de migrantes, principalmente europeus.

Porém é visível que a imigração cresceu no Brasil no período analisado, mas este crescimento não diz respeito apenas ao histórico como país receptor de migrantes. Há também outros fatores, como o crescimento da xenofobia, de leis antimigração, do tratamento policial conferido aos migrantes no hemisfério norte, por um lado, e, por outro, de legislações e políticas públicas pró-migrantes no hemisfério sul, bem como a expansão do desenvolvimento econômico de alguns países como Chile, Brasil, África do Sul etc., que contribui para atrair migrantes (Cavalcanti *et al.*, 2023).

Um migrante é essencialmente uma forma de trabalho provisória, temporária, em trânsito (Sayad, 1998, p. 45). Nessa perspectiva de Sayad, a provisoriedade é a principal contradição existencial que permeia a condição do imigrante.

Para além da conotação econômica que o termo carrega, migração não seria apenas o ato de deixar para trás a sua terra de origem e se inserir numa terra

¹³ Segundo Claudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional de Justiça, Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), “a presença de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil cresceu de forma bastante acentuada nos últimos anos, tanto nos registros migratórios e solicitações de refúgio, quanto no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com os dados analisados neste documento, durante o período 2010-2019, constata-se um crescente aumento e maior capilaridade da presença de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados nas diferentes regiões do país. Trata-se de uma população diversa e que chega ao Brasil com diferentes origens geográficas, sociais, culturais, entre outros aspectos. Venezuelanos e haitianos lideram o ranking do total de migrantes e solicitantes de refúgio no Brasil” (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020, p. 6).

de destino, mas, também, de ser privado ou destituído de seu meio de sobrevivência existencial, do seu pertencimento social e do seu projeto de vida. Porém, no Brasil, esses desafios são reservados principalmente para os migrantes negros.

Após uma análise teórica de algumas especificidades da concepção da migração como “fato social completo e complexo” (Sayad, 1998), nossa opção nos próximos tópicos, será a de tratar a temática do estudo imigratório, centrando-nos no racismo, fenômeno historicamente interligado à migração, expressando a mesma natureza, ou melhor, consubstanciais.

3.4 RACISMO E MIGRAÇÃO: PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

O estudo da migração no Brasil proporciona uma visível constatação sobre o tema: “no momento em que se começa a refletir sobre o Brasil imigrante não é um assunto esgotado, ainda há muito o que se saber” (Patarra, 1995, p. 2). Por isso, dentro das limitações científicas que nos são impostas pelos desafios da pesquisa, concluímos ser oportuno fazer uma abordagem delimitada de alguns aspectos da temática, com um recorte racial para identificar e provar, de forma teórica, a presença do racismo na história da migração. Nessa mesma linha de raciocínio, afirma Patricia Villen:

A história do fenômeno da imigração no Brasil é imbricada com a história do racismo. Em seu sentido amplo e em sua relação intrínseca com o funcionamento do mercado de trabalho na modernidade, esse fenômeno percorre desde a importação da força de trabalho escrava negra africana, passa pela experimentação daquela semiescrava de asiáticos – coolies – e se consolida na sua forma universal de trabalhadores-livres na segunda metade do século XIX e início do XX – com entradas predominantemente de imigrantes europeus, mas também de japoneses e de outras nacionalidades (Villen, 2015. p. 126-127).

O Racismo e a migração no Brasil são fenômenos historicamente consubstanciais, e que agem simultaneamente em determinadas práticas sociais que inferiorizam o negro, principalmente o migrante, que é vítima de um sistema exploratório, estruturado desde os tempos da escravidão dos africanos até os tempos atuais.

Nessa percepção histórica, e como objeto de estudos científicos, a migração, na virada para o século XX, aparece nas narrativas daqueles que se apropriaram da identidade de migrante no contexto da migração em massa, como

afirma Giralda Seyferth:

Migrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência ou, usando uma referência mais apropriada, e que aparece nos discursos daqueles que assumiram a identidade de imigrante no contexto da imigração em massa na virada para o século XX, estabelecer um novo lar, numa nova pátria. Independentemente de outras qualificações, o imigrante é um estrangeiro, ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como “naturalizado” (Seyferth, 2008. p. 3).

A palavra migrante surgiu no Brasil no século XIX, na década de 1840, período politicamente de ocupação territorial pelos europeus, considerado povoamento de colônias e consolidação do Estado brasileiro¹⁴, que pretendia superar a herança étnica e cultural negra, indígena, através do investimento, principalmente, na migração alemã.

No início do século XIX, ano de 1824, os alemães eram os principais agenciadores de migrantes de seu próprio país. A Alemanha era a nação de confiança do Estado brasileiro, durante o governo do imperador Dom Pedro I (Seyferth, 2008). Por meio dessa prestação de serviço de agenciamento imigratório, principalmente para o Brasil, “na década de 1840, os estados alemães, particularmente a Prússia, foram destacados como os grandes fornecedores de colonos para as Américas” (Seyferth, 2008, p. 7).

A migração, pensada como instrumento de modernização, interferiu no funcionamento da acomodação do negro à estrutura econômica e política da sociedade do final do século XIX, através do aceleração da desconstrução do regime de escravidão negra, a partir da década de 1880, um “momento de crise da mão de obra e das relações de trabalho no mundo social escravista” (Fernandes, 2007, p. 132).

Nesse contexto de mudança na configuração do modelo de sistema econômico exploratório, “para muitos migrantistas, o tráfico era incompatível com a imigração, mas não a escravidão, fadada, necessariamente, ao desaparecimento na

¹⁴ A categoria migrante aparece no campo político no momento de consolidação do Estado brasileiro, na década de 1840, por um lado associada ao povoamento do território e, por outro, ao trabalho livre, tendo em vista as diferentes necessidades do Império e de algumas de suas províncias. Antes desse período a palavra pouco aparece na legislação e nos escritos sobre a colonização estrangeira. O evento histórico aceito como marco inicial da imigração tem sido a fundação da colônia de Nova Friburgo (RJ) em 1819 (Seyferth, 2008. p. 4).

configuração do país moderno e capitalista” (Seyferth, 2002, p. 5). Porém, há um falseamento desse processo de transição estrutural, porque “o problema não era apenas importar mão de obra, mas sim membros de uma raça considerada mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por todas essas qualidades, superior” (Moura, 2019, p. 110-111). De fato, é evidente que esse status de “raça mais nobre” atribuído aos migrantes europeus é uma invenção ideológica das elites brancas detentoras do poder político e social.

A partir dessa proposta de modernização do Brasil, baseada nas ideias do capitalismo, o modelo ideal do trabalhador migrante era orientado para o homem branco e para a cultura europeia, destinatários dos benefícios sociais, políticos e econômicos, derivados de um novo funcionamento socioeconômico pautado no trabalho livre, meio de manutenção do sistema capitalista.

Clóvis Moura explica esse fenômeno de transição sistêmica de um regime para outro a partir de dados históricos, registrados no Brasil, por região. Segundo Moura,

Em 1882 tínhamos, nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro, para 1.443.170 trabalhadores livres e 656.540 escravos, uma massa de desocupados de 2.822.583. Essa era a realidade no processo de decomposição do sistema escravista: tínhamos, portanto, uma população trabalhadora sem ocupação maior do que o total de imigrantes que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900” [...]. Vejamos como esses imigrantes chegaram e a sua conexão com a substituição do trabalho nacional: Períodos: 1851-1860 (proibição do tráfico) – entrada de europeus: 121.747; 1861-1870 (Lei do Ventre Livre) – entrada de europeus: 97.571; 1871-1880 (movimento abolicionista) – entrada de europeus: 219-128; 1881-1890 (Abolição total) – entrada de europeus: 525.086; 1891-1900 (apogeu da imigração europeia) – entrada de europeus: 1.129.315; 1851-1900 – entrada de europeus: 2.092.315 (Moura, 2019, p. 115).

A partir da análise do projeto de branqueamento da sociedade brasileira, visibilizado em dados quantitativos e qualificativos codificados na literatura dos registros teóricos da história do processo geral das migrações no Brasil, considerado meio de modernização do país, é importante enfatizar que,

[...] da perspectiva dos locais receptores, e do Brasil em especial, a expansão do capitalismo e a necessidade de seu fortalecimento – além de fatores ideológicos que privilegiavam o contingente branco, europeu de

preferência, em detrimento de outros segmentos da população não-branca – determinaram a transferência de capitais para esses locais, gerando a necessidade não só de mais mão-de-obra, mas da sua transformação, de escrava para livre (Patarra, 1995, p. 3).

O sistema escravista foi superado no dia 13 de maio de 1888 através de um incompleto processo de abolição, que não se mobilizou para estabelecer um projeto de inserção social, política e econômica aos egressos do cativeiro na nova ordem que se estabeleceu após esse período (Fernandes, 2007), se prolongando até os tempos atuais na vida do negro, de forma trágica, através de práticas racistas.

Houve dificuldades para o Governo e para a sociedade brasileira de acolherem e inserirem nos espaços de convivência, os negros, os que não correspondem aos padrões estéticos culturais, considerados padrão de civilização e progresso no século XIX. Para a autora, essa especificidade é predominante desde o período colonial com influência na atualidade, presente no tratamento muitas vezes discriminatório e xenófobo ao denominado 'o diferente' ou 'o outro' (Seyfert, 2002).

Desse modo, o negro é privado das garantias dos direitos humanos, ou seja, dos direitos básicos para sobreviver, e, ao mesmo tempo, é considerada como grupo social com baixa potencialidade para contribuir com o desenvolvimento social, político, religioso e econômico do Brasil (Hasenbalg, 2005). E, como consequência, tem-se o silenciamento de uma população socialmente marginalizada.

Essa falta de garantia dos direitos humanos resulta, também, da ausência de bens econômicos, que instituem uma determinada alocação involuntária do negro para os lugares de pobreza, miséria e exploração, tornando-o socialmente impotente, como resultado de mecanismos sociais. Por meio dessa lógica, as pessoas negras formam uma grande população étnica empurrada para camadas mais baixas da sociedade (Turner, 2000), mesmo após o processo de branqueamento dessa população, como é evidenciado pela análise histórica do racismo no Brasil.

A gênese histórica do fenômeno do racismo contra o negro migrante tem suas práticas mais explícitas nas relações sociais a partir da década, em 1870, até a libertação da escravidão, em 1888. Nesse período, a produção intelectual serviu historicamente como marco das ideias no Brasil, pois, foi considerado o momento de fortalecimento da educação nacional, através de alguns aparelhos estatais de

pesquisa científica “como os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina, e os institutos históricos geográficos, que só a partir de então conformarão perfis próprios, estabelecendo modelos alternativos de análise” (Schwarcz, 2020, p. 57).

Foi um momento de um intenso debate científico sobre a modernização do Brasil e a construção de sua identidade nacional branca, respaldado por “teorias de pensamento como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo” (Schwarcz, 2020, p. 57).

A teoria darwinista estabeleceu uma nova relação com a natureza, com as ciências biológicas e, principalmente, com as “ciências sociais, como a antropologia, sociologia, história, teoria política e econômica, produzindo uma geração social-darwinista” (Schwarcz, 2020, p. 72). Teoria que levava a acreditar que “a diversidade humana era produzida pela desigualdade das raças, e isso permitia localizar os brancos civilizados no topo da hierarquia e, em geral, os negros ‘bárbaros’ em aproximação com os grandes macacos antropoides, na base” (Seyferth, 2008, p. 10).

Um dos indivíduos que é resultado dessa geração é Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin. Galton, com suas formulações científicas, inaugurou a busca pela melhoria da raça humana sob o ponto de vista biológico, tornando-se o pai da eugenia, pensamento científico que se tornou base estrutural das ideologias racistas (Diwan, 2013, p. 37), visto que tinha como objetivo “purificar a raça, aperfeiçoar o homem, evoluir a cada geração, se superar, ser saudável, ser belo e ser forte” (Diwan, 2013, p. 21).

A teoria da eugenia fundada por Galton em 1883, nas ideias de superioridade, natureza e sociedade, foram construídas como ideologias do pensamento ocidental (Diwan, 2013, p. 37). Galton, em seu sistema eugênico, quis favorecer o Estado e a formação de uma classe geneticamente superior por meio do controle científico da procriação humana e, segundo o qual, as pessoas consideradas inferiores eram eliminadas ou desestimuladas a procriarem (Diwan, 2013, p. 38).

Galton apoiou-se nas ideias de superioridade para propor políticas direcionadas para a criação do darwinismo social, como justificativa da existência de uma possível seleção do mais forte, “provocada pela evolução hereditária” (Schwarcz, 2020, p. 73). O darwinismo social foi aplicado a vários ramos do

conhecimento científico para justificar a existência de “uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor” (Schwarcz, 2020, p. 73). Segundo Pietra Diwan,

[...] dessas implicações essencialmente políticas surgirá o darwinismo social, que, dando voz aos argumentos de racistas e eugenistas, era consoante também com os princípios da burguesia industrial e deu a base científica, do ponto de vista econômico, para os objetivos de controle e permanência no poder (Diwan, 2013, p. 89).

Galton, em sua teoria eugênica, visava essencialmente o aperfeiçoamento da raça, com o objetivo de apresentá-la como ciência fornecedora das bases teóricas para compreender os mecanismos da transmissão das qualidades específicas na relação entre as gerações. Para Galton, “a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações” (Diwan, 2013, p. 89).

No século XIX, a população brasileira se apresentava constituída, preponderantemente, por mestiços em decorrência da hibridização de vários povos (miscigenação), o que trouxe preocupações para as classes de intelectuais, médicos, cientistas, entre outros. Nesse contexto, percebe-se que havia o temor de que os brancos se tornassem herdeiros da inferioridade dos negros (Diwan, 2013).

A influência da eugenia contribuiu, também, para a negação da população negra. Esse pensamento, historicamente presente na mentalidade brasileira, trabalha em favor do embranquecimento da própria sociedade como uma solução “positiva” para o Brasil e para sua elite branca (Diwan, 2013).

O projeto eugênico é construído a partir da teoria do darwinismo social, teoria voltada à biologia e às ciências da natureza, que tem como fonte científica as ideias da obra *A Origem das espécies*, segundo a qual, haveria seleção natural ou preservação das raças favorecidas na luta pela vida (Diwan, 2013).

A eugenia teve papel central na fundamentação teórica do racismo no Brasil, feita por uma elite intelectual (composta por médicos, antropólogos, políticos etc.), expoentes do saber científico, que utilizaram as ideias eugênicas para justificar, teoricamente, a substituição do negro e do indígena com o investimento na recepção dos migrantes europeus. Giralda Seyferth ajuda a compreender essa observação:

[...] o racismo teve papel importante na ideação da sinonímia entre raça e nação; por outro lado, a eugenia de conteúdo racial influenciou as políticas migratórias na maioria dos países ocidentais desde seu aparecimento como

ciência dedicada ao controle de populações. Os movimentos eugenistas, formados por políticos, médicos, antropólogos e outros cientistas foram mais comuns após o desfecho da 1ª Guerra Mundial. O primeiro congresso que reuniu tais especialistas no Brasil realizou-se na década de 1920 e, significativamente, destacou a imigração como principal alvo de políticas públicas seletivas (Seyferth, 2008. p. 2).

Essa observação revela que “a ideologia do branqueamento permeia então o pensamento de quase toda a produção intelectual do Brasil e subordina ideologicamente as classes dominantes” (Moura, 2019, p. 110-111), pois são elas as responsáveis pela formação e manutenção do pensamento e das ideias racistas da sociedade brasileira. Sobre o papel da ciência na manutenção do racismo, explica Abdias Nascimento:

A “superioridade” do branco e a “inferioridade inata” do negro-africano são louvadas em todos os tons, e a ciência não negligencia esta tarefa: a antropologia, a etnologia, a história e a medicina contribuíram para a edificação da ideologia e para a institucionalização do racismo com fundamentos “científicos” (Nascimento, 2017, p. 197).

Para compreender de modo mais abrangente a influência da eugenia no Brasil, é necessário ter uma visão da situação econômica, social, política e cultural do país dos séculos XIX e XX, período de ampla rejeição da miscigenação racial. Esse fenômeno caracterizava o país como uma nação composta por uma diversidade de raças.

Houve, nesse período, uma ampla rejeição da miscigenação. Contudo, paradoxalmente, a miscigenação foi também almejada para atingir um objetivo maior: o branqueamento físico e cultural do povo brasileiro. O Brasil era descrito “como nação miscigenada, porém, em transição [...] por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco” (Schwarcz, 2020, p. 16).

Houve acolhida e adaptação das teorias raciais no contexto brasileiro. Elas eram assumidas como modelo de sucesso do pensamento científico da Europa do final do XIX e a solução para o Brasil, um país que queria uma modernização, a partir do extermínio racial do negro e do mestiço, considerados atrasos para o desenvolvimento da nação.

A mistura racial foi vista, inicialmente, como emperramento do progresso do Brasil – posto que a concepção das teorias raciais clássicas, que defendiam a pureza racial, dava origem a um tipo étnico degenerado, o mestiço. Isso era o

resultado de uma “população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia, queixava-se o conde Arthur de Gobineau¹⁵” (Schwarcz, 2020, p. 17). Segundo Seyferth,

[...] a dosagem certa de mistura racial teria sido fundamental para desencadear processos civilizatórios, mas a miscigenação em larga escala produz decadência. A seleção social __ um imaginado mecanismo de depuração das características das raças “inferiores” __ estaria atuando na sociedade brasileira porque os mestiços escolhem cônjuges mais claros. O avanço da genética, e os estudos sobre grupos mestiços, arruinaram esse modo de apreender a mestiçagem como processo de formação de uma raça histórica. Mesmo assim, a tese do branqueamento persistiu na discussão da política imigratória até meados do século XX (Seyferth, 2008, p. 10).

Porém, para outros segmentos intelectuais, a mestiçagem passou a ser compreendida como potencial solução para o “problema” nacional. Isso porque, cientistas brasileiros adaptaram as teorias raciais europeias – que tinham profunda aversão à miscigenação – aos interesses políticos e sociais da conjuntura brasileira (Seyferth, 2008, p. 10).

A questão racial era uma das temáticas centrais no debate do período do século XIX. Essa discussão aconteceu à luz das teorias científicas que defendiam a superioridade do homem branco e a inferioridade dos não brancos, além de afirmarem que a miscigenação entre diferentes raças humanas, elemento que causava degeneração na sociedade brasileira (Seyferth, 2008).

O pensamento científico do período do século XIX evidenciava que, “a noção hierárquica de civilização estava por trás de certos desideratos biológicos - fazendo da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista” (Seyferth, 2002, p. 2). Essa visão hierárquica foi apropriada por alguns intelectuais brasileiros, a partir de seus interesses sociais, políticos e econômicos, voltados para o “desenvolvimento” do Brasil – um país constituído em sua maioria por uma população não branca (negros, indígenas e mestiços) (Seyferth, 2008)

No final do século XIX, o Brasil era considerado, na visão de alguns “viajantes europeus”, um modelo único e singular de “extrema miscigenação racial”; um “festival de cores”; “uma sociedade de raças cruzadas”, representativamente, “uma nação multiétnica”, compreendida pela ciência, como “espetáculo brasileiro da

¹⁵ O conde Arthur de Gobineau permaneceu no Rio de Janeiro durante quinze meses como enviado francês.

miscigenação” (Schwarcz, 2020, p. 15).

A miscigenação é um fenômeno universal e milenar, que comprova que não há mais raças ou etnias puras no mundo, visto que a antropologia demonstra essa dinâmica racial na Europa, África, Ásia, América etc. Por isso não se encontra nada de específico, como o fato de o português, em determinadas situações especiais, ter estabelecido “contato sexual” com as raças pertencentes às suas colônias (Moura, 2019, p. 88-89). Ainda segundo Clóvis Moura,

[...] com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente essa população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida (Moura, 2019, p. 90).

O Brasil, como país modelo único e singular de “extrema miscigenação racial”, foi convidado através do “diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda¹⁶, para participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911”, em Londres (Schwarcz, 2020, p. 15). Nesse evento, Lacerda apresentou sua tese, ideologicamente defendida: “*Sur les métis au Brésil*” – “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (Schwarcz, 2020, p. 15-16).

Segundo o depoimento do médico, João Batista Lacerda, a população miscigenada do Brasil, dentro de um século, apresentaria um aspecto bastante diferente do atual: “as correntes de migração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro” (Schwarcz, 2011, p. 239).

Nesse período, Lacerda defendeu sua tese de forma discursiva, afirmando que, “o Brasil servia como um exemplo do cruzamento extremado de raças, algo que [...] era visto como extremamente negativo: representávamos um exemplo de

¹⁶ “João Baptista de Lacerda (1846-1915) foi o cientista eleito para representar o país naquele evento. Intelectual de renome nacional, Lacerda formara-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, era autor de pesquisas na área de fisiologia e microbiologia, tendo exercido atividades de relevo durante sua carreira. Foi ministro da Agricultura e, no Museu Nacional, chefe do Laboratório Experimental e subdiretor das seções de zoologia, antropologia e paleontologia. Boa parte de suas investigações resultou em artigos publicados na renomada Revista do Museu Nacional. Foi também diretor dessa instituição, além de presidente da Academia Nacional de Medicina” (Schwarcz, 2011,

degeneração, obtida pelo efeito perverso da mistura de raças” (Schwarcz, 2011, p. 226).

O objetivo de Lacerda era transformar o cruzamento racial, visto como um problema, em solução, na medida em que acreditava, ideologicamente, “em uma espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção – branca – dos mais fortes, e com alguma fé” (Schwarcz, 2011, p. 228).

Na perspectiva do pensamento defendido por Lacerda, haveria uma progressiva mutação racial geracional, até alcançar o protótipo ideal de cor de nação: a branca. Para Lacerda, “em três gerações, ofereceríamos um exemplo ao mundo: mostraríamos uma redenção e ‘redução’ étnica, bem no alvorecer do novo século” (Schwarz, 2011, p. 231). O negro seria dizimado entre os brasileiros e, junto com o incentivo à migração europeia, a nação seria definitiva e finalmente branca, um país modernizado.

De acordo com Lacerda, o enviado brasileiro ao I Congresso Universal das Raças,

[...] quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos anglo-saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe se utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população encontrar-se-á então vis-à-vis aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições que os Estados Unidos da América do Norte vis-à-vis aos povos anglo-saxões do Velho Continente. (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 240).

A partir do pensamento de Lacerda, percebe-se que a política de “branqueamento” da população brasileira que deu aos europeus livre acesso ao território brasileiro, transforma a europeização, antes restrita ao ambiente doméstico agora em objetivos sociais, políticos e econômicos do projeto de modernização do país.

Segundo Giralda Seyferth, nesse contexto de branqueamento do Brasil, a “noção hierárquica de civilização estava por trás de certos desideratos biológicos,

fazendo da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista” (Seyferth, 2002, p. 119).

Na perspectiva da autora, o ponto central dessa adequação incidiu na produção de um modelo interpretativo peculiar. Instaurou-se a ideia de que, a saída estaria no branqueamento gradativo das gerações justamente através da mestiçagem como uma espécie de regeneração, ou seja, de aprimoramento progressivo da raça (quadro a redenção de Cam¹⁷).

A versão da narrativa do Gênesis, primeiro livro sagrado do Antigo Testamento, foi utilizada pela Igreja para justificar a escravidão dos africanos. O texto narra a maldição de Noé sobre seu filho Cam, considerado pai da população negra, pessoas da pele escura.

A leitura teológica desse texto bíblico serviu, ao logo da história, para sustentar a escravidão, pois, segundo a interpretação da narrativa, os africanos descendem de Cam, o filho de Noé amaldiçoado pelo pai, por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado, após tomar vinho, fruto da videira. Kabengele Munanga anota: “Até o fim do século XVII, a explicação dos ‘outros’ passava pela Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação” (Munanga, 2003).

O Brasil, influenciado pela concepção europeia, era considerado o território sagrado para a devolução da graça divina aos negros que moravam na África, continente demonizado pelo cristianismo. Por isso, no pensamento do Antônio Vieira, a transferência dos negros para o Brasil, embora como escravos, foi uma graça de Deus (Nascimento, 2017).

Desse modo, a miscigenação se configuraria como uma etapa transitória para alcançar o objetivo maior: transformar corpos negros em corpos brancos, ou, mais do que isso, embranquecer a população não apenas fisicamente, mas também culturalmente (Stepan, 2005).

Simultaneamente, projetou-se o extermínio do negro que, nessa conjuntura, foi considerado raça inferior e principal símbolo de atraso do país. Porém, no Brasil, aderiu-se à eugenia, com o mesmo objetivo de purificar e aperfeiçoar os grupos que passaram pelo processo de mistura racial. Por isso, “a questão racial emergiu na

¹⁷ Uma pintura sobre tela realizada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895. Uma obra que aborda as teorias raciais controversas do fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo embranquecimento contínuo das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação.

segunda metade do século XIX, evidenciada na discussão sobre a migração asiática e, particularmente a africana” (Seyferth, 2008, p. 9), população racial do “atraso” da nação.

A ideologia do branqueamento atravessa o pensamento de uma parte significativa da produção intelectual do Brasil, subordinada ideologicamente às classes dominantes (Moura, 2019, p. 110-111). Por causa disso, as teorias racistas do século XIX se manifestaram no Brasil especialmente através da tese do branqueamento, maneira de visualizar um possível futuro de um país moderno, civilizada, com uma nação formada pela miscigenação seletiva com o concurso da migração europeia.

Nessa perspectiva, “o ideal de branqueamento aparece desde os primórdios da migração”, com “o respaldo da ciência baseada na noção de seleção social e na miscigenação, apropriada à realidade nacional” (Seyferth, 2008, p. 10).

A intenção do ideal de branquear o país justifica o incentivo à migração europeia por parte das elites econômicas e do próprio Estado, porque, “o branqueamento como ideologia das elites de poder vai se refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado que começa a fugir das suas matizes étnicas para mascarar-se com os valores criados a fim de discriminá-lo” (Moura, 2019, p. 99).

Porém, a mesma proposta de branqueamento defendia a ideia de que os não-brancos, principalmente os indivíduos da população negra, representavam um fator de atraso para a nação brasileira e, portanto, não era interessante promover sua integração. De fato, no pensamento imigrantista do século XIX,

[...] a escravidão não é percebida como um regime imoral ou ilegítimo, mas simplesmente adjetivada por seu caráter arcaizante, um modelo econômico retrógrado e impeditivo de imigração porque produz uma imagem negativa do país na Europa. Em resumo, a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de imigrantes potenciais. Nesse sentido, não precisavam estar situados no debate sobre imigração (Seyferth, 2002, p. 5).

As teorias da eugenia e da mestiçagem fundamentaram a crença de que “a raça negra desapareceria entre os brasileiros e, junto com o incentivo à migração europeia, a nação seria definitiva e finalmente branca” (Schwarz, 2011, p. 231). Por isso com base na história da migração, “desde 1818, as palavras branco, europeu e civilização já estavam em pauta” (Seyferth, 2008, p. 10).

De acordo com a ideologia da brancura, “o negro-africano não tem história, nunca teve cultura; sua existência “natural” sempre careceu de arte, religião e sutileza” (Nascimento, 2017, p.197). Estava presente na mentalidade dos defensores da migração e utilizadores das teorias do branqueamento “argumentos reportados à desigualdade racial e inferioridade cultural dos africanos negros (cuja vinda seria equivalente ao restabelecimento do tráfico de escravos)” (Seyferth, 2008, p. 9). Segundo Clovis Moura, essa teoria do branqueamento,

[...] ideologia racista atuou como mecanismo que, se não determinou, influenciou de forma quase absoluta nesse processo. Remanipulam-se dois estereótipos de barganha contra a integração do negro no mercado de trabalho. Um refere-se ao seu passado: como escravo era dócil. Outro ao seu presente: a sua ociosidade. Por outro lado, o imigrante não criaria mais problemas nesse processo de transição, pois já estava disciplinado (Moura, 2019, p. 113).

Para materializar o projeto de branqueamento do Brasil através da utilização dos migrantes, o poder político brasileiro do momento contou, primeiramente, com investimento na migração alemã, quando agenciadores e empresas colonizadoras brasileiras atuaram no aliciamento de migrantes para o Brasil. Por isso, "em 1824 o principal agenciador era alemão e pessoa da confiança de D. Pedro I; na década de 1840, os estados alemães, particularmente a Prússia, foram destacados como os grandes fornecedores de colonos para as Américas” (Seyferth, 2008, p. 7).

Esse engajamento de migrantes alemães no projeto colonizador cronologicamente prevaleceu até a década de 1870. A iniciativa está “relacionada ao volume de pessoas dispostas a emigrar, sobretudo as oriundas dos distritos agrários da Pomerânia” (Seyferth, 2008, p. 7). Isso revela que “antes da Abolição, os migrantistas apresentavam projetos para que os europeus fossem trazidos como mão de obra capaz de sincronizar-se com o surto de progresso da região” (Moura, 2019, p. 112).

Foi durante esse período que os grandes latifundiários paulistas e mineiros queriam migrantes vistos como colonos, a partir de contrato de trabalho para substituir a mão de obra escrava, “lembrando que a retomada da migração e a promulgação da Lei de Terras coincidiram com o fim do tráfico de africanos” (Seyferth, 2008, p. 7). Para a mentalidade desse período, a força de trabalho dos negros escravizados já não servia mais para o funcionamento do país e poderia impedir a modernização de uma sociedade considerada culturalmente atrasada. A

esse respeito, afirma Clovis Moura:

Já não se trata de acabar com a escravidão, mas de enfatizar que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, suas crenças deviam ser combatidas, pois não foram cristianizados suficientemente, enquanto o italiano, o alemão, o espanhol, o português, ou outras nacionalidades europeias, viriam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e socialmente às nossas tradições latinas” (Moura, 2019, p. 110).

No início do período dos debates políticos e econômicos sobre raça e assimilação de migrantes, os alemães predominavam nas áreas coloniais com seus núcleos familiares. Os migrantes eram os colonos ideais para a política de estado, que estava preocupada com a modernização da agricultura e com o fim inevitável do regime escravista (Seyferth, 2008). Porém segundo Giralda Seyferth,

No contexto da grande imigração, iniciada na década de 1880, os alemães foram numericamente superados pelos “latinos”, especialmente pelos italianos, inclusive no regime de colonização, e São Paulo tornou-se o maior polo de atração de estrangeiros (Seyferth, 2008, p. 9).

Após a utilização dos alemães para o processo de branqueamento da população brasileira e para fortalecer esse projeto de nação, o Brasil investiu na recepção de migrantes de outras nacionalidades brancos para a superação da herança negra e indígena. “Certamente muda o perfil do migrante ideal, que não é mais o europeu em geral, mas os latinos mais próximos dos brasileiros – portugueses, italianos e espanhóis” (Seyferth, 2008, p. 9).

O Brasil se abriu para outros perfis migratórios que “subentende uma nova configuração da categoria estrangeiro acoplada a migrante e colono” (Seyferth, 2008, p. 9), para dar continuidade no seu projeto de branqueamento da nação. Não era necessário ser alemão e europeu, mas era preciso ser branco de formação latina, católica e de língua portuguesa (Seyferth, 2008).

Como afirma Abdias Nascimento, o “racismo atingiu a perfeita harmonia entre relações econômicas e ideologia” (Nascimento, 2017, p. 101). Por isso, essa exigência da escolha do migrante branco independente da nacionalidade está ligada às influências da eugenia, base ideológica das teorias racistas. A análise de Giralda Seyferth ajuda a compreender a observação das consequências do pensamento eugênico na seletividade dos migrantes:

Não são raras, nesse contexto, correlações entre etnia, raça e saúde, dentro do jargão eugenista, exigindo uma “política biológica” seletiva (com exames fenotípicos), a imigração associada a “melhoria da etnia nacional”. A preocupação com a eugenia, além da raça, refletia o temor de receber a “escumalha de guerra” - referência básica aos refugiados (Seyferth, 2002, p. 49).

Nesse período, auge da campanha pelo branqueamento da nação brasileira, houve uma mudança no funcionamento do sistema de produção, o que permitiu que o trabalho escravo realizado pelo negro fosse descartado e substituído pelo trabalho livre considerado mão de obra assalariada, apropriada pelos migrantes europeus, “sinônimos” de modernização e superação do atraso nacional (Moura, 2019, p. 109). A partir dessa visão dualista entre passado entendido como atraso e futuro, como modernização,

[...] coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representa a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Dessa forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada (Moura, 2019, p. 109).

A ideologia do branqueamento penetrou profundamente na sociedade brasileira através da migração europeia e depois latina. Contudo, “houve um processo de investimento capitalista nos mecanismos dinâmicos da política migratória” (Moura, 2019, p. 117). Onde isso aconteceu, o negro representado pelos ex-escravos foi submetido a uma economia de miséria, que persiste até os dias atuais.

Com base na pesquisa bibliográfica, é possível inferir que racismo e migração são fenômenos historicamente interligados. Isso lança pistas teóricas, para a compreensão da migração como um “fato social completo” (Sayad, 1998) e complexo, provocado por inúmeros motivos, principalmente nos tempos atuais.

Contudo, a migração por ser um fenômeno global revela que são muitos os países, como o Brasil, que estão recebendo migrantes provenientes de diferentes regiões do mundo, muitos dos quais são negros ou afrodescendentes, como nos últimos dez anos, aconteceram intensos fluxos migratórios de haitianos rumo ao Brasil em busca de melhores condições de vida.

Diante desse fato concreto é evidente o processo de alteração nas relações sociais, visto que, novos desafios estão surgindo, sobretudo, em relação ao acolhimento dos migrantes negros num contexto em que a existência do racismo no Brasil gera inúmeras violências contra esse grupo étnico estrangeiro.

Contudo, a partir desses desafios, a Igreja Católica, ao longo do século XX e XXI, se relevou de modo geral, como presença solidária na origem e destino dos migrantes, através de um trabalho pastoral de colaboração religiosa e política, em benefício dos migrantes, possibilitando a organização e o trabalho pelas conquistas de seus direitos básicos, como será apontado no próximo capítulo.

4 IGREJA CATÓLICA E MIGRAÇÃO

4.1 DIÁLOGOS CATÓLICOS COM A MODERNIDADE

O presente capítulo é resultado da pesquisa documental e tem a produção do Vaticano¹⁸ (escritos dos papas) como fonte principal do trabalho pastoral da Igreja, com a pretensão de analisar sua implicação histórica em relação aos migrantes. Dessa forma, buscou-se compreender, por meio de seus próprios documentos oficiais, o compromisso da instituição religiosa na busca por uma cidadania plena, universal, na qual os migrantes possam ser tratados dignamente e com igualdade na diferença, ou seja, como pessoas de direitos e deveres como todos os habitantes de qualquer país.

De fato, deve-se levar em consideração que a Igreja acolhe os migrantes e se compromete politicamente com o sofrimento dessas pessoas, a partir de denúncia de injustiças cometidas contra elas, do trabalho pastoral de congregações religiosas e da colaboração de entidades sociopolíticas voltadas para o atendimento dos migrantes, como será apresentado neste capítulo.

A Igreja, entendida como um fenômeno histórico, começa a se posicionar politicamente de forma evidente sobre os problemas sociais, políticos e econômicos da humanidade a partir da transformação sociocultural da modernidade, que retirou da instituição religiosa o seu papel de mentora ideológica da sociedade ocidental.

A mudança cultural da sociedade, provocada pela modernidade, apresenta a história do catolicismo ocidental do século XIX como uma tentativa de aproximação da Igreja com a sociedade moderna no enfrentamento político de alguns problemas sociais da época. Entre eles, destaca-se a exploração do sistema capitalista sobre a força de trabalho dos migrantes operários, provocada pela Revolução Industrial. Assim,

[...] a Revolução Industrial e suas conseqüências deixaram marcas profundas na sociedade de então. Entre elas, a reorganização da produção e da economia sob bases capitalistas, a expropriação dos camponeses de suas terras e o conseqüente êxodo rural em massa, o crescimento da

¹⁸ O Vaticano é a sede mundial da Igreja Católica. Contudo, “pelo Tratado de Latrão, em 1929, a Itália reconhece a soberania da Santa Sé sobre o Vaticano, declarando-o Estado soberano, neutro e inviolável. O atual Estado do Vaticano possui aproximadamente 0,44 km², sendo a menor entidade territorial do mundo administrada por um Estado” (Barros Filho, 2021).

desocupação nas cidades europeias e a emigração incontrolável para as Américas (Gonçalves, 2000, p. 7).

Para dar uma resposta efetiva aos problemas sociais, políticos e econômicos, a Igreja, ao longo da história do cristianismo, instituiu inúmeras ordens e congregações religiosas, sensivelmente abertas às situações de sofrimento e de abandono de indivíduos e classes, socialmente vulneráveis. Entre elas estão migrantes e refugiados, ou seja, pessoas dependentes do fenômeno da mobilidade humana para sobreviver.

Essa iniciativa da Igreja surge como resultado do processo dos primeiros passos de abertura da instituição, proposta pelo pontificado do Papa Leão XIII, o cardeal Gioachino Pecci, através da encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). O pronunciamento oficial do chefe católico para o mundo sobre a condição operária, escrita em 1891, foi um meio de diálogo com o mundo do trabalho, representado pelas relações de exploração dos operários pelos patrões, marcada pela Revolução Industrial. Em resposta à primeira grande questão social,

Leão XIII promulga a primeira encíclica social, a *Rerum novarum*. Ela examina a condição dos trabalhadores assalariados, particularmente penosa para os operários das indústrias, afligidos por uma indigna miséria. A questão operária é tratada segundo a sua real amplitude: e explorada em todas as suas articulações sociais e políticas, para ser adequadamente avaliada a luz dos princípios doutrinários baseados na Revelação, na lei e na moral natural (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, p. 89).

A Igreja, a partir da preocupação do Papa Leão XIII com os problemas sociais representados pela complexidade do mundo do trabalho, começa então a revelar desejos de superação da postura medieval do poder político. Além disso, no poder da influência da voz do pontífice - que reconhece e exige os deveres do Estado para os trabalhadores – oferece diálogo para mediar às relações trabalhistas, a partir de uma possível organização na convivência social entre patrões e operários, como método de superação dos conflitos entre essas duas classes.

Leão XIII foi o papa que inseriu a Igreja Católica no mundo moderno, forjado pela revolução política e iniciado na revolução industrial, empreendendo a tentativa de conciliar o espírito moderno com a tradição cristã milenar sem nenhum detrimento da Igreja. É um encontro do catolicismo com a sociedade moderna, marcada pela revolução industrial.

Já no século XVII, o período moderno se apresentou como mentor cultural e

intelectual do desenvolvimento do processo científico e tecnológico. Isso contribuiu para a grande transformação estrutural, dando sustentação à sociedade capitalista, que tomou maior impulso político-ideológico com a Revolução Industrial iniciada no século XVIII.

Implantada a Revolução Industrial na Inglaterra e na França, o modo de vida e as relações sociais sofrem um processo de mutação irreversível nas estruturas socioeconômicas e sociopolíticas, configurando uma nova sociedade fundamentada na exploração dos modos de produção capitalista. Nesse contexto, acontece substituição do trabalho manual pela máquina, como meio de mecanização da força para aumentar a produção, com o objetivo de garantir o crescente lucro e a dominação do mercado. Os indivíduos da Idade Média, que produziam a mercadoria para o próprio consumo, passam a produzi-la para o mercado com a finalidade de sustentar e mantê-lo, tornando-o o centro da vida social (Carmo, 2007).

A Revolução Industrial impôs uma transposição simbólica e funcional do trabalho que mudou toda a relação entre trabalhador e objeto produzido, com instauração do domínio da máquina e do capital sobre as relações sociais, como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Afirma Paulo Sérgio do Carmo:

Na Inglaterra, com a manufatura de lã, a invenção do tear mecânico e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, que propiciou novo elemento energético, superior à força da água, do vento, dos animais e do homem, e foi empregado, principalmente, na produção têxtil e metalúrgica. Com a Revolução Industrial tem-se a transição do sistema doméstico de trabalho à manufatura. As antigas relações sociais de produção são rompidas, instaurando o completo domínio da máquina e do capital sobre a sociedade (Carmo, 2007, p. 30).

Antes da mudança das relações sociais do trabalho, o indivíduo tinha *status* de independência das forças coercitivas do capitalismo. Contudo, a produção era realizada pelos mestres artesãos, com o auxílio de dois ou três empregados, para um mercado reduzido e estável, como algo secundário. Nessa organização social do trabalho, o artesão era proprietário da matéria-prima que utilizava como instrumentos de produção com que trabalhava. Havia um domínio completo da mercadoria produzida, pois o artesão produzia peça por peça da arte, o que exigia agilidade no uso da ferramenta e habilidade na transformação da matéria-prima em utensílio manufaturado criativamente.

Esse sistema artesanal de produção foi destruído pelo sistema fabril, instituído pela Revolução Industrial, que se desenvolveu, sobretudo, a partir do século XIX. Nessa reconfiguração social do trabalho, a produção é reorientada para um mercado cada vez maior, sendo a fábrica o espaço coercitivo da realização do trabalho, sob uma rigorosa dependência e supervisão do trabalhador. Como consequência, o indivíduo responsável pelo processo de construção da mercadoria, perde completamente sua independência.

No sistema fabril, há inversão de valores nas relações sociais do trabalho. A habilidade para a produção deixa de ser importante como no sistema artesanal, devido ao investimento no potencial uso da máquina, como um novo meio utilizado para aumentar a produção exigida pelo mercado. A máquina se impõe como o símbolo da homogeneização do trabalho humano, controlando todo o processo produtivo, a partir de um ritmo programado, independentemente da habilidade do trabalhador. É o processo de padronização da produção, como afirma Paulo Sérgio do Carmo.

Padroniza-se a produção, que aumenta exponencialmente, e impõe-se uma disciplina sem paralelo até então em qualquer atividade produtiva. As jornadas de trabalho tornam-se mais longas, as condições de higiene e segurança deixam muito a desejar, provocando a resistência dos primeiros operários (Carmo, 2007, p. 32).

A Igreja, como hierarquia, foi tensionada politicamente pela situação degradante dos trabalhadores submetida a péssimas condições de trabalho e da exploração da mão de obra, principalmente na excessiva carga horária, imposta pela coerção industrial. Afirma Adriano Sella que foi “o clamor dos assalariados industriais, dos operários, que provocou o Magistério da Igreja a assumir a questão social, marcada pela injustiça e pela opressão, como parte importante da vida da Igreja” (Sella, 2003, p. 214).

Esse é o primeiro passo de irrupção no interior da instituição católica, provocando o papado a repensar e analisar a realidade a partir do sofrimento dos operários oprimidos pelos empresários do capitalismo industrial, como afirma o Compêndio da Doutrina Social da Igreja:

Os eventos de natureza econômica que se deram no século XIX tiveram consequências sociais, políticas e culturais lacerantes. Os acontecimentos ligados a revolução industrial subverteram a secular organização da

sociedade, levantando graves problemas de justiça e pondo a primeira grande questão social, a questão operária, suscitada pelo conflito entre capital e trabalho. Nesse quadro, a Igreja advertiu a necessidade de intervir de modo novo: as “res novae”, constituídas por tais eventos, representavam um desafio ao seu ensinamento e motivavam uma especial solicitude pastoral para com as ingentes massas de homens e mulheres. Era necessário um renovado discernimento da situação, apto a delinear soluções apropriadas para problemas insólitos e inexplorados (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, p. 88).

Leão XIII reconhece a condição degradante do trabalhador explorado como fenômeno arquitetado pelo aparelhamento industrial, preocupado com o lucro e não com a pessoa, peça fundamental da produção para os capitalistas. Condição que exige da Igreja compromisso e inserção política no mundo do trabalho, como afirma o Papa: “É necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida” (Leão XIII, 1891, p. 2).

Percebe-se que nesse pensamento papal, há um distanciamento da concepção metafísica de pobreza como fato natural, predestinado por uma divindade (Deus), e uma aproximação racional da miséria imerecida dos proletários, fato material, produto do sistema capitalista.

Na estrutura da sociedade industrial, os operários eram utilizados como instrumentos de lucro, a partir da força de trabalho, materializada na extensa carga horária exigida pelos empresários. Além disso, o salário pago por esses era injusto, como denuncia o papa: “Os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada” (Leão XIII, 1891, p. 2).

A Igreja está imersa na realidade social que a condiciona historicamente, tem os seus conflitos sociais que a atravessam estruturalmente e provocam divisões de interesses de classes dentro da própria instituição. Esses interesses orientam as relações de poder e o jogo de força dos grupos dominantes e dominados na implementação de suas ideologias específicas, em apoio e na contraposição dos elementos hegemônicos do contexto histórico vivido.

Pode-se observar que a Igreja, como toda instituição social, tem autonomia e poder de reação, por isso pode desenvolver um papel protagonista e não simplesmente reativo. Contudo, como agente social, não está passiva numa determinada situação, mas chega a ser responsável por mudanças estruturais na organização de uma nova sociedade. A esse respeito, firma Luiz Alberto Gómez de

Souza: “No momento das invasões bárbaras dos primeiros séculos, as Igreja ajudaram a plasmar uma nova sociedade e o mundo feudal mais adiante” (Souza, 2014, p. 38).

As transformações provocadas pela modernidade nos campos cultural, político, econômico e religioso, forçaram uma mudança no funcionamento do catolicismo ocidental do século XIX, levando-o a uma tentativa de aproximação da Igreja com a sociedade moderna.

A Igreja - a partir da preocupação do Papa Leão XIII em relação aos problemas sociais, representados pela complexidade do mundo do trabalho - revelou seu desejo de superação da postura medieval do poder político e o exercício de influência. Por meio da voz do papa, ela reconhece e exige os deveres do Estado com os trabalhadores, oferecendo diálogo para mediar as relações trabalhistas.

Leão XIII foi o papa que inseriu a Igreja Católica no mundo moderno forjado pela revolução política e iniciado na revolução industrial, empreendendo a tentativa de conciliar com o espírito moderno com a tradição cristã milenar sem nenhum detrimento da Igreja. É um encontro do catolicismo com a sociedade moderna, marcada pela revolução industrial (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005).

O período moderno se apresentou como mentor cultural e intelectual do desenvolvimento do processo científico e tecnológico, que contribuiu para essa grande transformação estrutural, dando sustentação à sociedade capitalista, que tomou maior impulso político-ideológico com a Revolução Industrial iniciada no século XVIII.

A aproximação da Igreja Católica com a modernidade foi o ponto de partida teórico e metodológico para a construção do pensamento político e religioso dos papas no que se refere às orientações oficiais do Estado do Vaticano sobre a complexidade dos processos migratórios dos séculos XX e XXI.

4.2 ORIENTAÇÃO DO ESTADO DO VATICANO SOBRE A MIGRAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI

A Igreja Católica, como toda instituição, tem as suas orientações no âmbito religioso, político e social sobre temas que se referem à proteção e manutenção dos direitos da pessoa humana. Por isso, a instituição religiosa afirma suas linhas pastorais na defesa dos migrantes, com as seguintes palavras:

Juntamente com a norma canônica, uma leitura atenta dos Documentos e das disposições emanadas até agora pela Igreja sobre o fenômeno migratório nos leva a salientar algumas importantes aquisições teológicas e pastorais, tais como: a centralidade da pessoa e a defesa dos direitos do homem e da mulher migrante e dos seus filhos; a dimensão eclesial e missionária das migrações; a revalorização do apostolado dos Leigos; o valor das culturas na obra de evangelização; a tutela e a valorização das minorias, também no interior da Igreja; a importância do diálogo intra e extra eclesial; a contribuição específica da emigração para a paz universal. Estes documentos apresentam também a dimensão pastoral do empenho para com os migrantes (Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes, 2004).

A produção de documentos oficiais da Igreja, como encíclicas¹⁹ e exortações apostólicas²⁰ dos papas sobre a relação Igreja Católica na questão migratória, compreendida como uma literatura sociorreligiosa na defesa dos direitos dos migrantes, iniciou-se a partir do ano de 1940, com o Papa Pio XII. Com efeito, o religioso nesse período de 1940 organizou

[...] a constituição de um Serviço especial para socorrer todos os necessitados e todas as regiões do mundo, com especial atenção aos refugiados [...], aos prisioneiros e encarcerados; constitui um Serviço de emigração, com duas sessões, a primeira para a emigração livre, a outra para a emigração forçada. O mesmo papa aprova, em 1951, a Constituição Católica Internacional para as Migrações, fundada em Genebra, na Suíça (Gonçalves, 2000, p. 12).

Na década seguinte, em 1952, o mesmo papa escreveu a Constituição Apostólica *Exsul Família*²¹, tido como primeiro documento bibliográfico com caráter sociorreligioso sobre a problemática da migração, como uma das causas do trabalho pastoral de toda a Igreja Católica.

Pio XII, nesse documento institucional, expôs o cuidado pastoral da Igreja no atendimento espiritual aos migrantes. Uma atuação sociorreligiosa, historicamente praticada antes de qualquer produção bibliográfica da instituição católica, como lembrou o próprio papa:

¹⁹ “A carta encíclica é um documento pontifício, uma comunicação escrita pelo líder máximo da Igreja Católica (Papa), cujo objetivo é orientar lideranças religiosas e fiéis sobre assuntos que envolvem o bem-estar da sociedade” (PUC-Campinas, 2020).

²⁰ “Comumente, nas Exortações, são transmitidos ensinamentos do pontífice a respeito de assuntos específicos com o objetivo de animar os fiéis a vivê-lo plenamente” (CNBB Regional Oeste 2, 2020).

²¹ Constituição apostólica (do latim: *Constitutio apostolica*) é um documento pontifício (do papa) que trata de assuntos de maior importância. Segundo o Papa Pio XII (1952), na constituição apostólica *Exsul familia* que enfrentou amplamente o fenômeno migratório, Pio XII evocou a família de Jesus que procurava a salvação no Egito como modelo e apoio de todos os refugiados que, “forçados pela perseguição ou pela necessidade, são obrigados a abandonar a pátria”.

Embora não tenha havido absolutamente nenhum momento em que o cuidado da Igreja pelos emigrantes, exilados e refugiados tenha estado ausente, não nos detenhamos mais neles, mas pensamos que apenas o último século deve ser mencionado [...]. Em meados do século XIX, quando os necessitados nunca antes tinham tido a oportunidade de obter boa fortuna, e um grande número de pessoas dos países da Europa, especialmente da Itália, procuravam a América, a Igreja Católica sobrecarregou os cuidados e o trabalho para o bem espiritual dos emigrantes. Pois ela mesma, ao longo dos tempos, pelo seu amor aos filhos, não só provou que o apostolado era adaptado à vida progressista dos povos e às circunstâncias dos novos tempos, mas introduziu diligentemente a vigilância, prestando muita atenção às questões sociais, morais e religiosas colocadas aos cuidados de Deus (Pio XII, 1952).

Esse posicionamento do papa Pio XII serviu de inspiração para seus sucessores embasarem a continuidade do trabalho pastoral no cuidado dos migrantes, a partir de uma perspectiva política, como fizeram os papas posteriores na ampliação da literatura da Igreja em relação à migração, por meio de documentos e discursos pontifícios (dos papas).

Em 1959, o Papa João XXIII, sucessor de Pio XII, escreveu a Carta Encíclica²² *Ad Petri cathedram* (Cátedra de Pedro). Nesse documento, o religioso expressa a preocupação da Igreja em relação à situação econômica, política, cultural e religiosa das pessoas que se submeteram ao processo de migração voluntária e involuntária. Diz o João XXIII:

A nossa preocupação não é menor pela sorte daqueles que, movidos quer pela necessidade de procurar o sustento, quer pela triste situação das suas nações e pelas perseguições causadas pela religião, foram forçados a abandonar a sua pátria. Quantos e quão grandes aborrecimentos e aflições eles devem suportar! (João XXIII, 1961, p. 1).

Dois anos depois, em 1961, o Papa João XXIII escreveu a Carta Encíclica *Mater et Magistra*, sobre a Evolução da “Questão Social”. Nesse documento, João XXIII faz o exercício de atualizar o pensamento social de Leão XIII e Pio XII, após duas décadas de transformações na sociedade, com profundas inovações no interior dos países, e em suas relações múltiplas, influenciadas pela mudança no campo científico, tecnológico, econômico, social e político²³.

²² A carta encíclica é um documento pontifício (papal), uma comunicação escrita pelo papa, cujo objetivo é orientar lideranças religiosas e fiéis sobre assuntos que envolvem temas da sociedade.

²³ No **campo científico, técnico e econômico**: a descoberta da energia nuclear, as suas primeiras aplicações para fins bélicos e depois a sua utilização cada vez maior para fins pacíficos; as possibilidades ilimitadas abertas pela química aos produtos sintéticos; a difusão da automatização e da automação no setor industrial e no dos serviços de utilidade geral; a modernização do setor agrícola; o quase desaparecimento das distâncias nas comunicações, sobretudo por causa do rádio

Essas transformações na visão de João XXIII fortaleceram, nesse período, o fenômeno das migrações internas, tendo como resultado um crescente êxodo das populações rurais em direção aos grandes centros urbanos.

O papa deixou evidente que o fenômeno migratório, configurado como êxodo rural, é um fato social global, porque atinge vários países. Como ele mesmo diz: “É incontestável que se dá um êxodo das populações rurais [...] se verifica em quase todos os países e algumas vezes atingem proporções enormes e cria problemas humanos complexos, difíceis de resolver” (João XXIII, 1961, p. 122).

No documento *Mater et Magistra*, João XXIII enumera as “múltiplas razões” que provocam o êxodo rural:

[...] como a vontade de fugir de um ambiente considerado fechado e sem futuro; a sede de novidades e aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais (João XXIII, 1961, p. 122).

A consequência desse fenômeno, segundo o papa, tem como consequência o “desequilíbrio entre o setor industrial e o setor agrícola”. Por isso, para a resolução dessa problemática, João XXIII propôs a solidariedade para diminuir a desproporção entre a terra e o povoamento da cidade:

É óbvio que a solidariedade humana e a fraternidade cristã pedem que sejam estabelecidas, entre os povos, relações de colaboração ativa e

e da televisão; a rapidez crescente dos transportes; e o princípio da conquista dos espaços interplanetários. **No campo social:** a difusão dos seguros sociais, e, nalgumas nações economicamente desenvolvidas, o estabelecimento de sistemas de previdência social; a formação e extensão, nos movimentos sindicais, de uma atitude de responsabilidade perante os maiores problemas econômicos e sociais; a elevação progressiva da instrução de base; um bem-estar cada vez mais generalizado; a crescente mobilidade social e a conseqüente remoção das barreiras entre as classes; o interesse do homem de cultura média pelos acontecimentos diários de repercussão mundial [...]. **No campo político:** em muitos países, a participação na vida pública de um número cada vez maior de cidadãos de diversas condições sociais; a difusão e a penetração da atividade dos poderes públicos no campo econômico e social. Acresce, além disso, no plano internacional, o declínio dos regimes coloniais e a conquista da independência política conseguida pelos povos da Ásia e da África; a multiplicação e a complexidade das relações entre os povos e o aumento da sua interdependência; a criação e o desenvolvimento de uma rede cada vez mais apertada de organismos de projeção mundial, com tendência a inspirar-se em critérios supranacionais: organismos de finalidades econômicas, sociais, culturais e políticas (João XXIII, 1961).

multiforme, que permita e favoreça o movimento de bens, capitais e homens, com o fim de eliminar ou diminuir as desigualdades apontadas. Mas deste ponto falaremos a seguir mais pormenorizadamente (João XXIII, 1961, p. 154).

Um ano após a publicação da Carta Encíclica *Mater et Magistra*, o Papa João XXIII em 1962 realizou a abertura do Concílio Vaticano II²⁴ na Igreja Católica. O papa propôs esse evento na instituição religiosa para tratar de assuntos de matérias dogmáticas e pastorais, que ajudariam na manutenção do desenvolvimento doutrinal, intelectual e pastoral da Igreja, na eliminação dos erros e na difusão das verdades da fé.

De acordo com Mario de França Miranda (2006), o Concílio sofre influências da modernidade a partir da exigência de mudanças nas relações sociais, configuradas numa nova visão de mundo, principalmente de religião. Esse evento eclesial representou o fim de uma era e o começo de uma nova etapa na vida da Igreja.

O objetivo do Concílio Vaticano II era tornar a Igreja mais próxima de uma sociedade em transformação e abrir caminho para um diálogo dinâmico com as diferentes ideologias. Além disso, buscou uma abertura para promover a renovação estrutural institucional, a partir da teologia e da doutrina, pilares de sustentação do próprio catolicismo (Miranda, 2006).

O Concílio Vaticano II foi um divisor de águas na história da Igreja, porque a mesma instituição religiosa registra em seus próprios documentos oficiais, seu compromisso com os migrantes, por meio de reflexões, propostas pastorais e denúncia da exploração desses indivíduos vulneráveis. A postura da Igreja em relação aos migrantes está registrada de modo mais evidente nos documentos religiosos: Decreto "*Christus Dominus*"²⁵ e na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*²⁶.

O Decreto "*Christus Dominus*" fala sobre a função pastoral dos bispos na Igreja. Esse documento propõe para a toda a Instituição Católica uma assistência espiritual e acompanhamento pastoral para os migrantes. "Promovam-se métodos

²⁴ Um Concílio é uma reunião do Colégio Episcopal (o Papa e os bispos), com a possível participação de outras pessoas (membros da hierarquia, leigos e membros ouvintes de outras confissões cristãs) para tratar das questões pertinentes à Igreja.

²⁵ Decreto *Christus Dominus*: Cristo Senhor trata do ofício dos bispos na Igreja Católica.

²⁶ *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança em latim) sobre a Igreja no mundo contemporâneo e fundamenta as relações entre a Igreja Católica e o mundo onde ela está e atua.

convenientes de assistência espiritual àqueles que se deslocam temporariamente a outros lugares [...]: emigrantes, exilados e refugiados, marinheiros e aviadores, nômadas, etc.” (Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 1997, p. 18).

Na Constituição sobre a Igreja no mundo atual, há uma reflexão sobre o papel dos católicos na sociedade, ou seja, a intervenção da Igreja nas realidades existentes da convivência humana a partir dos seus membros como agentes sociais e políticos na dimensão *extra ecclesia*.²⁷

A *Gaudium et Spes* propõe um funcionamento social de uma Igreja solidária às necessidades básicas dos submetidos a qualquer processo migratório, e também comprometida politicamente com os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dos migrantes. Afirma o documento conciliar:

É também exigência da justiça e da equidade que a mobilidade [...] seja regulada de tal maneira que a vida dos indivíduos e das famílias não se torne insegura e precária [...]. Além disso, todos, e antes de mais os poderes públicos, devem tratá-los como pessoas, e não como simples instrumentos de produção, ajudá-los para que possam trazer para junto de si a própria família e arranjar conveniente habitação, e favorecer a sua integração na vida social do povo ou da região que os acolhe. Todavia, na medida do possível, criem-se fontes de trabalho nas suas próprias regiões (Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 1997, p. 422).

A Igreja, por meio do Concílio Vaticano II, solicita de todos os membros, religiosos e leigos, o cuidado pastoral no atendimento espiritual aos migrantes e exige também do poder público, por meio de cobrança política, os direitos fundamentais para a garantia da sobrevivência material dos migrantes. Ela fala em nome dessa população, socialmente vulnerável por causa da condição de estrangeiro.

O Concílio Vaticano II se encerrou em 1965. Porém, em 1963 o papa João XXIII, poucos dias antes de sua morte, escreveu a Carta Encíclica *Pacem in Terris*, sobre a Paz entre os Povos, como continuidade da análise sobre a evolução da “questão social”. João XXIII expressou sua preocupação em relação ao significativo desequilíbrio entre o progresso científico e econômico, que na visão do papa é contraditório, porque não leva em consideração a miséria e fome da humanidade.

Essa contradição do progresso científico e econômico atinge as camadas mais vulneráveis, como os migrantes. Por isso, o mesmo papa nesse documento

²⁷ *Extra ecclesia*: Atuação “Fora da Igreja”.

defendeu o direito de emigração e de migração, com a seguinte argumentação:

Deve-se também deixar a cada um o pleno direito de estabelecer ou mudar domicílio dentro da comunidade política de que é cidadão, e mesmo, quando legítimos interesses o aconselhem, deve ser-lhe permitido transferir-se a outras comunidades políticas e nelas domiciliar-se. Por ser alguém cidadão de um determinado país, não se lhe tolhe o direito de ser membro da família humana, ou cidadão da comunidade mundial, que consiste na união de todos os seres humanos entre si (João XXIII, 1963, p. 25).

Ao enfatizar o direito dos migrantes, João XXIII aproveitou o ensejo para condenar qualquer prática de racismo através da subjugação da população migrante, principalmente com base em ideologia religiosa. Afirma o papa: “Nenhuma raça quer estar sujeita ao domínio de outrem [...]. As discriminações raciais não encontram nenhuma justificação, pelo menos no plano doutrinal” (João XXIII, 1963, p. 43-44).

Neste mesmo documento, João XXIII reforça o dever do Estado de combater o racismo contra os migrantes, como cumprimento dos “princípios da justiça”, que exigem dos governos a promoção do “desenvolvimento humano das minorias raciais”, com medidas eficazes em favor da respectiva língua, cultura, tradições, recursos e empreendimentos econômicos” (João XXIII, 1963, p. 96).

Com a realização do Concílio Vaticano II, João XXIII almejava colaborar no alcance de uma possível estruturação do convívio humano entre todos os povos, baseado na garantia da preservação da dignidade de cada grupo racial. Porém, o religioso faleceu antes do término do evento, que foi concluído em 1965, com o Papa Paulo VI.

Paulo VI tentou também atualizar o pensamento do Papa Leão XIII e do Papa Pio XII sobre as questões sociais, por meio Carta Encíclica *Populorum Progressio*, sobre o Desenvolvimento dos Povos, escrita em 1967. Nela o pontífice demonstra sua preocupação com os problemas sociais, como é constatado no início do documento: “O fenômeno importante, de que deve cada um tomar consciência, é o fato da universalidade da questão social” (Paulo VI, 1967, p. 3). Isso porque, segundo o mesmo pontífice, há “desequilíbrio crescente” entre as populações ricas e as pobres (Paulo VI, 1967, p. 8).

Sobre a problemática da migração, o papa tratou o problema da mobilidade humana como um fato social que necessita de acolhimento daqueles que são envolvidos nessa dinâmica migratória.

Não é demasiado insistir sobre o dever do acolhimento – dever de solidariedade humana e de caridade cristã – que incumbe, tanto às famílias como às organizações culturais dos países que recebem. É necessário, sobretudo para os jovens, multiplicar os lares e as casas de acolhimento. Isto, em primeiro lugar, para os defender da solidão, do sentimento de abandono, e da miséria, que inutilizam toda a energia moral (Paulo VI, 1967, p. 67).

O papa ainda enfatizou no seu documento os riscos e o “drama dos jovens estudantes” que se encontram fora de seu país (Paulo VI, 1967, p. 68), como problemas sociais urgentes a serem considerados pela Igreja Católica e pelos governantes.

Nesse documento, Paulo VI também revelou de modo semelhante sua preocupação por outras categorias de migrantes, aquelas compreendidas como classe trabalhadora, formada por indivíduos que deixam sua terra natal para encontrar trabalho em outros países. Por isso, segundo o papa, a sociedade “deve o mesmo acolhimento aos trabalhadores emigrados que, economizando para aliviar um pouco a família que na sua terra natal ficou na miséria, vivem em condições por vezes desumanas” (Paulo VI, 1967, p. 69).

As propostas pastorais do Concílio Vaticano II e do papa Paulo VI foram materializadas pela Igreja Católica no continente latino-americano durante a segunda Conferência CELAM²⁸, que aconteceu em Medellín na Colômbia no ano de 1968, com o tema “A presença da Igreja nas transformações da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”.

Embora esse evento católico realizado no Continente Latino-Americano não faça muitas referências explícitas ao fenômeno migratório, denuncia “a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos”, apontando como consequência dessa situação, o fenômeno do “êxodo de profissionais e técnicos para países mais desenvolvidos” (CELAM, 1969, p. 1).

A Conferência de Medellín também mencionou o êxodo rural chamando a atenção dos governantes para a necessidade de “levar a cabo uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrária” (CELAM, 1969, p. 14). A

²⁸ O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) foi fundado no ano de 1955, no Rio de Janeiro, como organismo da Igreja Católica autorizado pelo Papa Pio XII a pedido dos bispos da América Latina e do Caribe. Este Conselho Eclesial presta serviços de contato, comunhão, formação, pesquisa e reflexão às 22 conferências episcopais que se situam desde o México até o Cabo de Hornos, incluindo o Caribe e as Antilhas.

realização dessa solicitação da Igreja poderia aliviar diretamente a migração em massa em direção aos centros urbanos.

Após realização da Conferência de Medellín, o papa Paulo VI, inspirado nas propostas do Concílio Vaticano II sobre uma Igreja comprometida com os problemas da sociedade, e com as análises da Igreja Latino-Americana sobre os problemas sociopolíticos, escreveu em 1969, a Carta Apostólica *Pastoralis Migratorum* sob a forma de “motu próprio” a respeito do Cuidado Apostólico aos Migrantes.

Em 1969, Paulo VI escreveu o Motu Próprio *Pastoralis Migratorum Cura*²⁹, sobre a realidade sócio-econômica-política em que as migrações acontecem. O papa abordou o delicado problema das migrações internas, que na sua compreensão adquire proporções cada vez maiores, e ao mesmo tempo revela a contração economicamente provocada por esse fenômeno. Segundo o papa, “a diversidade de recursos e de condições econômicas entre as diversas zonas de um mesmo país, entre cidades e cidades, tem produzido um fluxo constante, que apresenta vantagens e dificuldades inegáveis” (Paulo VI, 1969a).

Paulo VI fez questão de enfatizar que muitos imigrantes “não podem gozar da assistência ordinária ou dela estão totalmente privados” (Paulo VI, 1969a). Por isso, a Igreja deve

[...] exercer melhor a assistência espiritual aos grupos de migrantes, aos quais não só são confiados, como os demais fiéis, a o seu ministério pastoral, mas devido às circunstâncias especiais em que vivem, necessitam também de cuidados particulares, que correspondam precisamente às suas necessidades (Paulo VI, 1969a, p. 1).

Nesse *Moto Próprio*, Paulo VI reforça a atenção e o compromisso social da Igreja para com a realidade migratória, a partir de sua interpretação teológica da Bíblia sobre a experiência de Jesus Cristo como um imigrante.

A pastoral dos migrantes sempre atraiu a atenção e a preocupação materna da Igreja: na realidade, ao longo dos séculos, nunca deixou de ajudar de todas as maneiras aqueles que, como Cristo exilado no Egito com a Família de Nazaré, foram obrigados a emigrar para terras distantes de sua terra natal (Paulo VI, 1969a, p. 1)

Paulo VI (1969a) utilizou esse documento para lembrar a sociedade e a

²⁹ *Motu proprio* é uma das espécies normativas da Igreja Católica, expedido diretamente pelo próprio Papa. A expressão motu proprio poderia ser traduzida como de sua iniciativa própria. Carta

Igreja que existem “novas formas do fenômeno migratório”; que a sociedade precisa constituir uma “unidade da família humana”; que a fome, o desemprego, catástrofe, perseguição política são “problemas vinculados com o fenômeno migratório”; que é preciso garantir a manutenção do “respeito aos direitos humanos da pessoa humana”, em especial dos migrantes; que todo indivíduo tem “direito de ter uma pátria”; que nenhum Estado deve negar o “direito à emigração”; que é “dever das autoridades públicas de criar fontes de trabalho”; que se deve criar políticas para fortalecer o “direito de conservar a língua mãe e o próprio patrimônio espiritual” e uma “pastoral dos migrantes” para atender os estrangeiros.

Paulo VI foi um dos líderes da Igreja a consolidar o processo de atuação do catolicismo na sociedade por meio das Pastorais Sociais, que surgiram na década de 1970, principalmente no Brasil, durante a Ditadura Militar. Em seus escritos oficiais, é perceptível sua preocupação pelas questões que envolvem e provocam sofrimento nas populações do mundo inteiro, especialmente as camadas mais vulneráveis.

Em 1970, o mesmo Papa com a Carta Apostólica *Caritatis*, constituiu a Pontifícia Comissão para a Pastoral das Migrações e do Turismo para tornar mais eficaz a atuação sociopolítica da Igreja na sociedade, diante das diversas formas de mobilidade humana. Diz Paulo VI:

A ação pastoral deve dirigir-se não só a quantos vivem dentro dos limites bem definidos das paróquias, associações e outras instituições similares, mas também a quantos, por escolha própria ou por alguma necessidade, abandonam os seus lugares de residência [...]. A Igreja tem, portanto, o dever de inspirar, promover e coordenar estreitamente as iniciativas apropriadas para lhes levar a sua ajuda, na medida do possível, mas ao mesmo tempo tem o dever de expressar os seus pensamentos sobre questões sociais, económicas, culturais e similares, que geralmente estão na origem do movimento migratório (Paulo VI, 1970, p. 1).

Em outro documento papal, a *Octogesima adveniens*³⁰ escrito em 14 de maio de 1971, por ocasião do 80º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo do Papa Leão XIII, cuja mensagem inspirou a Igreja a ação em ordem à justiça

Apostólica do Papa Paulo VI como *Motu Proprio* fala sobre a Assistência Espiritual dos Migrantes

³⁰ *Octogesima Adveniens* é nome de uma Carta Apostólica escrita para comemorar os 80 anos da Encíclica *Rerum Novarum* (em latim: as coisas novas), que trata, sobretudo do compromisso sócio-político dos cristãos, é um dos documentos básicos da Doutrina Social da Igreja.

social, Paulo VI analisou os impactos do fenômeno do crescimento urbano. Segundo o papa, é “um fenômeno que ressalta, atrai a nossa atenção, tanto nos países industrializados, como nas nações em vias de desenvolvimento: a urbanização” (Paulo VI, 1971).

A Igreja Católica, por meio do papa Paulo VI, tem consciência de que a urbanização é um problema social que atinge a realidade econômica e política dos migrantes. Isso porque, por causa da condição de estrangeiros, esses indivíduos precisam de força política para reivindicar os direitos sociais básicos, como afirmou o religioso:

O nosso pensamento vai também para a situação precária de um grande número de trabalhadores emigrados, cuja condição de estrangeiros lhes torna assaz difícil toda a reivindicação social, da sua parte, não obstante a sua real participação no esforço econômico do país que os acolhe. É urgente que se procure superar, em relação a eles, uma atitude estritamente nacionalista, a fim de lhes criar um estatuto que reconheça um direito à emigração, favoreça a sua integração e lhes facilite a própria promoção profissional e lhes permita o acesso a uma habitação decente, em que possam vir a juntar-se-lhes, se for o caso, as suas famílias (Paulo VI, 1971).

É visível a preocupação do papa Paulo VI com os impactos econômicos, políticos e culturais que a sociedade industrial provoca na vida dos imigrantes. Na visão do pontífice, esses impactos são encarados como desafios complexos que também exigem uma resposta da Igreja para situações como “a urbanização, a condição juvenil, a condição da mulher, o desemprego, as discriminações, a emigração, o incremento demográfico, o influxo dos meios de comunicação social, o ambiente natural” (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, p. 100).

A preocupação da Igreja, principalmente do papa Paulo VI, com os impactos econômicos, políticos e culturais que a sociedade industrial provoca na vida dos migrantes serviu de inspiração para a ampliação para trabalho da missão da instituição religiosa no atendimento aos migrantes, por meio da criação de mais um instrumento pastoral.

Nesse contexto de realocação das atividades pastorais da Igreja Católica para melhor atenderem os migrantes, aconteceu no México um evento da instituição religiosa, de grande relevância para o debate sobre a questão migratória: A Terceira Conferência Episcopal em Puebla, no ano de 1979, com o tema “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”;

Na Conferência de Puebla, os bispos denunciaram as condições precárias

dos latino-americanos, principalmente dos migrantes, que carecem de moradia, trabalho, remuneração salarial, saúde de qualidade, alimentação e como consequência disto, a mortalidade infantil. Afirma Puebla:

Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção (CELAM, 1979, p. 29).

A Igreja Católica atualizou a Conferência de Puebla para reafirmar sua preocupação para com o fenômeno permanente do crescimento demográfico dos países latino-americanos e fortalecimento migratório, por meio do êxodo rural, que provoca consequências, politicamente, negativas no mundo urbano.

Observamos que em quase todos os nossos países se tem experimentado um acelerado crescimento demográfico. É jovem a maioria de nossa população. As migrações internas e externas levam a um senso de desenraizamento. As cidades crescem desordenadamente, com perigo de se transformarem em megalópoles incontroláveis: é cada dia mais difícil oferecerem-se os serviços básicos de alimentação, hospitais, escolas, etc... exacerbando-se assim a marginalização social, cultural e econômica. O aumento dos que buscam trabalho foi mais rápido do que a capacidade de dar emprego do próprio sistema econômico atual. Há instituições internacionais que propiciam e governos que aplicam ou apoiam políticas de anti-natalidade, contrárias à moral familiar (CELAM, 1979, p. 71).

A Conferência de Puebla tem ligação direta com as ideias políticas da Conferência de Medellín, do Concílio Vaticano II e de todos os papas do século XX, que motivaram a Igreja a agir pastoralmente na defesa e proteção dos direitos dos migrantes.

Esses papas e esses eventos sociopolíticos da Igreja Católica são referenciais teóricos para a atuação pastoral e política dos papas do século XXI, como João Paulo II, Bento XVI e Francisco - líderes religiosos que deram continuidade na orientação oficial da instituição sobre a defesa dos direitos dos migrantes.

O Papa João Paulo II, como líder da Igreja Católica do final do século XX e do início do século XXI, também manifestou suas orientações políticas sobre a migração, com base no pensamento de seus antecessores. Por isso, em 1981, num ato de comemoração dos 90 anos da *Rerum Novarum*, João Paulo II escreve a

Carta Encíclica *Laborem Exercens*. Esse documento versa sobre o Trabalho Humano e analisa o processo da migração a partir das condições de trabalho.

Segundo o papa, “o trabalho humano [...] é a chave essencial para a questão social” (João Paulo II, 1981, p. 3). É por meio do trabalho, que o indivíduo se realiza enquanto pessoa, desenvolve-se intelectual e espiritualmente e contribui para o crescimento político e econômico de sua comunidade pessoal e social.

O documento deixa evidente que o trabalho é um direito da pessoa, porque proporciona benefícios para a vida em comunidade, principalmente quando fortalece politicamente o “direito à iniciativa econômica”. Porém, a negação desse direito se torna um dos fatores estruturais que provocam a migração, pois conduz muitos a “optar pela não participação na vida nacional” (João Paulo II, 1981, p. 15) e a emigrar em busca de melhores condições econômicas. Por isso, a emigração por motivo de trabalho, segundo o papa,

[...] não pode de maneira nenhuma tornar-se uma ocasião de exploração financeira ou social. No que diz respeito à relação de trabalho com o trabalhador imigrado devem ser válidos os mesmos critérios seguidos para todos os outros trabalhadores da mesma sociedade (João Paulo II, 1981, p. 23).

A Igreja se posiciona politicamente em defesa do direito dos migrantes, que é parte constitutiva dos direitos humanos e um princípio fundamental a ser protegido pelo Estado. “É de desejar que os vários países tenham legislação que respeite os direitos humanos, que sejam eliminadas as más condições de vida, especialmente do homem do campo, que dão ocasião às frequentes migrações” (João Paulo II, 1981, p. 11).

Nessa perspectiva política do trabalho do migrante como um direito humano a ser protegido, a Igreja deixa evidente, por meio da postura do Papa João Paulo II, que os Estados e sociedade civil como um todo devem ter consciência de que no processo da dinâmica migratória,

[...] a coisa mais importante é que o homem que trabalha fora do seu país natal, como emigrado permanente ou como trabalhador ocasional, não venha a encontrar-se desfavorecido pelo que se refere aos direitos relativos ao trabalho, em confronto com os trabalhadores dessa sociedade determinada (João Paulo II, 1981, p. 23).

Percebe-se que o papa solicita dos Estados e da sociedade civil igualdade

nas relações sociais, principalmente no tratamento para com os migrantes. Essa orientação política do Papa João Paulo II é identificada na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de 1987, sobre a comemoração dos 20 anos do documento *Populorum Progressio*, no qual o papa fala da solidariedade entre os povos. Disse João Paulo II: “A solidariedade ajuda-nos a ver o ‘outro’ – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer que se explora [...], mas sim como um nosso ‘semelhante’” (João Paulo II, 1987, p. 38-39).

A solidariedade para com a migração na concepção do papa pode ser compreendida como resultado da responsabilidade moral da sociedade e do Estado. De fato, na Encíclica *Centesimus Annus* (1991) sobre a comemoração do centenário da *Rerum Novarum*, João Paulo II afirma que o papel da sociedade e do Estado é garantir “uma vigilância assídua e adequadas medidas legislativas para trancar fenômenos vergonhosos de desfrutamento, com prejuízo sobretudo dos trabalhadores [...] imigrantes ou marginalizados” (João Paulo II, 1991, p. 15).

As orientações oficiais da Igreja Católica, visivelmente registradas nos documentos de João Paulo II, sobre as questões sociais, principalmente, o posicionamento da instituição religiosa referente às causas migratórias, têm continuidade no pensamento político das encíclicas dos papas sucessores do religioso supracitado.

O sucessor de João Paulo II, Papa Bento XVI, líder católico do início do século XXI, escreve em 2009 a Carta Encíclica *Caritas in Veritate*. O documento versa sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Em um dos seus parágrafos trata sobre manter a continuidade das orientações oficiais da Igreja sobre a realidade da migração no mundo. Seu objetivo é o de chamar a atenção dos Estados e nações para se esforçarem no trabalho de “salvaguardar as exigências e os direitos das pessoas e famílias emigradas e, ao mesmo tempo, os das sociedades de chegada dos próprios emigrantes” (Bento XVI, 2009, p. 62).

Na Encíclica *Caritas in Veritate*, Bento XVI propõe, de maneira crítica e sistemática, a possibilidade de um desenvolvimento humano integral, por meio da política, economia e da justiça. Para o papa, o processo migratório é um dos aspectos que exige atenção quando se refere à análise do desenvolvimento humano integral, porque para o religioso, a migração

[...] é um fenómeno impressionante pela quantidade de pessoas envolvidas, pelas problemáticas sociais, económicas, políticas, culturais e religiosas que levanta, pelos desafios dramáticos que coloca à comunidade nacional e internacional. Pode-se dizer que estamos perante um fenómeno social de natureza epocal, que requer uma forte e clarividente política de cooperação internacional para ser convenientemente enfrentado (Bento XVI, 2009, p. 62).

A necessidade política no trabalho de atendimento da migração, enquanto fenómeno social de época, como enfatiza Bento XVI, é orientada para a constituição de um movimento politicamente solidário, por meio da parceria entre os países de origem e de destino dos migrantes. Explica o papa:

Esta política há-de ser desenvolvida a partir de uma estreita colaboração entre os países donde partem os emigrantes e os países de chegada; há-de ser acompanhada por adequadas normativas internacionais capazes de harmonizar os diversos sistemas legislativos, na perspectiva de salvaguardar as exigências e os direitos das pessoas e das famílias emigradas e, ao mesmo tempo, os das sociedades de chegada dos próprios emigrantes. Nenhum país se pode considerar capaz de enfrentar, sozinho, os problemas migratórios do nosso tempo. Todos somos testemunhas da carga de sofrimentos, contrariedades e aspirações que acompanha os fluxos migratórios (Bento XVI, 2009, p. 62).

Bento XVI conseguiu identificar também os pontos positivos que a migração proporciona economicamente para os países de origem e de destino a partir do trabalho, instrumento de inserção que cada migrante utiliza para fazer parte da sociedade onde o recebe, como meio de sobrevivência.

Como é sabido, o fenómeno é de gestão complicada; todavia é certo que os trabalhadores estrangeiros, não obstante as dificuldades relacionadas com a sua integração, prestam com o seu trabalho um contributo significativo para o desenvolvimento económico do país de acolhimento e também do país de origem com as remessas monetárias. Obviamente, tais trabalhadores não podem ser considerados como simples mercadoria ou mera força de trabalho; por isso, não devem ser tratados como qualquer outro fator de produção. Todo o imigrante é uma pessoa humana e, enquanto tal, possui direitos fundamentais inalienáveis que hão-de ser respeitados por todos em qualquer situação (Bento XVI, 2009, p. 62).

Essa reflexão da Igreja sobre o desenvolvimento humano integral teve continuidade com o Papa Francisco, sucessor de Bento XVI. Francisco, em 2015, escreve a Encíclica *Laudato Si* sobre como cuidar da nossa Casa Comum (planeta terra). Seu intuito é questionar o modelo atual de desenvolvimento e convidar a sociedade a participar de um diálogo efetivo para redefinir o progresso ético e promover politicamente um desenvolvimento humano integral que beneficie a todos,

particularmente os mais “pobres” e “excluídos” (Francisco, 2015, p. 49).

No documento *Laudato Si* fica evidente que a migração, principalmente forçada, é resultado da degradação social e ambiental, da quebra dos vínculos de integração e comunhão social. Por isso, o papa chama a atenção do Estado e da sociedade civil para olharem as causas que levam muitas pessoas a serem deslocadas ou retiradas à força das suas terras, para migrarem em busca de melhores oportunidades e condições de sobrevivência. Afirma Francisco:

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta: “Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres”. Por exemplo, o esgotamento das reservas ícticas prejudica especialmente as pessoas que vivem da pesca artesanal e não possuem qualquer maneira de a substituir, a poluição da água afeta particularmente os mais pobres que não têm possibilidades de comprar água engarrafada, e a elevação do nível do mar afeta principalmente as populações costeiras mais pobres que não têm para onde se transferir. O impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais (Francisco, 2015, p. 48).

Para a superação da degradação social e ambiental que atinge as populações mais vulneráveis, principalmente, os migrantes, o papa solicita uma possível união de Estados e nações, a partir de uma consciência solidária, que rompa com as barreiras políticas e sociais, para formar uma única família humana, fraternalmente globalizada. Nessa perspectiva, para o fortalecimento de ações políticas em benefícios da migração, que é um fenômeno global, e que não pode ser tratado com indiferença, orienta o Papa Francisco:

É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença (Francisco, 2015, p. 52).

Francisco retoma essa reflexão sobre a constituição de única família humana, como meio de solidariedade aos migrantes na Encíclica *Fratelli Tutti* (2020), sobre a fraternidade e a amizade social, de forma mais profunda e com um viés mais crítico. O documento faz uma leitura da atual conjuntura social, política e

econômica, incluído o tema da migração, como processo de deslocamento interno e internacional.

As migrações compreendidas como fato global ocupam uma parte significativa da encíclica, na qual o papa diz que todas as pessoas são irmãos e irmãs, chamados à superação das mazelas e injustiças sociais que provocam as migrações no mundo, como: o egoísmo, as guerras e as desigualdades do sistema econômico baseado numa política de exclusão. Consequência das contradições de um sistema que é produtor e reproduzidor das migrações, porém,

[...] tanto na propaganda de regimes políticos populistas como na leitura de abordagens econômico-liberais, defende-se que é preciso evitar a todo o custo a chegada de pessoas migrantes. Simultaneamente argumenta-se que convém limitar a ajuda aos países pobres, para que toquem o fundo e decidam adotar medidas de austeridade. Não se dão conta que, atrás destas afirmações abstratas difíceis de sustentar, há muitas vidas dilaceradas. Muitos fogem da guerra, de perseguições, de catástrofes naturais. Outros, com pleno direito, andam à procura de oportunidades para si e para a sua família. Sonham com um futuro melhor, e desejam criar condições para que se realize (Francisco, 2020, p. 37).

O funcionamento contraditório desse sistema gera outro fenômeno complexo, que é o tráfico humano. Ou seja, pessoas que são retiradas de seu lugar de habitação, como sua casa, cidade e até de seu país, e ficam submetidas à uma mobilidade limitada, sem liberdade e sem condições de saírem de situações de exploração sexual ou laboral, e até de confinamento para remoção de órgãos ou tecidos humanos.

Francisco faz esse alerta em sua encíclica, porque ele tem consciência de que os migrantes mais vulneráveis são vítimas do tráfico humano. Na, maioria dos casos, as pessoas que migram são marcadas pelo sofrimento e pelas privações nos itinerários migratórios. De fato, nessa lógica perversa existem

[...] traficantes sem escrúpulos, frequentemente ligados a cartéis da droga e das armas, exploram a fragilidade dos imigrantes, que, ao longo do seu percurso, muitas vezes encontram a violência, o tráfico de seres humanos, o abuso psicológico e mesmo físico e tribulações indescritíveis. As pessoas que emigram experimentam a separação do seu contexto de origem e, muitas vezes, também um desenraizamento cultural e religioso (Francisco, 2020, p. 38).

A encíclica denuncia a omissão dos Estados na ausência de políticas migratórias que colocam de forma violenta os migrantes em abrigos sem lhes

permitir o recomeço com dignidade e com protagonismo de direitos.

Há também, instrumentalização ou uso político dos migrantes com finalidade econômica de governos corruptos, que desviam recursos destinados ao atendimento emergencial das causas migratórias para outras finalidades. Além disso, “difundem uma mentalidade xenófoba” (Francisco, 2020, p. 39), referindo-se à institucionalização de violências como: preconceito, racismo, xenofobia et., por meio de falsos discursos políticos que inferiorizam, demonizam os migrantes e silenciam suas contribuições positivas para o crescimento econômico, social e cultural dos países.

Segundo o papa, “as migrações constituirão uma pedra angular do futuro do mundo. Hoje, porém, são afetadas por uma perda daquele sentido de responsabilidade fraterna, sobre o qual assenta toda a sociedade civil” (Francisco, 2020, p. 40).

Isso deixa evidente que, na visão de Francisco, os processos que geram as migrações continuarão de forma constante neste modelo atual de sociedade cada vez mais excludente. Por isso, é necessário que todos os Estados tenham consciência do “dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos migrantes” (Francisco, 2020, p. 40), para lidarem constantemente com as migrações de forma mais humana e fraterna.

Francisco, além de dar continuidade de forma teórica nas orientações das encíclicas sobre a migração, realiza também, em sua atuação pastoral de forma solidária e política, gestos concretos em benefícios dos migrantes, como está registrado na história de seu pontificado, nas historiografias oficiais (tradicionalistas) e nos meios de comunicação social.

O Papa Francisco, em outubro de 2013, no mesmo ano de sua eleição para assumir o governo máximo da Igreja Católica, em sua primeira viagem fora de Roma, fez uma visita solidária à Lampedusa. Esse local foi marcado pelo trágico naufrágio de um navio perto da pequena ilha siciliana, onde “morreram 368 imigrantes” e “outros 155 migrantes sobreviveram, entre eles 41 crianças” (Montenegro, 2016).

Segundo as Nações Unidas do Brasil, nessa tragédia que matou várias pessoas, “mais de 300 imigrantes, em sua maioria etíopes, perderam suas vidas quando o barco em que estavam pegou fogo próximo da costa, levando a embarcação a afundar” (Nações Unidas Brasil, 2013).

Consciente das mortes e do sofrimento dos migrantes e das consequências negativas narradas pela mídia mundial, Francisco, no momento da missa, retrata em seu discurso o cenário catastrófico, expressa compaixão às vítimas, agradece a solidariedade dos voluntários, interpela os poderes do Estado e da sociedade civil e motiva as pessoas com as seguintes palavras:

Emigrantes mortos no mar; barcos que em vez de ser uma rota de esperança, foram uma rota de morte. Assim recitava o título dos jornais. Desde há algumas semanas, quando tive conhecimento desta notícia (que infelizmente se vai repetindo tantas vezes), o caso volta-me continuamente ao pensamento como um espinho no coração que faz doer. E então senti o dever de vir aqui hoje para rezar, para cumprir um gesto de solidariedade, mas também para despertar as nossas consciências a fim de que não se repita o que aconteceu. Que não se repita, por favor. Antes, porém, quero dizer uma palavra de sincera gratidão e encorajamento a vós, habitantes de Lampedusa e Linosa, às associações, aos voluntários e às forças de segurança, que tendes demonstrado – e continuais a demonstrar – atenção por pessoas em viagem rumo a qualquer coisa de melhor. Sois uma realidade pequena, mas ofereceis um exemplo de solidariedade! (Francisco, 2013).

Esse discurso do Papa Francisco ainda repercute na memória daqueles que presenciaram suas atitudes e ouviram suas palavras solidárias na visita às populações da ilha de Lampedusa. Assim, relembra Alessandro Gisotti:

Daquela visita temos na memória algumas imagens que não se apagam: o Papa celebrando a missa em um altar feito de barcos dos migrantes, a grinalda de flores jogadas ao mar de um barco, o abraço com os jovens que sobreviveram a essas viagens chamadas viagens de esperança, mas que infelizmente muitas vezes se transformam em viagens do desespero. O coração da visita era, portanto, claramente a difícil situação dos migrantes. Todavia, naquela ocasião, Francisco fez uma homilia que ampliava o olhar, que ia além daquela ilha e do que ela significava naquele momento (Vatican News, 2022b, p. 1).

No momento de visita simbólica aos migrantes e refugiados na ilha italiana de Lampedusa, o Papa Francisco solidarizou-se às milhares de pessoas que arriscam suas vidas em alto mar, lançando uma coroa de flores, em memória dos migrantes que morreram tentando sair do norte da África e chegar à ilha, para encontrar melhores condições para sobreviverem (ACNUR, 2013). Após o evento religioso, a missa em memória dos migrantes falecidos, marcada com a presença de milhares de moradores, turistas, migrantes, lideranças religiosas e políticas, o papa ainda visitou o local onde as pessoas desembarcaram após a perigosa jornada na travessia do mar (ACNUR, 2013).

A presença religiosa e política do Papa Francisco, líder mundial da Igreja Católica, foi interpretada como uma ação marcada por humanismo e caráter simbólico, como observa Laurens Jolles Representante Regional do ACNUR: “Estamos tendo a oportunidade de ver sua preocupação com refugiados e migrantes logo no início de seu papado”, “Ficamos contentes de ele ter conversado com pessoas que contaram sobre sua difícil jornada” (ACNUR, 2013, p. 1).

Após o episódio dramático de Lampedusa, o Papa Francisco seguiu o trabalho pastoral na defesa dos migrantes. Ele o fez por meio da reflexão sobre as causas que provocam a migração, da denúncia contra o sistema político e social que não acolhe as pessoas, que de modo espontâneo ou forçado se deslocam de seus países em busca de melhores condições de sobrevivência. Para o papa, “o tema imigração é um dos mais caros, que já fez repetidos apelos para que as autoridades mundiais se preocupem e ajudem os deslocados pelo mundo – especialmente, na crise migratória que atinge a Europa” (Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016).

Com consciência política e solidariedade com os problemas da migração, principalmente no continente europeu, em 2016, o Papa Francisco “fez um apelo para que cada paróquia na Itália acolhesse, ao menos, uma família de imigrantes e, dando o exemplo, acolheu dezenas de sírios no próprio Vaticano” (Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016, p. 1). De fato, essa ação concreta do religioso foi uma estratégia significativa para sensibilizar, além da própria religião, as instituições sociais e políticas de mundo de forma geral.

Três anos depois, o Papa Francisco fez sua viagem apostólica para Marrocos, onde dialogou sobre questões políticas, econômicas e religiosas com a população, com as autoridades civis e religiosas, com o corpo diplomático e com as pessoas migrantes na sede da *Caritas* diocesana de Rabat (*Vatican News*, 2019b). Porém, no mesmo dia, antes de sua partida para o Marrocos, o papa promoveu no Vaticano um encontro com um grupo de migrantes marroquinos, que estavam hospedados na Itália, pela Comunidade de Sant'Egidio. Esse grupo de migrantes era composto por duas famílias, cada uma com suas crianças (*Vatican News*, 2019b).

O Papa Francisco, na visita ao Reino de Marrocos, se manifestou durante uma missa em pronunciamento religioso, mas com cunho político. Nesse manifesto, trouxe solidariedade, indignação ética e preocupação com a realidade de sofrimento dos refugiados e migrantes, afirmando ser “uma ferida que brada ao céu”

(Scalabrinianos, 2022). Por isso, em nome da instituição católica, o papa diz: “não queremos que a indiferença e o silêncio sejam a nossa resposta” (Scalabrinianos, 2022).

Diante desse apelo comovente, Francisco propôs quatro verbos que sintetizam várias ações políticas, sociais, econômicas e religiosas em benefício dos migrantes e refugiados: “Acolher, proteger, promover e integrar” (Scalabrinianos, 2022). Essas ações são inerentes à atuação pastoral e política do Papa Francisco no atendimento às situações de sofrimento dos migrantes no mundo inteiro. Exemplo disso aconteceu nesse mesmo ano de 2019, com a migração da América Central, quando pessoas, na esperança de ingressarem nos EUA, foram bloqueadas na fronteira do México.

Nesse período de bloqueio das fronteiras entre Estados Unidos e México, Francisco, para diminuir os sofrimentos dos migrantes, vítimas do conflito político e geográfico desses países,

[...] enviou 500 mil dólares para a subsistência dos migrantes centro-americanos, bloqueados na fronteira com o México, na esperança de entrar nos Estados Unidos. Com a diminuição das ajudas, aumentaram as necessidades das condições mais básicas para sua sobrevivência (*Vatican News*, 2019a, p. 1).

A ajuda financeira do Papa Francisco foi para socorrer vários migrantes provenientes de Honduras, El Salvador e Guatemala, que chegaram ao México, percorrendo mais de quatro mil quilômetros a pé ou em veículos improvisados, na esperança de uma vida melhor nos Estados Unidos. Esses migrantes são homens e mulheres, com os seus filhos pequenos, fugindo da miséria, da pobreza e da violência política e econômica de seus países (Voa Português, 2019).

Após o Papa Francisco subsidiar a migração da América Central, em 2022, realizou outra ação solidária em benefício dos migrantes. Ele destinou uma ajuda de 100 mil euros às Filipinas e aos migrantes que estavam na fronteira, também bloqueada, entre Polônia e Bielorrússia. Segundo Alessandro De Carolis,

[...] a mesma decisão, por parte do Papa, diz respeito à longa emergência de migrantes na “terra de ninguém”, o trecho de terra que separa a Belarus da Polônia, onde se encontram pessoas sobretudo sem direitos e, portanto, um “paraíso” para todos os tipos de tráfico, a começar pelo tráfico humano. No local estão há cinco meses milhares de migrantes tentando entrar na Europa. Para aliviar a situação, Francisco destinou 100 mil euros apoiando

assim a Cáritas Polonesa em seu trabalho de assistência (Vatican News, 2022a, p. 1).

Os exemplos concretos da atuação social do Papa Francisco na defesa dos migrantes é a materialização das orientações oficiais do Estado do Vaticano sobre a migração nos séculos XX e XXI. A sensibilidade de Francisco em relação às vítimas do tráfico e os migrantes é compreendida como continuidade da manutenção de um dos pilares da ação pastoral da Igreja Católica, o atendimento às necessidades dos problemas migratórios.

As encíclicas dos papas reafirmam, de forma direta e indireta, a observação que a Igreja tem sobre a migração como um “fato permanente”, enfatizado na mensagem de cada um dos líderes religiosos. Nesse sentido, cada papa chamou a atenção dos Estados e da atuação da comunidade católica como um todo para que tenham um trabalho político e pastoral de partilha, de maneira profunda e eficaz, todas as angústias e todas as aspirações dos migrantes, para servir de consolação, amparo, segurança e contribuição para a promoção social dessas pessoas.

Os textos oficiais da Igreja deixam evidente que, desde o início do governo pastoral à frente da instituição católica, cada papa se preocupou com o problema migratório, principalmente com o processo da migração forçada. Um exemplo é o êxodo, socialmente involuntário, que colocou em risco “o direito de viver, o direito de sobreviver” (João Paulo II, 1979). Por isso, os mesmos papas fizeram suas intervenções políticas, por meio da cobrança de cuidado efetivo para as ações solidárias da esfera pública no campo das ideias e projetos dos governantes, de entidade políticas internacionais e, principalmente, da atuação interna e externa dos agentes da Igreja Católica.

5 APROXIMAÇÃO ENTRE IGREJA E SOCIEDADE NA LUTA CONTRA O RACISMO: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E OS AGENTES DE PASTORAL NEGROS

5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo será trabalhada a formação e atuação social do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), no final da década de 1970 e anos de 1980, com a pretensão de analisar sua implicação histórica nas ações de combate ao racismo. Para isso, buscou-se compreender os conceitos teóricos de movimento social, movimento popular e pastoral social, a partir das perspectivas política e religiosa, levando em consideração a influência a relação entre esses dois movimentos no combate contra o racismo e suas contribuições para a defesa e garantia dos direitos básicos da população negra.

A pesquisa constatou que no Brasil, país estruturalmente racista, foram instituídos dois movimentos sociais, o Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs), que são de extrema importância para luta antirracista e devem ser estudados. Esses dois movimentos negros se constituíram juntos e com o mesmo objetivo: o de combater o racismo na sociedade brasileira. De fato, a problemática racial e outras demandas sociais tornaram-se motivo de instituição e luta desses dois movimentos sociais, como foi analisado nesta pesquisa com o apoio bibliográfico de membros dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) e do Movimento Negro Unificado (MNU).

A partir dessa perspectiva, o conceito de movimento social e outros elementos que ela envolve serão trabalhados nesta pesquisa, com auxílio do pensamento sociologicamente britânicos de Anthony Giddens e Philip W. Sutton, e das pensadoras brasileiras, Cicilia Maria Krohling Peruzzo e Maria da Glória Gohn. Como referencial teórico-analítico revela que os movimentos sociais são ações coletivas e organizadas, com determinados fins estabelecidos e com o objetivo de mudar ou manter as relações sociais, em um determinado contexto social.

Os movimentos sociais são constituídos por movimentos trabalhistas e sindicais, de mulheres, ambientalistas, pela vida, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTQIA+), etc. (Giddens; Sutton, 2016). Eles são entendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que

viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011, p. 3).

De fato, a atuação dos segmentos sociais ajuda a perceber que no campo político “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: eles são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social” (Gohn, 2011, p. 1).

As iniciativas dos movimentos sociais se resumem em formas poderosas de atuação coletiva e campanhas bem organizadas e contínuas que podem alcançar resultados significativos. Por isso, os movimentos sociais podem ser definidos como um esforço coletivo de privilegiar interesses em comum, por meio de ações externas à esfera das instituições tradicionais formais e políticas, em qualquer sociedade (Giddens; Sutton, 2016).

A origem e a natureza dos movimentos sociais são múltiplas, indicando uma determinada interdisciplinaridade. Porém, os indivíduos que os compõem expressam princípios homogêneos. Dessa forma, eles podem ser compostos por um grande ou um pequeno número de pessoas que podem provir a partir de um momento histórico.

No Brasil, os movimentos sociais nasceram a partir da articulação e formação dos Movimentos Populares da década de 1970, durante o período de auge do poder da Ditadura Militar Brasileira, por meio da participação sociopolítica de trabalhadores, intelectuais, artistas, religiosos, nas periferias, nas favelas, nos centros urbanos e no campo (Peruzzo, 2004).

O Brasil estava então mergulhado num profundo processo crescente de antagonismos - causa de exclusão social, enraizada em mecanismos estruturais inerentes ao modo de produção capitalista, hegemonicamente no domínio das relações nacionais e internacionais. Essa situação forçou determinadas manifestações políticas dos substratos mais baixos da sociedade, em busca e defesa da sobrevivência material, com o apoio das massas da sociedade civil, principalmente de grupos da Igreja Católica e de outras instituições atentas aos direitos dos indivíduos (Peruzzo, 2004).

Nesse contexto de mobilização das forças populares, alguns movimentos se destacavam, como: associações de moradores, favelas etc., movimento do custo de vida, grupos de mulheres, comissões que reivindicavam melhorias no transporte coletivo e na coleta do lixo, no suprimento de carências, na garantia de direitos

sociais nas áreas da saúde, educação e segurança e em apoio às greves dos metalúrgicos do ABC paulista (Peruzzo, 2004).

Grupos que reivindicavam seus direitos foram denominados de movimento populares, vistos como sujeitos coletivos, gestados das entranhas das contradições econômicas do sistema capitalista e em confronto com esse mesmo sistema, como uma ação politizada, mas não institucionalizada e que era formado pelas camadas mais pobres da sociedade (Gohn, 2003). Eles são forças que se manifestam, às vezes, de modo bastante fragmentário e difuso. Porém, sua prática mostra que, em determinados momentos, quando os objetivos se tornam comuns, se revelam de maneira mais orgânica (Gohn, 2003). De fato, politicamente,

[...] o movimento popular progressista não é uma força pura, monolítica ou hegemônica e nem tampouco a única a questionar o *status quo*. Ele encerra contradições em seu interior, além de existirem outras frentes que contribuem para o processo de transformação da sociedade, lado a lado com organizações conservadoras bem estruturadas, historicamente, detentoras privilegiadas dos mecanismos de poder (Gohn, 2003, p. 47-48).

Portanto, os movimentos populares serviram de base fundante para os movimentos sociais, que expressaram conflitos sementes e, contribuíram para que houvesse transformações na sociedade. São exemplos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento da Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimentos Feministas, Movimento Ambientalista, Movimento Indigenista, Movimentos dos Artistas de Rua, Movimento LGBTQI+, Movimento Negro Unificado (MNU) (Gohn, 2011) e os Agentes de Pastoral Negro (APNs), etc.

Esses movimentos são instituídos politicamente para defender e proteger os direitos humanos, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (Touraine, 1998, p. 262).

O Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negro (APNs) nasceram para combater o racismo, que operou quase sempre, após a Abolição, por meio de mecanismos de empobrecimento, de destituição cultural e econômica da população negra e de mecanismos abusivamente verbais, utilizando-se, sobretudo, das características de classe, de raça e de cor.

5.2 MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) E AGENTES DE PASTORAL NEGRO (APNs)

No Brasil da década de 1970, período de permanência de um cenário histórico de exclusão racial da população negra, visibilizada nas estruturas sociais, foram criados dois movimentos negros com o mesmo alinhamento político: Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs). Esses movimentos se empenharam em lutar contra as estruturas de poder racialmente desiguais, desde a escravidão dos primeiros africanos, mas em especial, a partir do século XX, como coletivos, politicamente, protagonistas no combate ao racismo.

Movimentos negros são as mais diversas formas de organização e articulação de indivíduos da população negra, politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno estruturado na sociedade brasileira. Como parte constitutiva dessa definição, são os agrupamentos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização da história e da cultura negra brasileira, de rompimento dos mecanismos racistas, que impendem o negro na ocupação dos diferentes espaços de poder na sociedade.

O Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs), como todos os grupos organizados, perceberam que “a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão” (Bobbio, 1987, p. 35).

A partir desse panorama, esses dois movimentos se constituíram como atores sociais da história da sociedade brasileira, com a organização de eventos para conscientizar a população negra e para desconstruir qualquer imaginário culturalmente construído por estruturas de poder que mantêm uma política de segregação racial.

Os sujeitos dos conflitos de uma determinada sociedade civil são as classes sociais contrapostas ao Estado, que se organizam politicamente como movimentos e associações, e se declaram seus representantes. Junto a essas organizações de classe, constituem grupos de interesse, como as associações de vários gêneros com fins sociais indiretamente políticos, como os movimentos de emancipação racial de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação de gênero e os movimentos juvenis (Bobbio, 1987).

A atuação do Movimento Negro Unificado e dos Agentes de Pastoral Negro iniciou-se antes da década de 1970, pois, “como muitos autores apontam”, os negros, no Brasil, sempre ostentaram comportamentos radicais, quebrando as regras do conformismo social (Guimarães, 2012, p. 87). Por isso, a história Afro-Brasileira narra exemplos de resistência da população negra, que nunca aceitou passivamente as condições da escravidão, realidade praticamente não abordada na historiografia tradicional.

Como um meio de possibilitar a reflexão sobre o contexto de luta da população negra no Brasil durante o século XX, convém mencionar a história do Movimento Negro, que engloba diversos momentos de organização, como a Revolta da Chibata (1910), a Imprensa Negra (1915), a Frente Negra Brasileira (1931), Teatro Experimental do Negro (1944), e Movimento das Mulheres Negras (1960).

A Revolta da Chibata (1910) foi um movimento de mais de dois mil marujos que agitaram a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, ao se apoderarem de navios de guerra, exigiram o fim de castigos corporais na marinha do Brasil (Gomes; Munanga, 2017, p. 108).

Já a Imprensa Negra (1915), fundada em São Paulo, foi um movimento de associação e formação de lideranças negras, com o objetivo de promover a vida social da população negra, liderar um processo de reeducação da massa negra e lutar contra o preconceito de cor e seu correlato, o sentimento de inferioridade (Gomes; Munanga, 2017, p. 110).

A Frente Negra Brasileira (1931), por sua vez, foi uma organização étnica que procurava manter valores comunitários específicos, através da identificação baseada na “cor” ou na “raça” e não na “cultura” ou nas “tradições”, buscando afirmar o negro como “brasileiro” (Guimarães, 2012, p. 87).

O Teatro Experimental do Negro (1944) constituiu-se nos mesmos ideais desses movimentos que o antecederam, como um mecanismo de combate à discriminação racial e como um meio de propor uma estética com uma nova roupagem racial, para a cena teatral brasileira. Essa, até então, era dominada pelas características europeias, e, como consequência, carecia de problematizações a respeito da ausência de negros nos palcos teatrais (Nascimento, 2017, p. 161-167).

Por último, o Movimento das Mulheres Negras (1960), que era uma organização das mulheres negras, que lutaram contra a situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa

sociedade racista (Gomes; Munanga, 2017, p. 133).

Esses diversos coletivos são compreendidos como Movimento Negro, por serem organizações e articulações de negros e de negras politicamente posicionados na luta contra o racismo, visando à superação desse perverso fenômeno enraizado nas estruturas da sociedade brasileira.

Os exemplos de luta da população negra que aconteceram no decorrer do século XX são o resultado das ações de outros grupos que se organizaram no início do período de processo pós-abolição. Esses se expandiram por várias cidades do Brasil, a partir de iniciativas locais de alguns coletivos negros, que resolveram fortalecer a continuidade da resistência dessa população desde a escravidão. Segundo Petrônio Domingues,

em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; 6 em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).⁷ Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (Domingues, 2007, p. 103).

Seguindo a cronologia de atuação dos grupos negros organizados, a década de 1970 é marcada simbolicamente pela atuação de indivíduos, por meio de agrupamentos políticos comprometidos com as lutas antirracistas, como núcleos referenciais de resistência para a população negra, historicamente espoliada pelas relações de poder.

Em 1970, já havia uma diversidade de “associações, organizações e clubes de negros ativos e, com fins diversos, tanto nos setores populares quanto entre as camadas que viviam o processo de ascensão social” (Ratts; Rios, 2010, p. 78). Nesse mesmo ano, havia uma forte mobilização negra contra a discriminação racial no Rio de Janeiro, com os bailes *black* como referências de resistência contra o racismo e contra a Ditadura Militar - Período considerado “anos de chumbo”. Por esse motivo, os bailes eram espaços da garantia de lazer da juventude negra e, de construção identitária, por meio de “imagens, músicas e ritmos que difundiam o orgulho negro” (Ratts; Rios, 2010, p. 79).

No Rio Grande do Sul, o Grupo Palmares, liderado pelo poeta Oliveira Silveira, instituiu o 20 de Novembro como o Dia da Consciência Negra. Uma data

para a conscientização racial da sociedade e para comemorar a morte de Zumbi dos Palmares, como meio de exaltar a memória desse líder negro, herói batalhador pelas causas da população negra. Havia uma crítica ao 13 de Maio, como exemplo da historiografia oficial que tinha uma informação limitada à população negra, sobre o protagonismo negro na abolição da escravidão. Por isso, por meio do trabalho de entidades negras, essa proposta ganhou força no Brasil e, gradativamente passou a ser reconhecida pela mídia e pela sociedade em geral (Alves, 2018).

Zumbi dos Palmares foi reconhecido oficialmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2003, como herói negro dos brasileiros, e o 20 de Novembro foi incluído no calendário escolar com a obrigação de ensinar a História e Cultura afro-brasileira. Aliás, recentemente passou a ser o Dia da Consciência Negra, sem, todavia, ser imposto como feriado nacional.

Nesse período de organização da população negra, dois elementos políticos sentiram-se ameaçados pela organização da juventude negra: O controle da Ditadura Militar, através da repressão violenta, e o medo das elites civis, que eram os grupos dominantes da sociedade. Esses grupos de poder “encontraram amparo na desconfiança de que a afirmação etnoracial poderia ruir o discurso nacional que pregava a mistura das raças como o grande valor democrático brasileiro”, mistificado como uma democracia racial³¹ (Ratts; Rios, 2010, p. 80).

O Movimento Negro Unificado teve como objetivo desmistificar a democracia racial, revelando que o preconceito e a discriminação raciais são responsáveis, pelo menos em parte, pela desigualdade racial no Brasil. Ele reintroduziu a ideia de raça, reivindicando a origem africana para identificar os negros. Isso foi muito importante, visto que um negro, para ser cidadão, precisava, antes de tudo, reinventar sua raça.

No dia 07 de julho de 1978, algumas associações como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Centro de Estudos de Afro-Asiáticos (CEAA) e alguns clubes negros, assinaram um manifesto do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Esse ato político foi lido publicamente em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, (Ratts; Rios, 2010, p. 82) e deu origem ao Movimento Negro Unificado.

³¹ Expressão que afirma que, pretos e brancos convivem harmoniosamente, com igualdade de oportunidades de existência, sem nenhum conflito, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens étnicas ou raciais. Essa visão está presente na obra de Gilberto Freyre, “Casa-grande & senzala”.

Foi um ato público de denúncia contra o racismo nas escadarias de um espaço simbólico-cultural, que deu início ao processo de fundação e organização da união de forças para reagir à violência racial contra a população negra. Entre as inúmeras violências dessa época, o Brasil estava submetido à Ditadura Militar, organização estatal, com permissão legal para torturar e matar, principalmente o negro. Foi o que aconteceu com o feirante Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em uma feira. Ele foi preso, torturado e assassinado no 44º Distrito Policial de Guaianazes. Outro exemplo foi a discriminação racial sofrida por quatro jovens negros, jogadores de vôlei do Clube de Regatas Tietê, provocada por militares.

O Movimento Negro Unificado, na luta contra o racismo e nas denúncias contra os abusos da Ditadura Militar, através desse ato histórico e simbólico, realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo em 1978, teve também, apoio de movimentos populares, sindical, estudantil, feminista, em especial dos Agentes de Pastoral Negros, organização religiosa e política. Trata-se de um coletivo antirracista, como resultado de um diálogo convergente estabelecido entre o Movimento Negro Unificado com alguns membros da Igreja Católica, com o poder de integração social, capaz de resistir às forças do racismo na sociedade brasileira. Na perspectiva do Movimento Negro Unificado, na luta contra o racismo, em 1979 um grupo de religiosos, formado por padres, freiras e leigos, membros que participaram do referido movimento, fundaram os Agentes de Pastoral Negros (APNs), como movimento social católico. De fato, ele é um movimento social, porque possui as três características fundamentais, presentes na identidade dos movimentos sociais:

[...] a identidade do movimento, o adversário do movimento e a visão ou modelo social do movimento, que aqui denomino meta societal. Adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. Meta societal refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove (Castells, 2000, p. 95-96).

Esse foi um movimento social criado no interior da Igreja Católica, com o objetivo de refletir e de combater a discriminação racial dentro da mesma instituição, mudando sua estrutura funcional, que contribuiu para a manutenção do racismo, a começar pela interpretação bíblica tendenciosa. A consequência foi a demonização e escravidão do negro.

A Igreja Católica, como instituição sociopolítica, tem suas contradições históricas, exemplificadas na colaboração da manutenção e reprodução do racismo, principalmente durante a escravidão. Nesse período, ela teve também uma atuação ativa quanto à violência contra população negra, pronunciando-se contra o regime escravocrata, a partir do século XV³². Já nos séculos XVIII e XIX, passou para um tratamento solidário, por meio da criação das Irmandades, comunidades católicas de leigos e leigas, que praticavam a solidariedade com os negros, a partir do acolhimento de doentes e de garantia de sepultamento digno³³.

Após a criação das comunidades denominadas irmandades, como instrumentos de ação solidária no atendimento da população negra, a Igreja, em algumas regiões do Brasil, colaborou politicamente na luta pela abolição da escravidão, como na cidade de Três Pontas, sul de Minas Gerais. Isso aconteceu às vésperas da abolição, durante o conflito político e econômico entre escravistas e abolicionistas, que produziu ameaças e perseguições a escravizados e agentes da lei (advogados, delegados, policiais e juízes). No ano de 1887, Padre Joaquim Soares Calixto, líder religioso e porta-voz do Clube Abolicionista do mesmo município, fez uma reflexão sobre como o discurso e a prática religiosa

³² Documentos Oficiais da Igreja contra a escravidão: Em 13 de Janeiro de 1435, através da bula *Sicut Dudum*, o papa Eugénio IV mandou RESTITUIR À LIBERDADE os cativos das ilhas Canárias. Em 7 de setembro de 1462, o papa Pio II (1458-1464) deu instruções aos bispos contra os tratamentos dos negros provenientes da Etiópia condenando o comércio de escravos como *magnum scelus* (grande crime). Em 1537, o papa Paulo III (1534-1549), através da bula *Sublimus Dei* (23 de Maio) e da encíclica *Veritas ipsa* (9 de Junho), lembrava aos cristãos que os índios “das partes ocidentais, e os do meio-dia, e *DEMAIS GENTES*”, eram *SERES LIVRES POR NATUREZA*. Em 1571 Tomás de Mercado, *TEÓLOGO DE SEVILHA*, declarava *DESUMANA E ILÍCITA A TRAFICÂNCIA DE ESCRAVOS*. Em sua *Summa de TRATOS Y CONTRATOS*, este autor afirmava não haver justificativa para negócio tão infame. O papa Gregório XIV (1590-1591) publicou a *CUM SICUTI* (1591) condenando a escravidão. O papa Urbano VIII (1623-1644), também se pronunciou contra a escravidão na *COMMISSUM NOBIS* (1639). O papa Bento XIV (1740-1758) na Bula *IMMENSÀ PASTORUM* escreveu: “...recebemos certas notícias não sem gravíssima tristeza de nosso ânimo paterno, depois de tantos conselhos dados pelos mesmos Romanos Pontífices, nossos Predecessores, depois de Constituições publicadas prescrevendo que aos infiéis do melhor modo possível dever-se-ia prestar trabalho, auxílio, amparo, não descarregar injúrias, não flagelos, não ligames, NÃO ESCRAVIDÃO, não morte violenta, sob gravíssimas penas e censuras eclesiásticas...” O papa Gregório XVI (1831-1846) ao publicar a bula *IN SUPREMO* (1839) condenou a escravidão da seguinte forma: “Admoestamos os fiéis para que se abstenham do desumano tráfico dos negros ou de quaisquer outros homens que sejam...”. Em 1888, o Papa Leão XIII, na encíclica *IN PLURIMIS*, dirigida aos bispos do Brasil, pediu-lhes apoio ao Imperador (Dom Pedro II) e a sua filha (Princesa Isabel), na luta que estavam a travar pela abolição definitiva da escravidão. Detalhe: Houve três papas africanos que vieram de uma região do norte da África, onde os povos eram predominantemente negros. Embora não haja nenhum retrato autêntico desses papas, há desenhos e fazem-se referências a eles, na Enciclopédia Católica, como africanos. Os nomes dos três papas africanos são Vencedor ou Victor, Gelasius, e Melquiades ou Miltiades (Viana, 2020).

³³ Para um aprofundamento das Irmandades, consultar Brod e Hoornaert (1979, p. 383-401).

influenciariam o rumo final da escravidão no Brasil³⁴.

Esse exemplo do papel da Igreja Católica no contexto de escravagismo, como referência histórica, justifica o fundamento de possíveis práticas racistas da mesma instituição religiosa, durante o período moderno, e identifica sua influência positiva nas relações com a população negra do século XX. Por isso, é importante mencionar a contradição da Igreja, que transformou a população negra em objeto de trabalho no período da escravidão no Brasil, mas também a ajudou, solidariamente, por meio das irmandades, apoiando-o na luta pela abolição, tornando-se os seus primeiros passos de abertura para a organização e criação de movimentos religiosos, como os Agentes de Pastoral Negros (APNs).

A partir do legado histórico dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), é possível deduzir que a Igreja Católica como instituição milenar tem suas contradições históricas em relação às questões raciais, como as outras instituições. Mentora ideológica da sociedade e cúmplice do Estado, ela deve ser responsabilizada pela manutenção do racismo, em virtude de uma teologia instrumentalizada para legitimar, durante séculos, a escravidão do povo negro.

Em alguns momentos da história, a Igreja interpretava o negro como signo do mal e da depravação humana, como foi enfatizado no primeiro capítulo desse trabalho: um catolicismo que buscou sustentar ideologicamente com a Bíblia a origem e o porquê de o negro ter a pele escura, motivo para a sua escravização, como realidade própria de sua condição humana, marcada pelo pecado de Adão e de sua geração (Souza, 2002).

O catolicismo brasileiro foi influenciado por essa concepção, pois o Brasil era considerado o território sagrado para a devolução da graça divina aos negros que moravam na África, continente demonizado pelo cristianismo. Por isso, no pensamento do Antônio Vieira, a transferência dos negros para o Brasil, embora como escravos, foi uma graça de Deus (Nascimento, 2017).

Em 1979, alguns religiosos negros, conscientes da existência do racismo em todas as esferas sociedade da brasileira, gestaram os Agentes de Pastoral Negros (APNs). Isso foi após um período de trabalho e estudo sobre as questões raciais, com o objetivo de colaborar no debater da situação da população negra no Brasil (Santos, 2020). Os religiosos compreendiam que o Movimento Negro Unificado

³⁴ Para aprofundar esse momento da Igreja, consultar Custodio Sobrinho (2019).

(MNU) deveria ter seu braço na Igreja Católica. Para eles, a discriminação racial sofrida pela população negra na sociedade civil, também era vivida internamente nas igrejas, principalmente como a exclusão nos espaços de poder nas mesmas entidades religiosas.

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) se preocuparam com a situação do negro no Brasil e a necessidade de sua representatividade na Igreja. Por isso, em seus debates, afirmavam que a Igreja Católica, como instituição religiosa e milenar, deveria acompanhar as conquistas da população negra na sociedade civil e deveria também estar à frente das lutas com o Movimento Negro Unificado (MNU) no combate ao racismo.

A constituição dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) aconteceu durante um contexto de transformação da sociedade, provocado pela militância de algumas iniciativas políticas, fundadas pela Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimentos Populares, as Pastorais Sociais³⁵, os Movimentos Sociais. Houve também um cenário de oposição de bispos católicos contra a Ditadura Militar, como Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom Tomás Balduino, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Pedro Casaldáliga etc³⁶.

Na década de 1970, esses segmentos e atores sociais da Igreja Católica tinham como referencial teórico para sua atuação pastoral a Teologia da Libertação³⁷. Essa é uma vertente ideológica do cristianismo, que surgiu na América

³⁵ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) constituiu nove Organismos e dez Pastorais Sociais Específicas, o Setor das Pastorais da Mobilidade Humana e a Comissão do Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome, para atender as questões sociais. São estes os serviços da CNBB: **“Organismos:** Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES), Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade e Pastoral da Pessoa Idosa. **Pastorais Sociais Específicas:** Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral dos Nômades, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Afro-Brasileira e Pastoral da AIDS. **Setor das Pastorais da Mobilidade Humana:** Apostolado do Mar, Pastoral Rodoviária/estrada, Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Refugiados, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores e Pastoral do Turismo. Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome: um secretariado para a dinamização do mutirão” (CNBB, 2008, p. 40).

³⁶ Essa Igreja com uma nova face e roupagem do poder religioso é consequência da mudança de estrutura do pensamento teológico institucional, que foi provocada pelo Concílio Vaticano II, realizado em Roma (Vaticano), no período de 1962 a 1965 (Signorelli, 2016).

³⁷ A palavra libertação tem sua origem na dimensão sociopolítica que a Igreja “batizou”. Expõe Aloísio Lorscheider, “libertação [...] lembra e supõe uma sociedade oprimida, na qual as pessoas vivem numa dependência opressora, de sorte que a vida deles é uma vida subumana, infra-humana. Libertação lembra e supõe um mundo em que os seres humanos são totalmente escravos, sem as

Latina, na década de 1970, com a contribuição do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez e do teólogo brasileiro Leonardo Boff, após a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965).

A Teologia da Libertação, como uma epistemologia política-religiosa - por meio de sua análise crítica das estruturas sociais de opressão, exploração e desigualdade no campo político, econômico e social - denunciou a falta de cumprimento dos direitos humanos, principalmente em relação às populações mais vulneráveis representadas pelos pobres. Segundo a Teologia da Libertação, os pobres são as pessoas injustiçadas e excluídas pela sociedade capitalista. Desse modo, assumindo como compromisso a opção pelos pobres, revela-se como processo evangelizador, que envolve a promoção humana e a autêntica libertação, sem a qual não é possível uma ordem justa nas relações sociais (Boff, 1991).

Essa epistemologia do cristianismo da América Latina compreende as populações mais vulneráveis, não como objetos de ajuda, de compaixão e de caridade, mas sujeitos de sua própria história, protótipo de sua própria libertação. Por isso, essa teologia contribui para a organização das pessoas mais vulneráveis, com o objetivo de ajudá-las a conquistar sua emancipação social e material (Boff, 1991), e também, para constituição de coletivo religioso, como os Agentes de Pastoral Negros.

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) se mobilizaram como coletivo religioso e político, centralizando os debates na questão racial em defesa da população negra, partindo de uma reflexão sobre sua relação com o Movimento Negro. Por isso, em 1980, realizaram em São Paulo o seu primeiro Seminário de Teologia Negra, do qual nasceu, então, o que se chamou Teologia Negra Latino-Americana³⁸, baseada na Teologia Negra fundada nos Estados Unidos, na década de 1960. Depois surgiram outros grupos, presentes nos espaços das comunidades e paróquias, como o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), o Instituto do Negro Pe. Batista (Instituto Pe. Batista), os Agentes de Pastoral Negros (Araujo,

mínimas possibilidades de uma vida humana digna, sem o mínimo de poder ser gente” (Lorscheider, 2006. p. 15).

³⁸ Segundo Antônio Aparecido da Silva (Pe. Toninho), a “Teologia Afro-Americana faz parte do conjunto das “teologias da libertação”. Uma teologia que constitui chave de esperança para um povo que, na diáspora da escravidão, viveu uma realidade de morte, de quase aniquilamento, mas que, conduzido por Deus, que ouve o clamor de seu povo, ressurgiu para a vida e luta por manter sua

2008).

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs), comprometidos com as ideias do Movimento Negro Unificado (MNU), ajudaram a ampliar o debate sobre a população negra, por meio de outros recursos, como a Missa dos Quilombos. Esse evento serviu de impulso para o fortalecimento da luta contra o racismo, em parceria com religiosos, pesquisadores e artistas.

Após 300 anos de história da resistência dos escravos negros no Brasil, em 1981, no pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Recife, foi exposta a cabeça de Zumbi dos Palmares, líder do quilombo de Palmares executado, em 20 de novembro de 1695, no estado de Alagoas, foi realizada a Missa dos Quilombos. A missa foi celebrada por Dom Pedro Casaldaglia e Dom Helder Câmara, bispos simpatizantes da causa dos negros. Participou também o cantor Milton Nascimento, Pedro Tierra e uma grande multidão (Públio; Garcia, 2018).

A Missa dos Quilombos foi um evento religioso com forte conotação político-social, resultante de várias manifestações de movimentos populares e sociais, após o fim do AI-5 (1979), com o objetivo de conferir reconhecimento à população negra, grupo excluído social, política e economicamente pela parcela dominante da sociedade brasileira.

As propostas da Missa dos Quilombos e do 20 de Novembro, como elementos fundantes para a luta da população negra na Igreja e na sociedade, foram base referencial para o trabalho dos Agentes de Pastoral Negros, que culminou na realização da Campanha de Fraternidade de 1988, no ano do centenário da abolição da escravidão negra no Brasil.

A Campanha da Fraternidade (CF) é uma prática que a Igreja Católica, no Brasil, descobriu para vivenciar a Quaresma³⁹. Como resultado desse período religioso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) articula, há cinquenta anos, a Campanha (CF) e propõe temas que apontam para o compromisso do cristão com a sociedade, com discussões e enfrentamento dos problemas que afetam a população pobre, como precariedade da saúde, do trabalho, educação,

dignidade” (Silva, 1997, p. 69).

³⁹ Segundo o Catecismo da Igreja Católica, a Quaresma é um período de 40 dias, que a instituição religiosa reserva anualmente, para fazer penitência, dispendo-se à prática de três exercícios espirituais: jejum, oração e esmola (Catecismo..., 2000).

moradia, políticas públicas, entre outros.

A Campanha da Fraternidade de 1988 adotou o tema: “A Fraternidade e o Negro”. Tendo como inspiração essa temática, a Igreja refletiu o centenário da abolição da escravidão, abordando as questões raciais, especialmente as que se opunham ao mito da democracia racial, que estruturou a visão da sociedade brasileira (Baptista, 2015).

Nesse período, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) propôs uma articulação de estudos sobre a população negra, para os Agentes de Pastoral Negros (APNs) e os militantes do Movimento Negro Unificado (MNU). Esses agentes, inspirados nessa proposta e na provocação dos bispos, fizeram surgir coletivos de estudos sobre a temática racial no seio da Igreja. Eles se preocupavam, não apenas com o racismo praticado na instituição, mas também em conscientizar a comunidade local sobre a importância de evidenciar e potencializar a cultura afro-brasileira em todas as esferas sociais.

A Campanha da Fraternidade de 1988, proposta pelos Agentes de Pastoral Negros (APNs), tornou-se um meio para dialogar sobre questões referentes às degradações e às transformações sociais da população negra. Esse evento religioso fez com que houvesse uma maior exigência relativa à atitude concreta da Igreja Católica e dos cristãos para com a população negra, tornando-se isso um marco na luta contra o racismo. Foi a primeira e a última vez que a referida instituição religiosa debateu o racismo em nível nacional.

Após a realização da Campanha da Fraternidade de 1988, a atuação religiosa e social dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) resultou, na década de 1990, na fundação da Pastoral Afro-brasileira (PAB); no Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas (CONENC); no Grupo Atabaque de Teologia e Cultura Negra, instituído por membros da Igreja Católica e de outras religiões; e no Instituto Mariama, um grupo de trabalho ligado à Pastoral Afro-brasileira formado por padres, bispos e diáconos negros (Borges, 2013).

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) tiveram como foco principal em suas atividades o combate ao racismo, visto que, sem se submeterem ao proselitismo, eles atuaram de forma politizada. O objetivo era agrupar membros para a luta contra a discriminação racial e para a inclusão social da população negra nos espaços tradicionalmente dominados pelos brancos.

Nessa perspectiva, esse movimento social atuou por meio da criação de

atividades que visassem à conscientização do resgate da identidade da população negra, preservando seus valores e sua memória histórica. Dessa forma, ele promoveu eventos sobre a história e a participação da cultura africana e afro-brasileira na formação da sociedade. Além disso, articulou métodos de formação para agentes religiosos e sociais, que pudessem estar presentes em meio às pessoas submetidas às condições de vulnerabilidades socioeconômicas, trabalhando na defesa dos direitos, na promoção humana e da autoestima das crianças, jovens, mulheres e idosos. Por fim, o movimento propôs meios de superação de preconceitos em relação às expressões religiosas de origem africana, através de prática macro ecumênica, e a transformação da realidade social, política e econômica, a fim de construir uma sociedade mais democrática, pluricultural e pluriétnica, sem racismo e discriminação (Silva, 2020).

A fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Agentes de Pastoral (APNs) na década de 1970, como formas poderosas de atuação coletiva e organizada, revela uma contemporaneidade que aproximou esses dois movimentos sociais a partir do único objetivo: alcançar resultados significativos, como o combate ao racismo e a inclusão da população negra nos espaços de poder. Suas origens são múltiplas, indicando uma determinada interdisciplinaridade. Todavia, os indivíduos que compõem o Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral, expressam princípios homogêneos.

Os dois movimentos sociais perceberam a necessidade de atuarem juntos na década de 1980. Porém, o Movimento Negro Unificado rompeu a relação com os Agentes de Pastoral Negros, por causa de questões ideológicas. Surgiram vários questionamentos e contraposições, que evidenciavam a história da Igreja Católica, a partir de suas próprias contradições em relação ao negro, sobre como seria possível constituir um movimento social voltada para a população negra, dentro de um espaço que foi cúmplice da escravidão.

Nesse sentido, os Agentes de Pastoral Negros receberam críticas do Movimento Negro Unificado, visto que, para esse, nenhum negro podia fazer parte de uma instituição religiosa que, historicamente, contribuiu para a manutenção do racismo, desde o período da escravidão. Isso expressaria uma contradição ideológica dos religiosos que haviam fundado um movimento social nessa instituição racista. Porém, os religiosos acreditaram que podiam combater o racismo dentro da Igreja e que essa seria uma ferramenta de mediação com a sociedade em benefício

da população negra na luta contra o racismo, que é o mesmo objetivo o Movimento Negro Unificado.

O Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs) são produtores e articuladores de saberes construídos pelos coletivos não hegemônicos e contra-hegemônicos, materializados nas relações sociais. Como coletivos fundamentados em determinadas epistemologias, atuam como forças pedagógicas nas relações políticas e sociais. Como movimentos sociais, eles adotam estratégias que, “[...] variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas” (Gohn, 2010, p. 3).

Por isso, a relação entre o Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs) está no posicionamento contra o racismo, com o mesmo objetivo de superar esse perverso fenômeno estruturado na sociedade, como tentativa de romper os mecanismos racistas que impedem o negro na ocupação de diferentes espaços de poder na sociedade.

Os movimentos sociais são todas as formas de mobilização de indivíduos na sociedade, com objetivos comuns explícitos em um determinado contexto histórico. Por isso, o Movimento Negro Unificado e os Agentes de Pastoral Negros são o objeto por excelência da sociologia, permitindo estudos de seus processos sociais, que provocaram mudanças na sociedade brasileira.

Todos os movimentos sociais refletem a sociedade e entram em choque com as estruturas sociais. Eles revelam sintomas sociais, causando impacto nessas estruturas, em diferentes graus de intensidade, e seus resultados distintos devem ser identificados por meio de pesquisas científicas (Castells, 2000). Por isso, o Movimento Negro Unificado (MNU) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs) representam indícios significativos de conflitos sociais, como germes de resistência social e, em alguns casos, de transformação social.

A literatura acadêmica sobre relações raciais e movimentos sociais no Brasil deixa evidente a contribuição social do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) como movimentos sociais contemporâneos que surgiram durante a Ditadura Militar. De fato, as pesquisas sobre a história de luta antirracista da população negra no Brasil são desenvolvidas de modo articulado com a questão política, no que se refere à aproximação com a militância social de outros

segmentos, como a Igreja Católica.

Nota-se que, a maioria dos movimentos sociais do Brasil tem a colaboração de religiosos católicos em sua constituição fisiológica, o assunto merece uma análise mais profunda, sobretudo, à luz da discussão sobre as formas de atuação política. Por isso, é fundamental ter conhecimento histórico sobre a relação de aproximação entre o Movimento Negro Unificado e os Agentes de Pastoral Negros para analisar a trajetória de organização e de luta da população negra no combate ao racismo na sociedade brasileira, dentro e fora das instituições tradicionais, como a Igreja. De fato, a relação entre esses dois movimentos mostra que eles são “projetos de formas de vida racionais que acabaram em uma simbiose [...] entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais” (Habermas, 1987, p. 114).

A atuação de outros movimentos sociais, como os Agentes de Pastoral Negros (APNs) e sua relação com o Movimento Negro Unificado, é resultado de uma Igreja que trabalha em parceria com outros segmentos da sociedade no combate às injustiças e na conquista e defesa dos direitos básicos para as pessoas mais vulneráveis, como os migrantes. Por isso, no próximo capítulo será trabalhada a atuação social da Missão Paz na acolhida aos migrantes e seu trabalho socioeducativo de combate ao racismo no Brasil.

6 A ATUAÇÃO SOCIAL DA MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA AOS MIGRANTES E SEU TRABALHO ANTIRRACISTA

Este capítulo faz uma análise da atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento aos migrantes e sobre seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade religiosa⁴⁰. Por isso, para a compreensão desse último item da pesquisa, foi necessário, primeiramente, compreender teoricamente, nos capítulos anteriores, os significados e os fundamentos de raça, racismo, migração e atuação sociopolítica do catolicismo. Nesse sentido, os estudos sobre esses conceitos deram o aprofundamento teórico necessário a tal compreensão.

Dessa forma, investiga-se como esses estudos poderiam embasar as interpretações das entrevistas e a própria fala dos sujeitos pesquisados. Por isso, foram eleitas como chaves-categóricas de análise, para a compreensão e constituição deste capítulo, a exclusão e a inclusão racial e a atuação socioeducativa antirracista, como as categorias de análise.

Vale destacar que essas categorias

são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado [...]. Para ajudar na redação e na compreensão, pode ser útil fazer uma introdução em cada categoria, definindo e explicando o que ser tratado e, ao final, fazer um fecho conclusivo (Duarte; Barros, 2005, p.78-79).

Para a realização do referido trabalho, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica circunscrita ao objeto de estudo. A pesquisa coletou dados empíricos nos meses de novembro de 2022 e julho de 2023, realizando entrevistas (Apêndice A)⁴¹ semiestruturadas com migrantes haitianos, com membros e voluntários da instituição Missão Paz, indicados de forma anônima

⁴⁰ Destacamos que este texto é uma reelaboração do artigo: A atuação social da Missão Paz na acolhida dos migrantes e seu trabalho socioeducativo de combate ao racismo no Brasil (Santos; Lanza; Lanza, 2024).

⁴¹ Autorizadas conforme Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina, sob o Parecer 5.733.887.

para assegurar o sigilo e não identificação pessoal⁴²: Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3, Entrevistado 4, Entrevistado 5, Entrevistado 6, Entrevistado 7, Entrevistado 8, Entrevistado 9 e Entrevistado 10. Ainda, de forma complementar e secundária, ocorreu a observação de campo e a coleta de documentos oficiais católicos e scalabrinianos que tratam do tema.

6.1 BRASIL, UM DOS LUGARES DE SOBREVIVÊNCIA PARA OS HAITIANOS

A década do ano de 2010 pode ser considerada como uma das décadas com as maiores mudanças multifacetadas no contexto migratório do Brasil. Isso porque houve uma intensificação no processo imigratório no país durante os anos de 2011 a 2020, marcado pela pluralidade de nacionalidades em relação às origens dos migrantes (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

As questões conjunturais como crise econômica, crise das políticas de recepção dos migrantes, por causa do fortalecimento de partidos políticos radicais de extrema direita e problema ambiental fizeram com que o Brasil entrasse na década de 2010 conjugando diferentes cenários migratórios (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

É um fenômeno duplamente complexo no Brasil que, segundo os autores, “continuava havendo emigração, ao mesmo tempo em que o país passava a receber novos e diversificados fluxos de migrantes do Sul Global, além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados” (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021, p. 12). Nesse período, vieram para o Brasil, migrantes de diferentes origens do Sul Global, com o objetivo de encontrarem moradia e trabalho, meios que garantissem a sobrevivência material.

Na perspectiva de análise sobre a migração no Brasil, é possível fazer um recorte racial do fenômeno migratório, destacando de forma majoritária, a presença de migrantes negros, como os haitianos, como será trabalhado neste capítulo.

O Haiti, desde sua fundação originada pela colônia francesa, com a vinda forçada de milhares de escravizados africanos através do comércio transatlântico, vive processos de mobilidade e de migração. Posteriormente, entre 1793 e 1803, essa população por meio da luta política conquistou sua independência da

⁴² As entrevistas concedidas e analisadas nesse estudo foram realizadas em novembro de 2022 e julho de 2023.

dominação do colonialismo francês, constituindo sua própria cultura (Joseph, 2017).

O fenômeno catastrófico que aconteceu no ano de 2010, em Porto Príncipe, capital do Haiti, motivou muitos haitianos a olharem com esperança para o Brasil, como um dos países de oportunidades, a partir de uma certeza de que, esse lugar geográfico da América do Sul, pudesse ser país da possibilidade da reconstrução de sua existência material (Baeninger; Peres, 2015). As relações políticas entre esses dois países foram construídas historicamente⁴³ “dentro de um contexto maior de relações do Brasil com países da América Latina, a retomada do Mercosul, a Unasul e as relações da Cooperação Sul-Sul, incluindo as Américas, África e Ásia” (Silva, 2019, p. 75).

A migração haitiana rumo ao Brasil em 2010 aconteceu de forma expressiva por causa do terremoto que arrasou significativamente uma parte estrutural do Haiti. Esse é o ponto de partida mais debatido para o entendimento desse fenômeno migratório, que, aparentemente, se consolidou no país, por meio de acordos bilaterais para a permanência desse contingente de migrantes em território brasileiro.

Diante dessa tragédia do terremoto, o Brasil se colocou como signatário das solicitações de acolhimento aos estrangeiros como país mediador entre os haitianos e os órgãos públicos de Estados, como observam Baeninger e Peres:

Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminha ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a

⁴³ As relações bilaterais entre Brasil e Haiti datam de 1928, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores. Segue a cronologia desse organismo governamental: 2017 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a Porto Príncipe, no contexto do encerramento da MINUSTAH (Porto Príncipe, 2 e 3 de junho); 2014 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto do Haiti, Embaixador Duly Brutus (Brasília, 2 de junho); 2014 – Inauguração do Hospital Comunitário de Bon Repos e do Instituto Haitiano de Reabilitação (maio); 2013 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Porto Príncipe (27 de novembro); 2013 – Visita oficial do primeiro-ministro do Haiti, Laurent Lamothe, ao Brasil, onde cumpre agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (20 a 25 de maio); 2012 – Visita da presidente Dilma Rousseff ao Haiti (1º de fevereiro); 2011 – Visita ao Brasil da Primeira-Dama do Haiti, Sophia Martelly (13 e 14 de outubro); 2011 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, ao Haiti (11 de julho); 2011 – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Haiti (Porto Príncipe, 12 e 13 de fevereiro); 2010 – Contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), no montante de US\$ 55 milhões (maio); 2010 – Participação do Presidente René Préval na I Cúpula Brasil – CARICOM (abril); 2008 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Porto Príncipe (maio); 2004 – Estabelecimento da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob comando do Brasil (abril); 1982 – Visita do ministro das Relações Exteriores do Haiti, Jean Robert Estimé, a Brasília. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral; 1928 – Estabelecimento de relações diplomáticas (Brasil, 2014).

tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho (Baeninger; Peres, 2015, p. 6).

Porém houve dificuldades para os haitianos conseguirem o visto no Haiti, gerando um intenso e complexo caminho. Segundo Baeninger e Peres (2015), os principais lugares de entrada desses haitianos no Brasil são as fronteiras do Peru que estão ligadas aos Estados do Acre e Amazonas. Até o momento atual, ao acessarem a fronteira, os migrantes do Haiti apresentam uma solicitação de refúgio, com justificativas das péssimas condições de sobrevivência nesse país devastado pelo terremoto e a impossibilidade de se continuar vivendo no mesmo lugar após esse fenômeno catastrófico.

O acesso desses migrantes pela fronteira está ligado a uma chegada não documentada, que “necessitará do pedido de refúgio para conseguir o visto humanitário, ao passo que a entrada por São Paulo, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, relaciona-se a um contingente com o visto humanitário adquirido no Haiti” (Baeninger; Peres, 2015, p. 6).

Por isso é possível identificar as regiões geográficas do Brasil mais procuradas pelos migrantes haitianos. A base de dados da Polícia Federal-Ministério da Justiça, que organizam as informações advindas dos registros de entradas de estrangeiros no país, constata que 95% de toda a migração haitiana para o Brasil, e 97% dessa migração são para São Paulo (Baeninger; Peres, 2015).

A partir dessa análise, São Paulo se tornou o grande foco de atração dos haitianos, por causa de seu histórico de relação industrial com os migrantes de vários lugares do mundo e do próprio país. Assim, na grande cidade paulistana, há empresas das mais diversas em busca de haitianos necessitados de trabalho e lhes oferecem emprego em “restaurantes, frigoríficos, indústrias de alimentos processados, fábricas de roupas e sapatos” (Baeninger; Peres, 2015, p. 14). De fato,

[...] considerando o período 2000-2014, o estado de São Paulo concentra o maior volume de imigrantes haitianos, respondendo por 30% dessa imigração. Dos imigrantes haitianos em São Paulo, cerca de 1.178 entraram pela fronteira Norte do Brasil - Acre, Amazonas e Roraima – e depois seguiram para São Paulo, sendo que 4.260, 76% entraram por São Paulo mesmo. Contudo, o “esgotamento” das possibilidades de permanência na fronteira, quer seja no alojamento do Governo quer seja pela impossibilidade de trabalho tenderão, a ampliar os deslocamentos internos da migração haitiana entre o Norte e o Sudeste/Sul do Brasil (Baeninger; Peres, 2015, p. 7).

A vinda desses migrantes também está ligada a um convite formal que o então presidente Lula fez aos haitianos, quando esteve em Porto Príncipe, visitando o Haiti e seus habitantes. O presidente disse que os haitianos com interesse, poderiam recomeçar suas vidas no Brasil (Peixoto, 2010b). Na ocasião, Lula também confirmou o Brasil como interventor da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, em vista de coordenar o processo de recuperação do país destruído pelo terremoto (Peixoto, 2010a).

Desde o ano de 2004 já havia relações políticas entre esses dois países. Nesse período foi realizada uma partida de futebol entre CBF e a seleção do Haiti, um evento esportivo, com caráter político motivado pelo presidente Lula (Lula..., 2004). Todos esses fatores influenciaram o fluxo dos haitianos ao Brasil.

Essa vinda de migrantes haitianos para o Brasil está inserida num contexto de transformação sociodemográfica da Europa, resultando na Transição Demográfica provocada pelo sistema capitalismo, que se expandiu também pelos países da América Latina (Bassanezi, 1995).

Por mais que os haitianos tenham olhado o Brasil com esperança, foi constatado nesta pesquisa, que há dificuldades para a sociedade brasileira acolher e inserir nos espaços de convivência esses migrantes negros, porque eles não correspondem aos padrões estético-culturais desse país racista. Essa especificidade negativa no acolhimento aos migrantes negros é predominante desde o período colonial com influência na atualidade, presente no tratamento muitas vezes discriminatório e xenofobo, ao denominado “diferente” ou “o outro” (Seyferth, 2002), como será trabalhado nos próximos tópicos.

6.2 RACISMO CONTRA OS MIGRANTES NEGROS (RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA)

Todos os episódios de racismo contra os haitianos revelam um sentimento de atemporalidade, quando a pessoa negra é abordada no presente como se estivesse no passado, como acontece com esses migrantes. E, isso mostra que “a violência aumenta à medida que o presente se aproxima do passado” (Kilomba, 2020, p. 222).

O racismo é o “ataque feroz das forças coloniais” (Krenak, 2020, p. 41). O velho ordenamento racial, estabelecido historicamente, não desapareceu com a

Abolição da escravidão da população negra. Com o final legal do regime de castas, que se prolonga no presente das relações humanas, com ramificação nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira, por motivo dos resquícios do colonialismo, “uma ferida que nunca foi tratada”. A “violência da escravidão foi substituída pela violência do racismo em uma sociedade industrializada” (Du Bois, 2021, p. 12).

De fato, “o colonialismo é uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra” (Kilomba, 2020). Segundo Frantz Fanon, “e durante anos ainda teremos que cuidar das múltiplas feridas, por vezes indelévels, causadas a nossos povos pela onda colonialista” (Fanon, 2022, p. 251). Isso ajuda a compreender que é visível que “o colonialismo jaz exatamente na extensão da soberania de uma nação sobre um território além de suas fronteiras – e é essa também a experiência do racismo cotidiano” (Kilomba, 2020, p. 225).

O racismo colonial na sociedade brasileira “incorporou-se tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonial” (Munanga, 2020, p. 31), que fica evidente constatá-lo nas relações de acolhida destinadas aos migrantes haitianos.

Nessa perspectiva, os estudos científicos que foram analisados nos capítulos anteriores revelam que existe racismo na sociedade brasileira, principalmente contra a população negra e migrante, que é submetida a uma série de discriminações raciais, de desigualdades socioeconômicas e até à perda da vida. Esse fenômeno pode interferir no processo de recepção dos migrantes negros, como haitianos e também dos africanos que, possivelmente, sofrem violência cultural, moral, material e física⁴⁴.

Isso acontece por causa do racismo, que é compreendido como elemento

⁴⁴ Segundo a Unicef Brasil, “as práticas racistas são diversas, indo de insultos até a agressão física, resultando no combo desse fenômeno que prejudica a vida, a autoestima e a saúde mental das vítimas e de pessoas próximas. Dito isso, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022, houve 2.458 ocorrências de crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor, o que representa uma taxa de 1,7 caso a cada 100 mil habitantes” (UNICEF Brasil, 2023).

estrutural que organiza as relações sociais e institucionais da sociedade brasileira⁴⁵, fazendo parte da gênese identitária desse mesmo país violento desde o período da escravidão dos africanos.

O Brasil é alicerçado na violência contra pessoas africanas. Estas nunca tiveram direitos de imigrantes neste país. Elas foram coisificadas, mercantilizadas, traficadas, escravizadas, e exploradas em solo nacional. Esta é a verdadeira a certidão de nascimento de um país chamado Brasil (Silva, 2022, p. 1).

Além das dificuldades inerentes à migração, migrantes negros como os haitianos são forçados a enfrentar a discriminação racial para sobreviverem a esse fenômeno complexo e violento. É evidente a existência de meios que materializam a existência do racismo estruturado na sociedade brasileira, como na política, economia e justiça e, profundamente arraigado no cotidiano das relações sociais.⁴⁶

Essa realidade atinge de forma violenta os migrantes haitianos por serem negros nos meios de comunicação, como relatado. Segundo o site de notícias, Brasil de Fato, um haitiano denominado Djimy Cosmeus denunciou, para o mesmo veículo de comunicação, as agressões físicas que sofreu em uma empresa onde trabalhava: “Fui asfixiado, não conseguia respirar” (Ramos, 2021).

⁴⁵ O racismo institucional na sociedade brasileira está materializado nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o estudo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, apresentado pela Agência de Notícias – IBGE. Seguem os dados: Em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). Em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para a população branca, 16,5% para a preta e 16,2% para a parda. Já as taxas de subutilização destas populações foram, respectivamente, 22,5%, 32,0% e 33,4%. Em 2021, a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% para os pretos e 47,0% para os pardos. O rendimento médio dos trabalhadores brancos (R\$3.099) superava muito o de pretos (R\$1.764) e pardos (R\$1.814) em 2021. Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles. Pretos e pardos enfrentam maior insegurança de posse da moradia: 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residentes em domicílios próprios não tinham documentação da propriedade, enquanto a proporção entre as pessoas brancas era praticamente a metade (10,1%). Segundo o Censo Agro 2017, entre os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (com mais de 10 mil hectares), 79,1% eram brancos, enquanto apenas 17,4% eram pardos e 1,6% eram pretos. Em 2020, houve 49,9 mil homicídios no país, ou 23,6 mortes por 100 mil habitantes. Entre as pessoas brancas, a taxa foi de 11,5 mortes por 100 mil habitantes. Entre as pessoas pardas, a taxa foi de 34,1 mortes por 100 mil habitantes e, entre as pessoas pretas, foi de 21,9 mortes por 100 mil habitantes. Nas áreas de graduação presencial com maior número de matrículas em 2020, as maiores proporções de pretos e pardos estavam em pedagogia (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) e enfermagem (8,5% de pretos e 35,2% de pardos). Já o curso de medicina tinha apenas 3,2% de matriculados pretos e 21,8% de pardos (IBGE, 2022).

⁴⁶ O governo brasileiro reconheceu a existência do racismo institucional (Geledés, 2013) e em Fonseca (2015).

O haitiano relatou o momento de tortura que sofreu pelos seguranças da empresa: “Eu gritava para alguém fazer alguma coisa, eles gritavam que estavam me disciplinando. Eu gritei que esse homem iria me matar, eu sentia dores nas costas e fui sendo asfixiado” (Ramos, 2021). Por isso, sobre esse acontecimento racista, afirma o site Brasil de Fato com as seguintes observações e denúncias de racismo:

O haitiano Djimy Cosmeus, 28, quase se tornou um caso como o de George Floyd, morto em maio de 2020, em Minneapolis, nos EUA, após ser sufocado em abordagem policial [...]. No dia 8 de julho, Cosmeus foi agredido por três seguranças privados dentro da fábrica da Brasil Foods (BRF), na cidade de Chapecó (SC). O trabalhador, contratado em fevereiro pela empresa, relata ter sofrido racismo e falsas acusações pelo supervisor [...]. “Além das lesões causadas pelo exagero da força, houveram (sic) as humilhações e constrangimento frente a um grande número de colegas de trabalho, que também diziam para os seguranças pararem com a violência que estava sendo cometida” (Ramos, 2021, p. 1).

As entrevistas provam essa situação de violência contra os haitianos, pois, no Brasil eles são submetidos, frequentemente, a situações concretas de extremas dificuldades, como humilhação e desrespeito em seus direitos básicos, gerando medo e insegurança nesses próprios migrantes, como foi relatado na entrevista da voluntária da Missão Paz: “Os *haitianos me diziam: “Eu tenho medo de me sentar na rua porque tem aqueles que mexem com a gente, nos xingam e quando eu entro no metrô, eu sinto que as pessoas viram a cara”* (Entrevistado 4, 2022).

Esse medo é resultado do racismo que provoca trauma na pessoa negra⁴⁷, como é perceptível no relato do migrante haitiano e já foi comprovado cientificamente por órgãos do Governo Federal:

[...] o racismo causa impactos danosos que afetam significativamente os níveis psicológicos e psicossociais de qualquer pessoa. Geram efeitos que incidem diretamente no comportamento das pessoas negras que normalmente estão associados à humilhação racial e à negação, que podem levar diversas consequências, inclusive às práticas de suicídio (Saúde..., 2022, p. 8).

O tratamento negativo, frequentemente direcionado às pessoas negras, como os migrantes haitianos, os leva à sensação de inferioridade e incapacidade, e

⁴⁷ A população negra muitas vezes enfrenta estigmas e identifica-se racialmente, o que pode afetar sua saúde mental. O racismo estrutural, a violência racial e as desigualdades sociais podem causar estresse, ansiedade, depressão e trauma psicológico.

assim a pessoa pode desenvolver traumas em meio a ambientes sociais hostis e violentos (UNICEF Brasil, 2023).

Os traumas incutidos nos migrantes negros, no caso os haitianos, são resultados dos resquícios do colonialismo, que geram “patologia mental produzida diretamente pela opressão” (Fanon, 2022, p. 252) das pessoas brancas. O funcionamento da mentalidade colonial orienta as relações sociais, com o objetivo de negar a existência do outro não-branco, fazendo-o se sentir excluído ou não pertencente à convivência social.

Contudo, esse funcionamento relacional destinado aos haitianos mostra que é uma “sistematização do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo força o povo dominado a se perguntar constantemente: ‘Quem sou eu, na realidade?’” (Fanon, 2022, p. 252). Este é um dos questionamentos feitos pelos haitianos que sofreram racismo, como tentativa de negação da identidade pessoal desses migrantes.

6.3 NEGÃO, TRATAMENTO RACISTA QUE CAUSA DOR E EXCLUSÃO DOS HAITIANOS

No Brasil, “para os negros, a branquitude abre apenas algumas portas: da cadeia, do camburão, do cemitério” (Theodoro, 2022, p. 73). Assim, o racismo nesse mesmo país é um fenômeno ideológico, que orienta as relações, principalmente no tratamento que alguns brasileiros utilizam para se referirem aos migrantes haitianos, provocando dores psíquicas nesses mesmos migrantes, como relata a entrevista:

Há pessoas aqui no Brasil que não chamam os haitianos pelo nome. Um dia um haitiano disse para mim que isso doía muito nele. Ele disse: “Eu sei que sou negão, mas dói em mim quando não me chama pelo nome, e só me chama de negão (Entrevistado 5, 2022).

De fato, “o racismo cotidiano estabelece uma dinâmica semelhante ao próprio colonialismo: uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida” (Kilomba, 2020, p. 224), como é relatado nessa entrevista. Além disso, “o colonialismo e racismo cotidiano necessariamente contêm trauma de um evento de vida intenso e violento” (Kilomba, 2020, p. 214).

O tratamento racista causa impactos de forma profunda, na saúde mental dos migrantes haitianos, e isso pode gerar estresse, ansiedade, depressão,

prejuízos na autoestima, e provoca até o isolamento na convivência social (UNICEF Brasil, 2023). Esse tratamento violento contra os migrantes haitianos é resultado do resquício de um comportamento colonial, porque

[...] é “a lembrança de uma história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor, uma história que é animada através [...] de episódios de racismo cotidiano. A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como trauma” (Kilomba, 2020, p. 213).

É possível constatar no relato que é pela geografia do corpo negro que os migrantes haitianos têm sua identidade social - no caso o nome -, negado pelo tratamento discriminatório de brasileiros, que os identificam pela cor da pele, como meio de invisibilizar uma existência preta e migrante. De fato, a cor da pele no Brasil é utilizada como justificava racial de exclusão dos negros.

Outra situação que doeu em mim, foi quando os três haitianos me relataram racismo contra eles, praticado por um motorista de aplicativo. O motorista do aplicativo olhou para eles e falou: “o negro não entra no meu carro. É terrível, isso é terrível. Como é que uma pessoa pode chegar ao ponto de dizer: “negro não entra no meu carro?” É um choque, e a gente não consegue entender como é que um ser humano pode agir dessa maneira (Entrevista 5, 2022).

A palavra negro, que é expressão visível da cor da pele, deriva da negritude. Para quem tem consciência racial, ela tem profunda ligação sentimental que conecta secretamente as pessoas, tornando-as irmãos negros do mundo. Isso acontece especialmente com os migrantes haitianos, ajudando-os a preservar uma identidade negra e uma solidariedade comum, até nos impactos que a violência racial provoca nas pessoas comprometidas com os sofrimentos dos haitianos (Munanga, 2020).

A fala dos brasileiros é o tempo todo o que esses negros vieram fazer aqui, o que esses haitianos vieram fazer aqui e muitas vezes dentro do transporte público. Eu também ouço falas nesse sentido de que já não tem trabalho aqui para nós, porque que esses haitianos vêm para cá? Eu vou aqui ao um cabeleireiro mais próximo à frente das ruas central, onde pessoas se sentam para conversar ali e tem essa fala constante, principalmente de quem reside ou trabalha aqui no entorno da missão. Essa fala da sociedade civil dessa, como fica parecendo, como se estivesse sendo estando ocupando esse espaço e invadindo o território. Essa é a grande, grande fala aqui do entorno e os haitianos? Eles, a maioria, conseguem trabalho ou são interiores para outros estados e depois, com o término desse período de

2014, em 2015 começa a aparecer um número um pouquinho mais significativo e depois um pouco maior (Entrevistado 6, 2023).

No Brasil, quando alguém sofre discriminação por causa da cor da pele, o que se identifica é o preconceito racial, “porque a categoria ‘cor’ é informada pela ideia de ‘raça’ que, [...] continua a orientar a ação dos agentes sociais. [...] O preconceito de raça se atualizou, no caso ‘cor’” (Guimarães, 2012, p. 54).

A entrevista ajuda a perceber que o conceito de negritude está intimamente ligado ao significado sociocultural de classe e também ao fator racial. Os ataques ofensivos direcionados aos migrantes haitianos - que são pessoas negras - são relacionados ao âmbito sociocultural e também ao âmbito racial. De fato, os haitianos em sua realidade, ou seja, no seu conjunto como um todo, vivem situações particulares, sofrendo discriminação baseada na cor da pele (Munanga, 2020).

Essa análise faz perceber que o racismo, como elemento visível nas relações sociais, se configura como poder apropriado por grupos, que exercem o domínio na comunicação que define o outro como inferior. Por isso, esses episódios, historicamente violentos, registrados nesse trabalho de pesquisa, revelam que, no Brasil, migrantes pretos como haitianos são submetidos frequentemente à violência física e simbólica em diversas situações concretas do funcionamento cotidiano da sociedade, por causa do racismo estrutural e institucional.

6.4 O PASSADO RACISTA AINDA NÃO MORREU: O “NAVIO NEGREIRO HAITIANO”

O colonialismo faz o Brasil viver “simultaneamente, em várias ‘idades histórico-sociais’” (Fernandes, 2007, p. 104), principalmente com a atualização de elementos comportamentais do período escravocrata na relação com os migrantes haitianos, como foi identificado nos relatos das entrevistas “Do racismo cotidiano como um ato de colonização” (Kilomba, 2020, p. 224). Dessa forma, “o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial” (Kilomba, 2020, p. 215). Memórias que ajudam a compreender que, o

Brasil vive, simultaneamente, em várias “idades histórico-sociais [...]”. Presente, passado e futuro entrecruzam-se e confunde-se de tal maneira

que se pode passar de um estágio histórico a outro pelo expediente mais simples: o deslocamento no espaço” (Fernandes, 2007, p. 104-105).

Por isso, a chegada dos haitianos à cidade de São Paulo aconteceu de forma violenta, trazendo à tona lembranças e atitudes de um dos grandes símbolos do período da escravidão da população negra: o navio negreiro. Assim, os migrantes haitianos foram levados do Acre para a capital paulistana sem conhecimento e informações sobre seu destino, como é relatado na entrevista:

Entrevista: Em 2014, lá no Acre colocava os haitianos no ônibus e os mandava para São Paulo. Eram quatro ônibus por dia. Cada ônibus eram 44 assentos. Eles chegaram aqui na rodoviária da Barra Funda. Eles chegavam em São Paulo, sem saber onde estavam. Não sei se viram. No caminho inteiro, que são cinco dias de viagem, eles vinham perguntando: “onde a gente está indo”? Os motoristas dos ônibus eram orientados a não dizer que eles estavam vindo para São Paulo. Então foi uma coisa maluca. Eu fui ajudar na rodoviária da Barra Funda. Fiquei fazendo plantão lá para receber essas pessoas, orientando e encaminhando cada um que chegava aqui em São Paulo (Entrevistado 7, 2023).

O relato mostra que os ônibus do poder público para o atendimento aos haitianos recordaram, de modo concreto, o funcionamento dos navios negreiros. Esses eram veículos de embarcações que transportavam as populações africanas, capturadas e destinadas ao trabalho escravo nos continentes europeus e americanos, entre os séculos XVI e XIX. Dessa maneira, “o passado colonial foi ‘memorizado’ no sentido em que ‘não foi esquecido’. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer” (Kilomba, 2020, p. 2013).

A complexidade do problema histórico-estrutural da sociedade brasileira deve ser considerada para entender o critério de julgamento temporal, que se estabeleceu no passado e se estende até a atualidade. No Brasil, é evidente que,

[...] a atemporalidade, por um lado, descreve o passado coexistindo com o presente e, por outro lado, descreve como o presente coexiste com o passado. O racismo cotidiano nos coloca de volta em cenas de um passado colonial – colonizando-nos novamente [...]. Enquanto o sujeito branco reencena o passado, o presente é proibido ao sujeito negro. Essa é a função do racismo cotidiano: restabelecer uma ordem colonial perdida, mas que pode ser revivida no momento em que o sujeito negro é colocado novamente como a/o “Outra/o” (Kilomba, 2020, p. 224- 225).

Assim, pode-se compreender com mais clarividência a atual situação dos padrões teóricos, que ainda são utilizados como ferramentas de interpretação da situação do migrante negro (haitiano), do ponto de vista social e cultural, nessa

sociedade capitalista que se consolidou no Brasil após a Abolição (Moura, 2019).

De fato, no relato da entrevista sobre o transporte utilizado para atender os haitianos, fica evidente que o colonialismo “é vivenciado como real – somos capazes de senti-lo! Esse imediatismo, no qual o passado se torna presente e o presente passado” (Kilomba, 2020, p. 158). Por isso, os haitianos experimentam

[...] o presente como se estivesse no passado. Por um lado, cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado). A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado (Kilomba, 2020, p. 158).

Nessa análise, pode-se deduzir que, provavelmente, os migrantes haitianos devem ter sentido sensações semelhantes aos sentimentos de medo, dor, angústia e desespero das populações africanas, que foram trazidas involuntariamente e de modo violento para o Brasil para serem comercializadas e exploradas nos trabalhos manuais, como mão de obra barata e fonte de lucro para os brancos.

6.5 MÃO DE OBRA BARATA DOS HAITIANOS COMO RESQUÍCIOS DA ESCRAVIDÃO

Os haitianos acolhidos pela Missão Paz são migrantes que se encontram em condição social e econômica, visivelmente vulneráveis com uma forte tendência de ser interpretados pela sociedade brasileira como pessoas que são obrigadas a se inserirem em trabalhos altamente precários, por causa da necessidade de encontrar meios para a manutenção da própria existência. Por isso, há preferência pela contratação de mão de obra haitiana, como foi relatado pelo profissional da instituição religiosa:

Eles preferem os haitianos porque mão de obra barata e não qualificada. Então, os haitianos, eles são rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho para condição de mão de obra simplesmente barata. Então, são várias as instituições e empresas que vêm até o pátio da missão para buscar essas pessoas, para levar para a construção desses locais que tinham que ser de modo muito rápido. Os negros são mais rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho e os outros imigrantes, os brancos (Entrevistado 3, 2022).

Esse funcionamento social do mercado, visivelmente exploratório da mão de obra dos migrantes negros, é testemunhado também pelos haitianos, como Moise,

ao destacar sua condição de trabalhador migrante, explorado no Brasil. Diz ele: “*Eu sou migrante aqui no Brasil. O migrante no Brasil sempre vai ganhar menos. Sei para quem ganha mais e quem ganha menos no meu trabalhar. Eu chamo o Brasil de país trapaceiro*” (Entrevistado 8, 2022).

Esse funcionamento exploratório da mão de obra do trabalho dos haitianos é um dos mecanismos do colonialismo. De fato, no Brasil, historicamente é visível que,

[...] o colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e [...] sugere que o trabalho do colonizado é pouco rentável, o que autoriza os salários insignificantes e a exploração [...]. Desse modo, negros colonizados nunca receberam salários iguais aos de colegas brancos (Munanga, 2020, p. 31).

As entrevistas provam que os haitianos são compreendidos, por alguns agentes do setor produtivo, como oportunidade de exploração da mão de obra barata. De fato, a partir da ideologia capitalista, “o empregador quer ganhos ‘maiores’ por conta da redução de custos com a mão de obra, advinda da menor remuneração do trabalho negro” (Theodoro, 2022, p. 47), principalmente do serviço dos migrantes haitianos. Por isso, segundo a narrativa do profissional da Missão Paz, o migrante haitiano

[...] é rapidamente absorvido não só pelo mercado da construção civil, como também por outros serviços que inclusive brasileiros, não querem fazer, que são serviços gerais, como: restaurantes, serviços de limpeza, trabalhos, inclusive de varrer rua (Entrevistado 3, 2022).

Essa preferência de contratação de haitianos para a mão de obra braçal acontece, independente da formação intelectual de cada um deles, pois são nivelados profissionalmente, como foi relatado na entrevista. Segundo o entrevistado,

[...] existe muitos haitianos com formação acadêmica. Nós tivemos aluno, médico, advogado, professor universitário e engenheiro mesmo. Um haitiano meu era engenheiro e havia aqueles que nunca tinham ido à escola porque moravam numa área rural. E, por exemplo, os que eram professores universitários no Haiti deixaram lá e vieram para cá e ficaram sem emprego na área deles (Entrevistado 9, 2023).

Percebe-se que, “o racismo sempre funcionou como um fator limitante de quaisquer perspectivas emancipatórias” (Du Bois, 2021, p. 12). Fica evidente na entrevista que o racismo contra os migrantes haitianos em sua contratação

profissional se revela como um mecanismo de negação ou desqualificação da formação intelectual, e de valorização da força física para o trabalho braçal.

Isso se configura como uma concretização do funcionamento colonial, que desprezava os atributos e propriedades intelectuais dos negros, e valorizava somente as suas características físicas para o trabalho escravo. Nesse sistema, o “negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica” (Munanga, 2020, p. 22).

Além de os migrantes haitianos sofrerem racismo na contratação da mão de obra para ocuparem postos de trabalho fora de suas áreas profissionais e intelectuais, sofrem também racismo de trabalhadores que estão no mesmo nível profissional que eles, como foi mencionado na entrevista:

Olha muita estranheza, muita estranheza, inclusive alguns dizendo esses eles vêm aqui para tirar o trabalho da gente para eles, não veem a trabalho de ninguém, inclusive eles fazem o trabalho que vocês vêm, vocês querem. Eles não têm trabalho, vem trabalhar. Se eles querem uma vaga de trabalho com trabalho, a maioria é construção civil ou limpeza, serviços gerais, serviços gerais (Entrevistado 9, 2023).

Esse *modus operandi*, materializado na visão conflituosa dos trabalhadores brasileiros, relatada na entrevista sobre os migrantes haitianos, institui hierarquia e constitui estratificação social nas relações com esses estrangeiros. De fato, esse funcionamento nas relações sociais é implementado pela mentalidade racista do brasileiro, porque,

[...] embora com a mesma qualificação, eles serão menos iguais do que os outros. A maioria deles associados às tarefas mais subalternas e as mais precárias, geralmente e, além disso, estes migrantes são alvo de piadas duvidosas, ou de reações de rejeição (Castel, 2011, p. 47).

Infelizmente, isso acontece desde a Abolição da escravidão, porque “a população negra [...] teve poucas oportunidades de ascender à hierarquia ocupacional, permanecendo confinada nas ocupações agrícolas não qualificadas” (Hasenbalg, 2005, p. 179) e outras atividades de menor status e remuneração. Essa realidade alcança os dias atuais, porque, historicamente, o negro sempre “foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o início, em todos os cantos em que houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão x colonização)” (Munanga, 2020, p. 41).

No Brasil, os brancos exigem a manutenção de uma tradição histórica de privilégios no campo cultural, social, econômico, histórico, educacional e religioso, e para os negros, principalmente os migrantes haitianos, as pessoas privilegiadas impõem resistência de garantia mínima de direitos humanos. Porque “[...] *é muito claro essa diferenciação. E os haitianos sofrem muito com essa sociedade desigual*”, como relatou o profissional da Missão Paz (Entrevistado 3, 2022). De fato, essa mentalidade colonial de privilégios das pessoas brancas mostra que:

Devido ao fato de o sujeito branco não querer superar a perda do passado – ou seja, a perda tanto do colonialismo quanto da ideia de supremacia branca –, ele também não é capaz de se reassociar à ideia de igualdade racial. O presente e a ideia de igualdade são recusados e, no lugar, prevalece a fantasia de que o passado triunfará. Estamos lidando aqui com um estado de luto colonial, já que o sujeito branco se sente incrédulo e indignado porque as/os “Outras/os” raciais podem se tornar iguais a ele. Somos, de fato, aprisionadas/os num ato de colonialismo que somos obrigadas/os a “desfazer” (Kilomba, 2020, p. 226).

É evidente que nesse funcionamento da sociedade brasileira, os privilégios considerados “valores [...] moldam a relação entre diferentes grupos sociais, oferecendo modelos de ação para atitudes que reproduzem posições sociais e padrões de desigualdade” (Theodoro, 2022, p. 36).

No Brasil, desde a abolição, a população negra é excluída do sistema econômico brasileiro, ainda como classe social, oprimida historicamente pela classe capitalista, sua força de trabalho foi explorada e, sobre seus ombros, repousou o próprio funcionamento das engrenagens que movem o sistema econômico (Bastide; Fernandes, 1955).

Ao levar em consideração essa observação, pode-se deduzir que toda situação de pobreza vivenciada pelos migrantes haitianos é consequência da sofrida rejeição da população negra, que luta para se beneficiar da produção capitalista, produzida por ela mesma (Bastide; Fernandes, 1955).

Desse modo, os migrantes haitianos são privados das garantias básicas para sobreviver e, ao mesmo tempo, são considerados por essa sociedade estratificada, como um grupo social com baixa potencialidade para contribuir com o desenvolvimento social, político, religioso e econômico do Brasil (Hasenbalg, 2005). E isso tem como consequência o silenciamento de uma população socialmente marginalizada.

Essa falta de garantia resulta do racismo que provoca também a ausência

de bens econômicos, que instituem uma determinada alocação involuntária de migrantes haitianos para os lugares de pobreza, miséria e exploração, tornando-o socialmente impotente, por meio de mecanismos sociais. Nessa lógica, os haitianos, como os negros de modo geral, formam uma população racializada, empurrada para camadas mais baixas da sociedade (Turner, 2000). Assim, o racismo pode ser interpretado como uma equação entre essas consequências sociais da categorização dos migrantes e as características biológicas, como a cor da pele (Haider, 2019).

O Brasil é uma terra vista, pelos migrantes haitianos, como um lugar de oportunidade de sobrevivência⁴⁸. Porém, esse mesmo território se revela como um país configurado, estruturalmente, por um sistema de hierarquização social que consiste em gradações de privilégio e prestígio formadas por classe social, com referência na ocupação e na renda, origem familiar, cor da pele e educação formal. Esses são elementos consequentes das dicotomias que, durante mais de três séculos, sustentaram a ordem escravocrata, a partir da oposição entre elite e povo e, brancos e negros (Hasenbalg, 2005).

De fato, a presença do racismo contra os migrantes haitianos pode ser percebida na constatação da privação de ocupação de certos cargos de destaque na sociedade, como uma estrutura naturalizada da negação desses migrantes negros à igualdade de acesso aos recursos de valor: habitação, emprego, educação, renda, poder e prestígio.

6.6 BRASIL, PAÍS ACOLHEDOR, NÃO PARA OS HAITIANOS: MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

As entrevistas e os materiais bibliográficos referentes aos migrantes haitianos revelam a não acolhida plena do Brasil a estes cidadãos migrantes negros. Dado o fato de possuírem a cor da pele escura, lhes impõe, automaticamente, dificuldades incomensuráveis.

Porém, existem narrativas históricas que supõem que o Brasil, para outras nações, é um país considerado acolhedor. Isso graças ao “mito da democracia racial”, discurso nacional que sustentou a mistura das raças como o grande valor democrático brasileiro: brancos e negros convivem harmoniosamente, e com

⁴⁸ Mais sobre em Direitos... (2021).

igualdade de oportunidades de existência, sem nenhum conflito racial.

Mesmo com o “mito da democracia racial”, deve-se levar em conta que sempre houve escolha dos migrantes que seriam bem-vindos em suas terras. Esses não seriam os negros, mas os europeus brancos - grupo social não racializado e visto efetivamente como meio de contribuição com o melhoramento da “raça brasileira”. O que atualmente não se vivencia no Brasil, porque a realidade nacional recebe aqueles que outrora eram considerados indesejados para seu desenvolvimento enquanto nação.

A ideia de um país acolhedor configura-se como “mito da hospitalidade”. Isso porque, para o autor, há uma diferença entre o modo como é anunciado para o mundo e a verdadeira hospitalidade a qualquer estrangeiro, independente da cor ou da raça, sustentando que no Brasil há uma “democracia racial” (Barreto, 2015).

O Brasil já recebeu um número significativo de haitianos, mas também recebe imigrantes europeus, como portugueses e espanhóis. Porém, a sociedade brasileira, como foi destacado nas entrevistas, costuma enfatizar esses migrantes negros como problema. Essa é uma visão que rapidamente foi construída no imaginário coletivo da sociedade a ser construída. Enquanto isso, os migrantes europeus recebem reconhecimento e são valorizados por sua cultura e “contribuição ao Brasil”.

Ao analisar esse fato social, que revela a ambivalência das relações da sociedade brasileira para com os migrantes na valorização de um grupo racial e desvalorização de outro, por causa de um imaginário cultural colonizador que forma a mentalidade do povo brasileiro, nota-se que:

Contribuições culturais ou produtivas dos haitianos [...], que têm uma riqueza cultural enorme, dificilmente viram notícia. O racismo atual se dá pelo não dito, pelo que a imprensa omite. Quando aparecem na mídia estão atrelados a problemas, crises, marginalizações, ou ligados à ideia de uma invasão (Barreto, 2015, p. 1).

Diante dessa realidade complexa, é evidente que o Brasil se apresenta com inúmeros desafios, sobretudo para os migrantes e refugiados provenientes de países em que a população é majoritariamente negra, como Haiti. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira é provocada a dar resposta às urgências da população negra nativa, com a sua diversidade cultural, mas também, para milhares de haitianos, que se apresentam como outra realidade e cultura, fazendo parte de

um funcionamento nacionalmente conflituoso e excludente.

Muitos migrantes haitianos, ao chegarem ao Brasil, confrontam-se pela primeira vez com uma estrutura social baseada na discriminação racial, como foi constatado nas entrevistas e na bibliografia. Esses encontram dificuldades com o idioma, saudade, por causa das rupturas familiares, preconceito e práticas discriminatórias por serem negros, exploração de sua força de trabalho, exclusão na convivência social, falta de hospitalidade da maior parte dos brasileiros(as) e ausência de melhores condições de vida, que garanta sua sobrevivência material.

Nesse ambiente de racismo contra os haitianos, se destacou o trabalho da Missão Paz, com seu protagonismo social na acolhida desses migrantes, incluindo esse grupo racial na sociedade brasileira, respeitando sua identidade cultural, política e religiosa, sem fazer distinção dessas pessoas e sem proselitismo religioso.

6.7 O TRABALHO DE JOÃO BATISTA SCALABRINI, PAI E APOSTOLO DOS MIGRANTES

A mudança da Igreja na relação com a sociedade foi um dos principais motivadores para a criação de novos serviços pastorais e, também, para o surgimento de novos protagonistas religiosos, como João Batista Scalabrini, mentor do trabalho pastoral católico em benefício dos migrantes. Os primeiros serviços humanitários da Igreja em prol dos migrantes a partir do século XIX surgem com a atuação pastoral e política desse religioso, chamado de o “Pai e Apóstolo dos Migrantes”, durante o período da Revolução Industrial.

A questão migratória, enquanto preocupação pastoral, emerge na Igreja ao lado da chamada questão social, tem a preocupação de Leão XIII ao escrever sua carta sobre a condição dos operários. Nota-se desde logo uma vinculação estreita e recíproca entre elas. Em outras palavras, aquilo que viria a se constituir como Pastoral das Migrações e a Doutrina Social da Igreja nascem praticamente juntas. São verdadeiras irmãs gêmeas. A visão mais aguda da Igreja para os problemas sociais que afligem a humanidade inclui, entre outros, o drama dos migrantes (Gonçalves, 2000, p. 7).

João Batista Scalabrini nasceu em Fino Momasco, Província de Como-Itália, a 8 de julho de 1839. Em 1863 foi ordenado sacerdote e, em 1876, foi bispo de Piacenza, campo social que se transformou num espaço referencial de atendimento aos grupos vulneráveis através da atuação sociopolítica do religioso. Sobre esse marco histórico, assim se refere Cláudio Ambrozio:

Com ele, Piacenza tornou-se, por 29 anos, um centro irradiador de muitas reformas e iniciativas. Entre suas diversas obras sociais estão: A fundação do Instituto Surdo-Mudas e a criação de um instituto para a assistência religiosa, social e sindical para trabalhadores sazonais do cultivo de arroz, na região norte da Itália (Ambrozio, 1998, p. 42).

Em 1886, a partir desse lugar geográfico (Piacenza), Scalabrini, como bispo sensível aos problemas sociais, começou a questionar o sistema religioso sobre o meio de como proporcionar ajuda assistencial aos migrantes italianos que partiram para as Américas (Terragni, 2020, p. 5).

A Igreja Católica é uma instituição solidária e comprometida com a causa dos migrantes desde sua origem histórica. Porém, sua atuação sociopolítica adquiriu visibilidade a partir do surgimento da Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada pelo Bispo italiano João Scalabrini, em 1887, com a proposta de prestar caridade aos viajantes italianos que emigravam para o continente americano. No dia 11 de janeiro de 1887, Scalabrini

[...] propôs uma “Associação de padres italianos, que tivesse como objetivo a assistência espiritual dos italianos emigrados nas Américas” ao Card. G. Simeoni, Prefeito de Propaganda Fide, o Dicastério pontifício responsável na Igreja na América do Norte e em todos os países de missão. Solicitou-se um projeto concreto e o bispo, no dia 16 de fevereiro, sugeriu a fundação de uma Associação de sacerdotes italianos dispostos a se comprometerem por um ano de missão no exterior. Nos meses seguintes, Scalabrini modificou ainda mais o projeto e, em colaboração com a Propaganda *fide*, decidiu: 1) abrir uma casa em Piacenza onde os missionários pudessem ser preparados; 2) acolher os filhos dos emigrados; 3) prolongar o compromisso missionário para cinco anos (Terragni, 2020, p. 5).

A aprovação desse projeto pastoral voltado para os imigrantes foi concedida pelo Papa Leão XIII. O mesmo papa que tinha consciência da situação de sofrimento provocado pela situação migratória, como ele mesmo enfatizou: “ninguém, com efeito, quereria trocar por uma região estrangeira a sua pátria e a sua terra natal, se nesta encontrasse os meios de levar uma vida mais tolerável” (Leão XIII, 1891, p. 28).

Por isso, com a autorização de Leão XIII, no dia 15 de novembro de 1887, em Piacenza, Scalabrini fundou o “Instituto de homens consagrados com a intenção e a vontade de ir para regiões distantes, especialmente para a América” (Terragni, 2020, p. 5).

Leão XIII aprovou esse projeto de ação em benefício dos migrantes italianos,

porque Scalabrini havia lhe apresentado dados e fatos, a partir de uma análise profunda e detalhada da realidade migratória. Ele começa fornecendo dados estatísticos:

Das estatísticas publicadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sobre a emigração italiana, transcrevo a tabela seguinte, cujos dados, por serem eloquentes, não precisam de comentários: A partir deste mapa percebe-se que, enquanto a emigração temporânea ficou oscilando em torno dos 90.000, para decrescer em 1886 a 83.000, a emigração propriamente dita, ao invés, ou seja, a de tempo indeterminado, veio crescendo de aproximadamente 20.000 - tal era seu número em 1878 - a mais ou menos 40.000 nos três anos seguintes - 1879, 1880 e 1881 - para subir gradualmente até 84.352 no ano passado (Ambrozio, 1998, p. 42-43).

Scalabrini, com todos esses dados sobre a realidade migratória, quis ampliar o serviço voltado ao atendimento dos migrantes, fundando mais dois institutos religiosos constituído pela participação de leigos e freiras. Essas duas entidades religiosas fundadas por João Batista Scalabrini têm como objetivo

[...] diminuir e destruir, se fosse possível, tais males. Dito de forma afirmativa, as sociedades fundadas se propõem a: - Promover a fé do migrante; - Desenvolver um trabalho de recuperação das raízes culturais, visando o fortalecimento da identidade do migrante; - Lutar pela justiça no mundo das migrações (Ambrozio, 1998, p. 44).

Em 1889, o religioso fundou, na Itália, a Sociedade São Rafael (Associação de Patronato), composta por um coletivo de leigos católicos simpatizantes pela causa migratória e pelas propostas pastorais de Scalabrini, registradas em seus escritos sobre missionários não clérigos, como respostas às demandas dos migrantes. De fato, a referência aos colaboradores leigos,

[...] já era expressa no primeiro escrito de Scalabrini sobre emigração, onde ele disse que os migrantes têm “necessidades morais e materiais e eu gostaria que surgisse na Itália uma Associação de Patronato, que fosse religiosa e leiga, para que respondesse plenamente a essa dupla necessidade” (Scalabriniani, 2023, p. 1).

A Sociedade São Rafael atuou politicamente de maneira eficaz nos portos, em momentos de embarques e desembarques de migrantes; na ajuda aos migrantes para resolver os procedimentos e processos burocráticos, como meio de assegurar a proteção legal de cada indivíduo; no acompanhamento da integração dos migrantes na sociedade; na prestação de auxílio às casas dos migrantes e aos centros de

refúgio, lugares de hospitalidade; na inserção no mundo do trabalho e da sociedade; no acompanhamento cultural e educacional, através da fundação de escolas para migrantes que residiam em outros países; e, por último, no atendimento espiritual aos católicos e a pessoas de outros segmentos religiosos (Scalabriniani, 2023).

É perceptível que a ação da Sociedade São Rafael tem como preocupação o fortalecimento de dimensões estruturais que possibilitam a manutenção da sobrevivência migrante em outros territórios. Por isso, o segmento religioso tenta manter a fé dos migrantes, a preservação de sua identidade nacional e cultural, e sua razoável condição econômica, dado que a ruína desse fator material está relacionada com as situações de injustiça.

Essa entidade scalabriniana atuou também em propostas em outros países, como Estados Unidos e Brasil. Nos Estados Unidos, além do atendimento pastoral à emigração italiana, a entidade realizou acompanhamento de novos grupos de migrantes vindos do mundo hispânico. Já no Brasil, despertou-se o interesse pela migração interna e pelo cuidado de filhos(as) órfãos de pais migrantes. Explica Giovanni Terragni:

[...] ao lado da pastoral paroquial entre os conacionais estava se desenvolvendo novas iniciativas em muitas cidades italianas e nos Estados Unidos: a Sociedade São Rafael, fundada por Scalabrini em 1889 para a proteção dos imigrantes e, no Brasil, o Orfanato Cristóvão Colombo (Para os órfãos filhos de imigrantes) no Bairro Ipiranga em São Paulo e mais tarde o Orfanato Cristóvão Colombo (Para órfãs filhas de imigrantes) no Bairro Vila Prudente também em São Paulo (Terragni, 2020, p. 5).

É evidente que a assistência social aos migrantes prestada pela Sociedade São Rafael tem uma dimensão política, motivada pelo cuidado pastoral. Por isso, a entidade católica foi constituída por indivíduos plenamente dispostos a auxiliar a causa migratória dos italianos. Contudo, essa iniciativa caritativa fundada por Scalabrini estendeu sua solicitude humanizada a todos os migrantes e refugiados, independente da nacionalidade daqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade.

O trabalho pastoral de João Batista Scalabrini no atendimento aos migrantes envolve, também, a colaboração de mulheres italianas, que entram para a vida religiosa conventual. Em 1895, o religioso fundou a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu-Scalabrinianas, com a finalidade específica de trabalho de promoção humana, espiritual e social dos migrantes italianos. As freiras

(irmãs) Scalabrinianas,

[...] ao longo da história congregacional se dedicaram, e ainda continuam a servir através da educação, à ação social-pastoral, no serviço da pastoral da saúde, da catequese, e em especial em favor dos migrantes e refugiados mais vulneráveis (Candaten, 2022, p. 1).

A atuação social dessa congregação feminina é compreendida como um serviço religioso e missionário prestado aos migrantes e refugiados, independente da região geográfica do globo, de tal forma que, esse segmento nasceu na Itália e ampliou-se, “inicialmente, no Brasil e em seguida na Europa (1936), na América do Norte (1941) e, nos últimos anos, em vários países da América Latina, da África e da Ásia” (Candaten, 2022).

Esse trabalho da congregação em outros países é a continuidade da práxis pastoral de Scalabrini, que “atravessa o oceano e se volta para ‘o sorriso da pátria e o conforto da fé’, como ele mesmo afirma” (Gonçalves, 2000, p. 8), ao se referir sobre a importância do acompanhamento espiritual, religioso, político e cultural dos migrantes.

A atitude de Scalabrini de fundar a congregações masculina, feminina e a Sociedade São Rafael, composta por leigos, revela a tentativa de uma possível de inclusão de gênero e de superação da relação de classe na vida religiosa, por meio do serviço pastoral prestado aos migrantes.

Scalabrini havia percebido que centenas de italianos migraram para as Américas. Por isso, o religioso incentivou sacerdotes, leigos e irmãs no acompanhamento aos migrantes na travessia para outro continente, como uma espécie de presença religiosa junto a esses indivíduos que se deslocavam de sua terra natal para um novo território, geográfico e culturalmente diferente.

A Igreja Católica, a partir da visão pastoral do papa Leão XIII e João Batista Scalabrini, se transforma num agente sociopolítico preocupado com os problemas da sociedade que vai assumindo ao longo do processo, uma consciência comprometida com o sofrimento dos migrantes, a partir de posicionamento na defesa e garantia dos direitos desses indivíduos. Por isso, Leão XIII e Scalabrini são

[...] sinais proféticos de uma determinada época, filhos do seu tempo. Duas respostas diferentes, mas igualmente evangélicas, aos desafios de um mundo conturbado por rápidas e profundas transformações

socioeconômicas e políticas, palco para enormes e desenfreados deslocamentos humanos (Gonçalves, 2000, p. 8).

O trabalho pastoral do religioso João Batista Scalabrini resultou na criação da Missão Paz⁴⁹, um instrumento político da Igreja Católica utilizado de forma efetiva para visibilizar seu trabalho pastoral no atendimento aos migrantes, principalmente àqueles que têm procurado hospitalidade nesses últimos tempos de crescimento geral do fenômeno migratório.

6.8 MISSÃO PAZ

A Missão Paz (SP) é um espaço religioso e sociopolítico pertencente à Igreja Católica, instituição religiosa milenar. Trata-se de uma instituição solidária e comprometida com a causa dos migrantes e tem na sua origem histórica o projeto pastoral e político da Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada por João Batista Scalabrini, em 1887. As ações da Missão Paz avançam em um sentido que poucas vezes o Estado consegue executar, segundo o Entrevistado 3:

Aqui, no Brasil, a gente não tem só a Igreja Católica, mas a gente se destaca. Tem como você vê aqui em São Paulo, que é o maior polo receptor que a gente tem, a Caritas. A gente tem Caritas brasileira, Caritas Arquidiocesana, enfim, sempre ligada à Igreja Católica. Por quê? Porque o governo fala muito, mas não faz muito (Entrevistado 3, 2022).

Numa abordagem sociológica, o trabalho realizado pelas equipes da Missão Paz pode ser compreendido como concretização de uma ação social racional, visando valores éticos e religiosos, resultando numa tradição de atuação política frente às diferentes sociedades onde os scalabrinianos atuam (Weber, 2010). Esse perfil histórico-cultural das entidades católicas, como a Missão Paz, pode representar como característica um movimento sistêmico de reprodução e de manutenção de projetos políticos com roupagem religiosa, constituídos para atender os grupos socialmente desprotegidos, como os migrantes.

⁴⁹ A Missão Paz faz parte da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos Borromeo, também conhecida como Scalabrinianos. É um organismo da congregação religiosa que presta serviços missionários e evangélicos a migrantes, especialmente os mais pobres e necessitados, e está “presente atualmente em 34 países, com a ajuda de voluntários e benfeitores. Os Scalabrinianos mantêm obras e vários serviços, como: casas de acolhimento para migrantes, centros de atenção aos migrantes, pastoral do migrante em organismos eclesiais diocesanos e nacionais, paróquias e missões, centros de estudos migratórios, seminários, centros Stella Maris, meios de comunicação

A Missão Paz foi gestada pelos scalabrianianos no início da década de 1990, a partir da atuação social das seguintes entidades: Paróquia Italiana (1940), Nossa Senhora da Paz (1940), Centro de Estudos Migratórios (CEM) (1969), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), 1977, Casa do Migrante (CdM), 1978, Paróquia Latino Americana e Italiana, em 1995 (Corrêa, 2015), Comunidade Haitiana (2013) e a Comunidade Filipina (2017) (Missão Paz, 2022).

Essa instituição religiosa é um espaço de solidariedade, porém sua atuação social na acolhida dos migrantes não está ligada diretamente à oferta de serviço religioso como afirma o Entrevistado 1: *“E quando se trata de religião, alguns, muitos não são católicos. A maioria são igualmente evangélicos. Haitianos que estão aqui são muitos. Então, eles participam da Assembleia de Deus e de outras igrejas”*.

A Missão Paz faz seu trabalho sem levar em consideração a profissão de crença ou fé religiosa de cada um desses indivíduos atendidos pela entidade católica. Seu foco de atuação é o sofrimento humano, a condição social e estrutural, que afeta os migrantes de modo geral, como afirma o Entrevistado 3: *“O sofrimento humano é igual para todos. Todo mundo é de carne e osso, hormônios, sonhos, medos, desejos. Todo mundo é igual, mas cada um com suas particularidades”*.

Em 1996, os representantes de cada um daqueles segmentos voltados para o atendimento aos migrantes, como a Paróquia Italiana, Nossa Senhora da Paz, Centro de Estudos Migratórios (CEM), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), Casa do Migrante (CdM) e a Paróquia Latino Americana e Italiana, reuniram-se para debater e propor soluções organizativas, seja para o trabalho profissionalizado de atendimento do público de migrantes, seja para o trabalho voluntário, representado por indivíduos que constituíram a Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM) (Corrêa, 2015).

Por ser uma entidade ligada aos religiosos scalabrianianos, indivíduos europeus no início de seu propósito de criação, a Missão Paz tinha por objetivo atender os migrantes italianos que vieram para o Brasil. Porém, na década de 1990, a entidade se abriu para as demandas de outros migrantes, como nordestinos, refugiados chilenos, vietnamitas e africanos. Sobre essa abertura para a configuração das migrações internas e externas, o Entrevistado 1 explica:

Ela (a Missão Paz) surge com os italianos e depois com a migração interna nordestina. Hoje, ela passa a acolher os primeiros dois grupos de refugiados chilenos, vietnamitas, africanos etc. Os africanos, ela começa acolhê-los lá pelos anos 90, e começou com pouquíssimo. Pôde gerar um aumento na última década. Isso antes era mais nativos, pois três grupos que ganharam muita visibilidade foram República Democrática do Congo, Angola e Mali (Entrevistado 1, 2022).

Em 2007, a Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM) passou a ser referenciada como Missão Scalabriniana de Nossa Senhora da Paz, mais conhecida como “Missão Paz”, *locus* de concentração das ações sociais do CEM, CPMM e da CdM.

A mudança de nomenclatura aconteceu após um período processual de atuação dos membros ativos, junto aos migrantes, na perspectiva de que a renomeação da integração dos segmentos possibilitaria a potencialização dos trabalhos dessas entidades (Corrêa, 2015).

O objetivo da Missão Paz é proporcionar o recomeço e o sentimento de pertencimento aos migrantes na sociedade brasileira, na perspectiva de integração e acolhimento aos migrantes, buscando compreender sua origem e sua cultura, respeitando-os como protagonistas de suas histórias. Por isso, para equacionar esse objetivo, é preciso conhecer a atuação dos segmentos que compõem a Missão Paz: Paróquia Nossa Senhora da Paz, CdM, CPMM, e o CEM, levando em consideração que, cada uma dessas vertentes conta com suas especificidades no acolhimento e está organizada segundo suas atribuições.

6.9 PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PAZ

A Paróquia Nossa Senhora da Paz foi fundada em 1940, na Rua Glicério - Liberdade, em São Paulo (Missão Paz, 2022). A instituição religiosa desempenha um papel fundamental no acolhimento aos imigrantes, por causa de sua atuação histórica em São Paulo, como referencial religioso da Missão Paz.

Essa paróquia representa a parte religiosa da Missão Paz que é visibilizada a partir de um trabalho pastoral multiétnico, que faz com que a mesma Igreja funcione de forma distinta por meio da composição de três paróquias no mesmo espaço geográfico: A Paróquia Nossa Senhora da Paz, a Latino-Americana e a Paróquia Italiana.

A Paróquia Italiana foi fundada no dia 08 de janeiro de 1956. Oficialmente é chamada de Paroquial PESSOAL Italiana. Os ritos religiosos são executados em italiano. A Paróquia Latino-Americana foi fundada no dia 13 de junho de 1995. Oficialmente é chamada de Paróquia PESSOAL dos Fiéis Latino-Americanos, e suas celebrações são realizadas em espanhol (Missão Paz, 2022).

Na Paróquia Nossa Senhora da Paz, há espaço também para a celebração religiosa de outras nacionalidades, como a comunidade dos haitianos, a partir de 2013, no idioma francês e, para a comunidade filipina, a partir de 2017, em inglês (Missão Paz, 2022).

É perceptível na atuação social e pastoral da Paróquia Nossa Senhora da Paz que a mesma entidade religiosa tenha por objetivo a evangelização das diferentes nacionalidades que atende. Por isso, suas quatro estruturas de ação são:

[...] fé e cultura, pastorais, vida em comunidade e celebração religiosa. As pastorais se distribuem da seguinte forma: migrante (geral), latinos (coletividade), juventude, criança, dízimo, catequese, grupos de oração e grupo de ministros (Stefanelli, 2016, p. 262).

Depois da criação da Paróquia Nossa Senhora da Paz em São Paulo, a Missão Paz fundou o Centro de Estudos Migratórios (CEM), um espaço intelectual de investigação científica e produção de subsídios sobre a temática da migração e seus impactos na sociedade como um todo.

6.10 CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM)

O Centro de Estudos Migratórios (CEM) foi fundado em 1969, em São Paulo, pelos scalabrinianos, estudantes que tinham por objetivo acompanhar de perto o processo das migrações internas que geravam enormes desafios por causa da presença de indivíduos de outras regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Paraná e até de outros países, como o Paraguai (Corrêa, 2015).

A década de 1960, período de fundação do Centro de Estudos Migratórios (CEM), foi marcada pela Ditadura Militar⁵⁰. Isso exigiu da Arquidiocese de São Paulo

⁵⁰ Esse governo militar repressor é o mesmo aparato estatal autoritário, que, a partir da década de 1980, instituiu leis, como mecanismos políticos de perseguição aos imigrantes, definidos pelos militares como indivíduos potencialmente criminosos e ameaçadores da segurança nacional. A Ditadura Militar criou o Estatuto do Estrangeiro, através Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, no qual predominava a ideologia da segurança nacional, sendo o estrangeiro visto como potencial

a formulação de uma postura crítica frente aos ditadores sobre as demandas dos pobres, da classe trabalhadora, dos migrantes, dos presos políticos, que eram torturados, e daqueles que lutavam por direitos básicos para a sobrevivência humana.

A criação do Centro de Estudos Migratórios (CEM) foi marcada, também, por uma forte produção de documentos de papas, bispos e teólogos latino-americanos sobre a Igreja e a questão migratória, bem como por uma literatura sociorreligiosa na defesa dos direitos dos migrantes.

É evidente que os documentos dos papas e da Conferência do Episcopado Latino-Americano sobre a problemática da migração⁵¹ mostram que o Centro de Estudos Migratórios (CEM) foi fundado numa década de significativa produção intelectual da Igreja por sua preocupação no cuidado pastoral com os migrantes. Essa produção global e continental serviu de base e motivação para a criação de um espaço de pesquisa científica para compreender melhor os processos de migração interna e externa.

As primeiras pesquisas desses religiosos, de acordo com Corrêa (2015), focaram nas péssimas condições em que mineiros e nordestinos viajavam para chegar à cidade de São Paulo e, depois, eram despachados para Ourinhos – SP. Era um trajeto desumano, que foi denunciado pelo jornal da Arquidiocese de São Paulo, o *São Paulo*, como um meio de visibilizar a realidade a que os migrantes eram submetidos, a fim de que se constituíssem políticas sociais para o acolhimento e assistência dos migrantes. O resultado do trabalho dos religiosos foi a criação do Centro de Estudos Migratórios (CEM).

Os religiosos transformaram o CEM num laboratório de pesquisa para ser o centro de referência intelectual, a partir da produção científica de estudantes comprometidos com a situação dos migrantes, da capacitação de agentes de pastorais sensíveis a essa realidade e também da formação dos próprios migrantes para integrá-los na sociedade⁵².

criminoso.

⁵¹ Para aprofundamento: Bento XVI (2009); CELAM (2007); Christus Dominus (1990); Compêndio... (1968); Conferência do Episcopado Latino-Americano (1979, 1992); Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1997); Francisco (2013, 2015, 2020); João Paulo II (1981, 1988, 1991); João XXIII (1961, 1963); Leão XIII (1891); Paulo VI (1967, 1969b); Pontifício Conselho Justiça e Paz (2005).

⁵² O Centro de Estudos Migratórios (CEM) é um centro de estudos migratórios scalabrinianos

Esse vasto trabalho do CEM possui um significativo acervo documental referente à sua própria história junto aos migrantes. Não se deve, porém, esquecer que essa entidade atuou em parceria com o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) e com a Casa do Migrante (CdM) durante um período de transformação das estruturas políticas do Brasil, tensionadas pelo surgimento de iniciativas sociais (Corrêa, 2015).

6.11 CENTRO PASTORAL E DE MEDIAÇÃO DOS MIGRANTES (CPMM)

Para fortalecer o trabalho de acolhimento aos migrantes, em 1977, os scalabrinianos criaram o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM). Essa entidade foi instituída em São Paulo a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, com o objetivo de acolher migrantes sul-americanos em busca de melhores condições de vida fora de seus países, dominados por ditadura militar, e para abrigar também a migração de brasileiros, em especial, o fluxo da população nordestina. A partir dessa finalidade, a entidade católica se tornou um referencial e aumentou a demanda de serviços prestados à comunidade migratória (Corrêa, 2015).

O CPMM opera como um mecanismo de motivação econômica, cultural e social para os migrantes, a partir dos serviços básicos prestados a eles, através do atendimento jurídico, saúde, formação e encaminhamento para uma equipe de profissionais: assistentes sociais, professores licenciados, psicólogos, advogados⁵³.

integrado com diversos países, fundado em 1969. Realiza pesquisas que visam compreender os fenômenos migratórios, analisar os fluxos, suas populações, culturas e as características das imigrações. Presta serviços aos agentes que atuam junto aos migrantes, bem como a estudantes, pesquisadores e agentes sociais. Todas as divisões do CEM, com suas especificidades, buscam um mesmo propósito: analisar, pesquisar, compreender e registrar as causas da imigração. Seus acervos documental, iconográfico, virtual e bibliográfico reúnem, em vários idiomas, revistas, documentos, fotografias, livros, artigos, dissertações e teses relacionadas à causa migratória. Integra-o também a Revista Travessia, publicada desde 1988, que reúne artigos, entrevistas e dados relacionados à mobilidade humana (Stefanelli, 2016, p. 261).

⁵³ O *setor de Capacitação e Cidadania* é responsável pela orientação de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados em sua habilitação profissional no Brasil. Para isso, encaminha esse público para aulas de língua portuguesa junto a parceiros, como para cursos profissionalizantes e universitários; *Casa do Migrante*: dormitórios femininos e masculinos, sala de TV, biblioteca, sala de reunião, brinquedoteca e lavanderia [...], alimentação, aulas de português, apoio psicológico e acompanhamento de assistentes sociais. Todos os moradores da casa recebem materiais de higiene pessoal e roupas. Ao longo do ano, são promovidas atividades na casa que estimulam a convivência, o intercâmbio cultural e a adaptação dos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados

A instituição CPMM, com a colaboração de voluntários, continua abrigando os migrantes brasileiros e refugiados, especialmente os latino-americanos, que encontram dificuldades em seus processos de deslocamento. Essa colaboração voluntária do recurso humano mencionado facilita a comunicação com os migrantes, dialogando com eles em diferentes idiomas e proporcionando uma profunda sociabilidade por meio da integração de cada indivíduo na convivência social (Corrêa, 2015).

Com a constituição da Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM), os religiosos e os voluntários investiram na qualificação profissional dos migrantes, inserindo os recém-chegados na cidade de São Paulo em cursos profissionalizantes que visam o mercado de trabalho e com palestras de integração social para facilitar a participação deles na sociedade paulistana (Bomfim, 2010). Sobre a capacitação profissional do migrante para o mercado, explica o Entrevistado 3:

Então, nós fazemos uma preparação para o refugiado, para o imigrante e uma preparação para o empregador. Uma vez que ambos estão preparados, há o oferecimento da vaga de emprego. Tudo bem claro, escrito, localização, função, salário, benefícios. Tudo para a pessoa entrar e sair (Entrevistado 3, 2022).

Essa iniciativa de preparação profissional dos migrantes, realizada pela Missão Paz, que se tornou um programa de trabalho, influenciou e atraiu parceria de algumas entidades nacionais, empresas, financiamento de organismos

à nova vida, incluindo palestras formativas, encaminhamento para cursos profissionalizantes, atividades de lazer e comemorações festivas; O *setor Jurídico* presta serviço de orientação e assistência jurídica gratuita aos imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas. Para além dos esclarecimentos sobre regularização migratória, o setor atua em outros campos do Direito, auxiliando em questões trabalhistas, familiares e previdenciárias, entre outras; O *Programa Trabalho* é responsável pela inserção laboral de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho brasileiro, em especial, na região central e metropolitana do Estado de São Paulo. O *setor de Saúde* oferece atendimentos especializados conforme a disponibilidade de seus profissionais voluntários, a fim de promover o bem-estar físico e psíquico dos imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados. Além disso, orienta a população migrante e refugiada sobre o seu direito à saúde como o seu acesso ao Sistema Único de Saúde brasileiro – SUS. O setor de Saúde conta também com atividades integradas e com parcerias pensadas na integridade e desenvolvimento de crianças, adolescentes, homens, mulheres, idosos e pessoas LGBTQIAP+; e o *setor de Serviço Social* atende demandas espontâneas de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, como membros da comunidade do Glicério. Suas profissionais acompanham e mediam casos individuais ou coletivos, orientam o público migrante no acesso à políticas públicas sociais e monitoram a distribuição de doações. O serviço social está aberto a escutar as famílias e indivíduos e, juntos, encontrar uma solução (Missão Paz, 2022).

internacionais, como as Nações Unidas, pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), como explica o Entrevistado 1:

Então nós chamamos de programa trabalho, que nasce com os haitianos em 2012, onde no início era um fluxo bastante espontâneo. Agora é mais estruturado. As empresas vêm para contratar imigrantes e refugiados. Só que criamos uma. Estava esquecendo que esta é financiado pelas Nações Unidas, pela Acnur. Então esta metodologia até o processo foi pioneira em São Paulo, mas também no Brasil inteiro (Entrevista 1, 2022).

Em 1978, as atividades da AVIM foram realocadas para a Paróquia Nossa Senhora da Paz, lugar em que havia mais capacidade estrutural para acolher os migrantes e garantir-lhes a sobrevivência material, como moradia, alimentação e convivência fraterna. Esse novo espaço para os migrantes se tornou a Casa do Migrante, localizada no bairro do Glicério, no centro da cidade de São Paulo (Bomfim, 2010).

6.12 CASA DO MIGRANTE (CDM)

Em 1978, os padres scalabrinianos fundaram a CdM, como uma base de apoio para acolher os migrantes, com a colaboração de voluntários, que se solidarizaram com a situação dessas pessoas que procuraram o Brasil como uma oportunidade de sobrevivência material. De acordo com Corrêa (2015), religiosos, estudantes e leigos católicos criaram a Associação de Voluntários pela Integração do Migrante (AVIM), no bairro do Ipiranga, São Paulo, como meio de concentração e de acolhimento pelas equipes de trabalho voluntário e religioso.

A manutenção da sobrevivência material dos migrantes e refugiados, atendidos pela Missão Paz, acontece por meio da parceria entre a congregação religiosa, poder público e outras frentes da sociedade civil, como se observa na fala do Entrevistado 1:

Então, a prefeitura não entendia. Foi feita uma parceria por um pouco de tempo. Depois foi cortado. É melhor se virar. Teve que fazer este tipo de parceria. Com que a Casa toda, todo projeto faz para manter o funcionamento. O acolhimento desses imigrantes. A congregação investe na Missão Paz R\$ 1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais) a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) por aí por ano. Depois, tem projetos como a Fundação Rosa Luxemburgo, com a fundação Inditex, com a fundação Laudes Foundation e doações de pessoas físicas. Então, assim se chega um bolo ao redor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos

mil reais) para manter por um ano. E, doações: tem gente que doou alimento. Temos cinco supermercados que dão a fruta, verdura. Então todas estas doações são ajudas (Entrevistado 1, 2022).

Ao acolher os migrantes, a Casa do Migrante não faz distinção de classe, raça, gênero, ideologia e religião. Nessa perspectiva, esse ambiente conta com múltiplos serviços. No que tange à recepção, são acolhidos em média 100 migrantes por período, com uma capacidade máxima para até 110 pessoas (Stefanelli, 2016).

Os abrigados podem permanecer na casa por um período de, aproximadamente, 90 dias, para reorganizarem as ideias, terem contato com o português, adaptarem-se com a alimentação, cultura, costumes, assistência, proteção e o apoio da Missão Paz (Stefanelli, 2016).

Segundo o Entrevistado 1, no ano de 2014, a vinda dos migrantes haitianos ao Brasil provocou uma mudança significativa na capacidade estrutural de acolhida dos migrantes: *“Tem nossa casa de acolhida com 110 vagas. No caso dos haitianos, fizemos uma opção naquele momento. Em 2014, aqui nós chegamos em 450. Se não, normalmente a nossa base seria 110”*.

A Casa do Migrante tem como objetivo principal contribuir para que os migrantes se sintam acolhidos no mais curto espaço de tempo. Também visam ajudá-los a organizarem suas ideias e a reestruturarem sua sobrevivência material para permanecerem no Brasil ou para retornarem aos seus países de origem (Stefanelli, 2016).

Essa preocupação católica paulistana com o acolhimento dos migrantes e refugiados, ao longo do século XX, estava em consonância com o Concílio Vaticano II, principalmente quando o Papa Paulo VI chamou a atenção sobre os impactos econômicos, políticos e culturais que a sociedade industrial provoca na vida dos migrantes (Paulo VI, 1969b). Isso serviu de inspiração para ampliar o trabalho da Missão no atendimento aos migrantes por meio da criação desse instrumento pastoral, a Casa do Migrante (CdM).

A Missão Paz, desde de sua criação, tem um longo período de atuação social em benefício dos migrantes. Foi, porém, a partir do ano de 2010, que adquiriu visibilidade política e reconhecimento social no cenário brasileiro, através dos meios de comunicação com o significativo fluxo de haitianos que vieram para o Brasil, provocado pelo terremoto que devastou Porto Príncipe, capital do Haiti e outras regiões do país (Corrêa, 2015).

Essa aquisição de visibilidade e o reconhecimento social da Missão Paz no cenário brasileiro, provocados pela vinda dos haitianos, têm o seu auge em 2014, momento significativo de acolhimento dos migrantes que optaram por São Paulo, foco da atração imigratória, como explica o Entrevistado 3:

Então, 2014, por exemplo, muitos haitianos estavam entrando em Brasileia, no Acre, e eles entraram por ali. A Polícia Federal já atendia ali mesmo. Eles já chegavam aqui em São Paulo. Com o protocolo de permanência migratória com CPF, carteira de trabalho, que na época era uma. A gente sabe onde resgatar e antes de ir para São Paulo. Muitos estavam em Santa Catarina e alguns foram para o Ceará. Muitos se estabeleceram no Ceará. Em 2014, deu uma cheia no Rio Madeira e ficou interditado. Ali ninguém entrava e nem saía. Então eles foram entrando, ficaram represados ali. O Acre entrou em estado de calamidade pública porque não tinha, não chegava comida, não chegava remédio, não tinha água potável. Estava uma coisa. Então aviões da Força Aérea Brasileira começaram a ir para Rio Branco para levar alimentos. Foi na semana da Páscoa. Então eu fui e foram dois voluntários comigo; outras pessoas também foram. A gente se revezava para receber esses imigrantes (Entrevistado 3, 2022).

São Paulo se tornou o grande foco de atração dos haitianos por causa de seu histórico de relação industrial com os migrantes de vários lugares do mundo e do próprio país. Na grande cidade paulistana, há empresas das mais diversas em busca de haitianos necessitados de trabalho, que lhes oferecem emprego em “restaurantes, frigoríficos, indústrias de alimentos processados, fábricas de roupas e sapatos” (Baeninger; Peres, 2015, p. 14).

É a partir da situação da sobrevivência material, econômica e cultural de cidadãos haitianos e da oferta de emprego das empresas que a Missão Paz entra em cena para dar assistência a esses migrantes desempregados, ou já empregados, auxiliando com moradia, alimentação, alfabetização, assessoria jurídica durante e depois de sua permanência na entidade religiosa (Baeninger; Peres, 2015).

Nesse contexto histórico, destaca-se a Missão Paz, com seu protagonismo social na acolhida dos migrantes, respeitando sua identidade cultural, política e religiosa, sem fazer distinção de indivíduos e sem proselitismo religioso. Esse caráter inclusivo de sua atuação política destaca-se, também, no trabalho socioeducativo com os migrantes, no combate ao racismo que impacta o funcionamento da entidade religiosa.

6.13 UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA ANTIRRACISTA

Estudos científicos, como o de Kabengele Munanga (2000), revelam que existe racismo⁵⁴ na sociedade brasileira, principalmente contra a população negra e migrante, que é submetida a uma série de discriminações raciais e de desigualdades socioeconômicas, chegando até à perda da vida⁵⁵. Isso mostra que o racismo interfere no processo de recepção dos migrantes negros, africanos e haitianos, que, possivelmente, sofrem violência cultural, moral, material e física.

De fato, no Brasil, migrantes negros, como africanos, afrodescendentes e haitianos, são submetidos, frequentemente, a situações concretas de extremas dificuldades, como humilhação e desrespeito a seus direitos básicos. Mesmo que sejam acolhidas por uma instituição como a Missão Paz, essas populações negras não são isentas de práticas racistas, inclusive de indivíduos que fazem algum tipo de caridade para a entidade religiosa em nome dos migrantes. É o que explica o Entrevistado 3:

Um dia, uma pessoa (benfeitora) me disse: Eu trouxe o leite em pó e fralda. Eu trouxe para os filhos dos sírios. Ela viu uma família negra perto dos sírios. Daí ela me perguntou se eu ia dar o leite para as crianças negras. Eu falei, então aqui as fraldas que a gente recebe, a gente recebe sem “alarme”. A gente vai entregar a doação para as pessoas que precisam (Entrevistado 3, 2022).

Isso acontece por causa do racismo, um elemento estrutural que atravessa as relações sociais e institucionais (Blue, 2014), fazendo parte da gênese identitária desse mesmo país (Silva, 2022). Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela equipe composta por diferentes profissionais busca, no princípio da educação, uma estratégia pedagógica para desenvolver novas perspectivas entre os migrantes e a sociedade paulistana no seu entorno. Centra-se no desenvolvimento de cada pessoa, com vistas a sua capacitação, participação como esfera programática de direitos sociais, objetivando a integração social das pessoas aos programas de

⁵⁴ Segundo Kabengele Munanga (2000, p. 24), o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Ainda segundo Munanga (2000), o termo racismo está ligado à categoria de raça. Para ele, “raça” é um conceito político e ideologicamente significativo, com funcionalidade categoricamente etno-semântico, construído a partir de uma política econômico-social de acordo com a estrutura de poder, em cada sociedade multirracal, que exerce a dominação e a exclusão nas relações multirraciais contemporâneas observáveis.

⁵⁵ No dia 24 de março do ano de 2022, o congolês Moïse Kabagambe foi brutalmente assassinado no

desenvolvimento proporcionados pelas entidades públicas e privadas.

O racismo, como elemento visível nas relações sociais, tem o poder apropriado por grupos que exercem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Decorrente da própria estrutura social, ele é concebido como o modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional (Almeida, C., 2018).

De fato, a presença do racismo pode ser percebida na estrutura da sociedade brasileira como um todo, que faz os próprios alvos de violência étnico-racial também racializarem outros considerados por eles como inferiores. Isso foi constatado em relatos de colaboradores profissionais da Missão Paz, ao mencionarem a discriminação racial entre alguns migrantes acolhidos pela entidade religiosa:

A discriminação racial é muito presente aqui na casa, tanto por parte dos moradores como da parte da sociedade civil em geral. Então a gente percebe o racismo aqui. Não só na absorção do mercado de trabalho, como as relações internas aqui da Casa do Migrante, na vivência deles (imigrantes) de sentarem numa mesa que tenha um negro. E daí tem algumas falas que sugerem muito isso o tempo todo. São os negritos, os de cor ou então atos e de gestos, fazendo esse sentido de colocar a pessoa nessa condição de menos valor, de que de ser um “menor”. A gente começa a perceber facilmente dentro da Casa do Migrante, atitudes de algumas pessoas de não querer usar o refeitório, os mesmos espaços, de não sentar próximo deles (negros) na área comum da casa, de trocar de quarto por conta própria, porque tem muito haitiano naquele quarto (Entrevistado 2, 2022).

Percebe-se que os migrantes brancos querem definir, na convivência da casa, os espaços sociais de cada indivíduo a partir das características externas, principalmente a partir da cor da pele, porque “o corpo negro não se separa do sujeito” (Gomes, N., 2017, p. 94). Esse fenômeno é uma das características estruturais presentes em várias culturas e sociedades, principalmente na mentalidade brasileira, pois, no Brasil, o fator que identifica o espaço social é a cor da pele, como marca racial, como explicam Florestan Fernandes e Roger Bastides:

A cor foi, portanto, selecionada como a marca racial que 'serve' para identificar socialmente os negros [...]. Ela passou a ser um símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se 'pode' presumir a situação de indivíduos isolados, como *socius* e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma raça (Bastide; Fernandes, 1955, p. 70).

Essa discriminação racial é praticada pelos migrantes brancos que apresentam resistência para conviver com os negros. Contudo, nas entrevistas que realizamos na Missão Paz com profissionais que trabalham na referida instituição, foram evidenciados por esses indivíduos relatos de práticas racistas que acontecem, também, nas relações entre os migrantes negros, africanos e haitianos:

Os africanos e os haitianos são bem diferentes. O africano chega aqui e ele fala nitidamente: eu sou o berço do mundo, eu tenho linhagem. Eu sou superior, não a nós, brasileiros, mas, por exemplo, aos caribenhos. Então, se você colocar um haitiano, o africano, ali na sala de espera, o haitiano chegou primeiro. Mas o africano já circula ali naturalmente, tentando passar na frente. E eu não deixo, porque se você os deixar sozinhos, naturalmente os caribenhos se encolhem e os africanos se impõem (Entrevistado 3, 2022).

Essa mentalidade de superioridade dos africanos em relação aos haitianos é resultado de uma crença cultural que gera, nas relações dos próprios migrantes negros, hierarquização de um grupo e opressão de outro, como é analisado na percepção profissional do entrevistado:

O africano diz que o haitiano tem que saber o lugar dele no mundo, e o lugar dele no mundo é subalterno, pensa o africano. Os africanos dizem: "Gente dos nossos ancestrais eram reis: Eles eram os verdadeiros donos da terra". Então, eles acreditam que têm uma linhagem nobre e são o berço do mundo (Entrevistado 3, 2022).

Ao analisar essa relação de hierarquização dos africanos sobre os haitianos, percebe-se que há uma tentativa de concretizar uma mentalidade de privilégio orientada por uma crença ideológica de "estratificação social", proporcionada, implicitamente, pela cultura milenar considerada "berço da humanidade" (Hasenbalg, 2005)

Essa atitude racista dos africanos contra os haitianos é resultado do racismo cultural. Esse fenômeno discriminatório se pauta no diferencialismo que se expressa no caráter simbólico, realizado numa transmutação ideológica valorativa, da passagem da inferioridade biológica à diferença cultural na legitimação de um

discurso de discriminação racial, que tem como objetivo negar a língua, valores morais, religião, tradições e costumes de uma determinada população (Wieviorka, 2007).

O relato sobre as relações entre migrantes africanos e haitianos deixa evidente que “o racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade” (Gomes, 2017, p. 98).

Diante desse fator complexo, a Missão Paz, por meio de seus gestores (religiosos) e colaboradores profissionais, revela-se interessada em discutir e trabalhar a questão racial, sobretudo nas relações sociais internas, para combater as práticas racistas já mencionadas que acontecem na mesma entidade religiosa.

Os padres responsáveis pela Missão Paz realizam um trabalho educativo de combate ao racismo com os funcionários que atendem os migrantes. Essa iniciativa dos religiosos envolve todo o corpo de colaboradores, independentemente da cor da pele e da função que ocupam na instituição, como relatou o Entrevistado 2:

Com relação ao racismo, os padres da Missão Paz fazem um trabalho que eu vejo. É um trabalho de trazer a equipe junto, seja a faxineira que é negra, seja assistente social, que é negra, seja qualquer um de nós (brancos), em toda e qualquer pauta de reunião. A instituição defende isso o tempo todo em atitudes, em conversas e em reuniões (Entrevistado 2, 2022).

Tal afirmação revela que os padres da Missão Paz têm consciência racial e noção de que “saber que o racismo existe não significa compreendê-lo, do mesmo modo que nomear um fenômeno não significa saber o que ele é, como funciona ou como afeta suas vítimas” (Souza, 2021, p. 15).

As reuniões realizadas na Missão Paz funcionam como um espaço democrático, no qual todos podem se expressar através da fala, como um recurso que possibilita o reconhecimento político de cada indivíduo, que é considerado parte constitutiva dessa instituição.

Nas nossas reuniões, você permite que as pessoas falem. Às vezes por setor ou por situação. Às vezes, um diálogo ou um bate papo em que se é permitido, sim, que todos possam falar favorece muito a não discriminação. Você dá voz para quem? Para quem possa ter necessidade de falar (Entrevistado 2, 2022).

Os profissionais também utilizam as reuniões como estratégias pedagógicas

para mediar o conflito racial existente nas relações dos migrantes, como é mencionado nesta fala: *“Eu tento mediar esses conflitos, trazendo dinâmicas, trazendo falas, principalmente nos momentos em que a gente faz uma reunião com eles”* (Entrevistado 2, 2022).

As reuniões são dinâmicas e também inclusivas, porque possuem um caráter multicultural, que proporciona o envolvimento e a colaboração de uma diversidade étnica e dialoga a partir da cooperação mútua provocada pelas estratégias dos profissionais da Missão Paz:

Nós temos reuniões rápidas e pontuais, que geralmente se faz um pouco antes ou minutos antes de abrir o refeitório, porque é o horário em que a maioria das pessoas estão dentro da casa. Enquanto eu vou fazer alguma fala, eu trago o africano, eu trago o afegão para cada um venezuelano, um marroquino que fala outro idioma e faça com que essas pessoas traduzam a minha fala e eu dou voz para que todos possam falar (Entrevistado 2, 2022).

Os profissionais da Missão Paz utilizam momentos cotidianos, de forma pedagógica, para a inclusão social e trabalhar a questão racial. É um dos métodos que encontraram para trabalhar o combate ao racismo, porque esse espaço material é o lugar geográfico comum frequentado por todos os migrantes, explica o Entrevistado 2:

Existe um processo pedagógico que é fazer com que cada um colabore e motive todos na casa. Então eu vou te dar o exemplo do refeitório, que é o mais presente. Então, exemplo na hora do almoço a gente pede que dois afegãos, um venezuelano, um haitiano, um africano façam a limpeza: um limpa a mesa, um limpa o chão, um lavar louça, outro seca. Isso faz com que as pessoas tenham essa vivência e quebra um pouco dessa ideia de que eles são diferentes ou que estão numa posição diferenciada. Então eu sempre faço essa fala com eles nesse sentido, no sentido de justiça, igualdade social (Entrevistado 2, 2022).

É perceptível, nesse processo pedagógico da Missão Paz, materializado nas reuniões e na convivência no refeitório, a presença de uma inclusão social entre diversidade de pessoas por causa desse visível processo que gera interação social entre os migrantes, com a finalidade de combater o racismo entre esses mesmos indivíduos, gerando sua socialização no espaço interno da instituição religiosa. Os efeitos desse tipo de ação educativa provocados pelos diferentes profissionais influenciam “a maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta” (Abreu; Cardoso,

2009, p. 3).

Os profissionais da Missão Paz compreenderam que a participação dos migrantes nas reuniões e no refeitório é resultado de “determinados impulsos” (Simmel, 2006, p. 59), como a necessidade de diálogo e de convivência, a partir da alimentação, algo comum a todos os indivíduos: matar a fome.

As interações, além de proporcionarem, sobretudo, a unidade desses grupos etnicamente diversificados, são os instrumentos pedagógicos escolhidos pela Missão Paz como recursos válidos para combater o racismo entre os migrantes.

A análise da atuação social da Missão Paz possibilita a percepção de que as condutas dos atores sociais são comumente moldadas por fatores reconhecidos pelos próprios agentes, levando-os a reconhecerem “suas reservas de conhecimento social” (Giddens, 2000), que mobilizam sua conduta. Por isso, há um “conhecimento tácito que é habitualmente utilizado no desempenho de sequências de conduta” (Giddens, 2000, p. 17).

Essa é a consciência prática, que resulta das estruturas sociais e que faz a entidade religiosa ser um agente capaz de atuar em diferentes situações junto aos imigrantes, principalmente dos negros, africanos e haitianos, para defender e salvaguardar os direitos desses indivíduos. De modo geral, as práticas sociais da Missão Paz são situadas, e isso faz com que o agenciamento dos atores sociais se manifeste como intervenção criativa e transformadora no decorrer do processo de acontecimentos no tempo e espaço, historicamente localizados (Giddens, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos na pesquisa possibilitaram estudar e analisar sociologicamente a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes, seu trabalho educativo no combate ao racismo, de modo particular, nas suas atividades internas em benefício dos migrantes desde o ano de 1940, em São Paulo.

O foco central da investigação incidiu sobre o racismo, fenômeno social presente na sociedade brasileira, que interfere no processo de recepção dos imigrantes negros, africanos e haitianos, proporcionando a esses indivíduos violência física, moral, cultural e exploração de sua mão de obra em trabalhos com condição análoga à escravidão.

Constata-se como aspecto de suma importância a necessidade de mais estudos científicos que examinem analiticamente a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes. Seu trabalho político remete a questões angustiantes tanto para a Igreja quanto para a sociedade, como é o caso do racismo, abordado conceitualmente, através de sua implicação histórica nas ações da Igreja Católica em relação à população negra, buscando compreender suas perspectivas individual, institucional e estrutural, que contribuem para a rejeição dos haitianos, migrantes negros.

Em vista disso, a pesquisa priorizou o racismo, não se limitando às subjetividades individuais, mas visando ao funcionamento da sociedade brasileira, que aponta, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios, a partir da raça, sem apoio científico e ideológico, para justificar atos discriminatórios. Observa-se, que se julga suficiente a garantia da tradição para manter a dominação do branco que seria superior sobre o negro supostamente inferior, principalmente em relação aos migrantes haitianos.

No Brasil, como foi relatado na bibliografia e na pesquisa de campo, os haitianos são submetidos frequentemente a situações concretas de extremas dificuldades, como humilhação e desrespeito em seus direitos básicos, principalmente aqueles indivíduos que estão em situação irregular, como muitos que se encontram em processo de demanda de refúgio na sociedade brasileira. Isso acontece por causa do racismo, um elemento estrutural que atravessa as relações sociais e institucionais.

Nessa perspectiva, além das dificuldades inerentes aos migrantes, eles são forçados a enfrentar a discriminação racial para sobreviverem. Contudo, muitos não estão e não são preparados para este fenômeno complexo, além daqueles problemas enfrentados pela maioria dos migrantes. É evidente a existência de meios e tentativas de negação à existência do racismo. Todavia o problema está entranhado na estrutura social, como na política, economia e justiça e profundamente arraigado no cotidiano das relações sociais.

O racismo se revela como um mecanismo visível nas relações sociais, que o poder apropriado por pessoas que exercem a dominação sobre as organizações política, econômica e religiosa da sociedade. Por isso o racismo é um fenômeno decorrente da própria estrutura social, interpretado como fato “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares da sociedade em geral.

A bibliografia apresentada nesta pesquisa sobre a situação dos haitianos revela a não acolhida plena do Brasil a estes cidadãos migrantes, dado que, o fato de possuírem a cor da pele escura lhes impõe, automaticamente, dificuldades incomensuráveis. Porém, supõe-se que, para outras nações, o Brasil é um país considerado acolhedor, graças ao “mito da democracia racial”, que prega a inclusão racial. O que atualmente não se vivencia no Brasil, porque realidade nacional recebe aqueles que outrora eram considerados indesejados para seu desenvolvimento, enquanto nação.

Diante dessa realidade complexa, a migração atual no Brasil, apresenta-se com inúmeros desafios, sobretudo para os migrantes e refugiados provenientes de países em que a população é majoritariamente negra, como do Haiti. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira é provocada a dar respostas não apenas para as urgências da população negra nativa, com a sua diversidade cultural, mas, atualmente para milhares de haitianos, que apresentam também, outra diversidade, outras culturas que começam a fazer parte de seu funcionamento nacionalmente conflituoso.

Nesse quadro, racismo e migração são fenômenos fundamentais para o trabalho investigativo da academia, tendo em vista que a atuação acadêmica tem um compromisso social com o debate político-público, como meio de ajudar a sociedade a refletir sobre a realidade dos haitianos no Brasil. Assim, possibilita encontrar soluções para criar políticas públicas que possam atender e integrar essa população

na convivência social de maneira justa e mais equânime, como a Missão Paz procura fazer a partir de sua atuação social em benefício dos migrantes.

A atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes haitianos é objeto de pesquisa científica (Bourdieu, 2007), principalmente em seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nos trabalhos internos com os migrantes. Por isso, de acordo com os dados recolhidos na pesquisa, a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento dos migrantes haitianos suscita questões complexas e profundamente relevantes para o debate sobre o racismo, a discriminação racial, o preconceito, a desigualdade racial na sociedade brasileira.

Esta pesquisa mostrou também que a Missão Paz realiza atividades socioeducativos em benefício dos migrantes, inspirado pelo trabalho de religiosos (padres), colaboradores profissionais e voluntários que subvertem o sistema racista e criam metodologias inclusivas, sob uma perspectiva antirracista, multicultural e em harmonia com os direitos básicos do migrante, principalmente dos haitianos. Tudo isso na busca de melhores soluções de inserção dos migrantes na sociedade, de modo que grupos étnico-raciais não sofram racismo, a partir de preconceitos, violência física, moral, cultural, política e religiosa.

Demonstrou-se ainda nesta pesquisa que a Missão Paz, instituição religiosa católica, pode ser investigada por diferentes áreas do saber e suas epistemologias, porque a atuação dos religiosos (padres) e dos profissionais (advogados, assistentes sociais, educadores licenciados e psicólogos). Ela expressa e atua com estratégias pedagógicas nas relações políticas e sociais, implementando, por meio do diálogo, reuniões, refeição e interação entre os migrantes, constituindo e consolidando um processo de educação que visa promover a tomada de consciência dos direitos e combater o racismo, seja entre os sujeitos atendidos, seja na sua relação com a sociedade brasileira.

Portanto, a atuação social da Missão Paz, no processo de acolhimento e de inserção dos migrantes no Brasil, de modo particular, em São Paulo, como mecanismo de combate ao racismo, pode ser interpretada pela análise sociológica, como produtor e articulador de saberes construídos, por um coletivo não hegemônico e contra-hegemônico, materializado nas relações sociais. Por isso, essa pesquisa pretende, assim, trazer para o campo da sociologia o debate sobre as contribuições sociais da Missão Paz no acolhimento aos migrantes haitianos, como

meio de combate ao racismo sofrido por eles, buscando considerar as lutas antirracistas sob prismas ainda pouco estudados nas histórias oficializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Natal: CFESS, 2009. p. 593-608. Disponível em <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

ACNUR - NAÇÕES UNIDAS. ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DOS DIREITOS HUMANOS. **Deslocamento forçado atinge novo recorde em 2022, e ACNUR pede ação conjunta**. São Paulo, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao>. Acesso em: 5 jul. 2024.

ACNUR - NAÇÕES UNIDAS. ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DOS DIREITOS HUMANOS. **Papa Francisco visita migrantes e refugiados na ilha italiana de Lampedusa**. São Paulo, 8 jul. 2013. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/papa-francisco-visita-migrantes-e-refugiados-na-ilha-italiana-de>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Haitianos no Brasil e a sua relação com a comunicação, o consumo e o trabalho**. São Paulo: Paulus, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Cíntia. O 20 de novembro e o negro no Brasil de hoje, por Kabengele Munanga. **GGN**, São Paulo, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/sociedade/o-20-de-novembro-e-o-negro-no-brasil-de-hoje-por-kabengele-munanga/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

AMBROZIO, Cláudio. João Batista Scalabrini e sua atuação junto aos migrantes. **Travessia: revista do migrante**, [S. l.], n. 30, p. 42-45, jan./abr. 1998.

ARAUJO, Jurandy Azevedo. **Pastoral afro-brasileira: um olhar sobre a caminhada da Pastoral Afro-Brasileira da CNBB (PAB)**. Brasília: CNBB, 2008. Disponível em: www.cnbb.org.br/arquivo/images/arquivos/files/. Acesso em: 15 mar. 2018.

ARAÚJO, Siméia de Mello; PIMENTEL, Sílvia (org.). **Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências**. São Paulo: EDUC, 2020.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: o anti-semitismo, instrumento de poder: uma análise dialética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. SOS português: imigração haitiana em São Paulo. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS CAXAMBU*, 39., Caxambu, 2015. **Anais [...] Caxambu: ANPOCS, 2015.**

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BAPTISTA, Ronaldo Pimentel. A Pastoral Afro-Brasileira e a Campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica. **Revista Educere et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 599-610, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12600>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BARRETO, Gustavo. Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Cesar Sandon. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 27 ago. 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/546183-racismo-contra-imigrantes-no-brasil-e-constante-diz-pesquisador>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BARROS FILHO, José Duarte de. **Por que o Vaticano é um território independente da Itália?** 2021. Disponível em: <https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/por-que-o-vaticano-e-um-territorio-independente-da-italia>. Acesso em: 18 set. 2025.

BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?: equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica Caritas in Veritate**: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Vaticano, 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 20 mar. 2020.

BESEN, José Artulino. **História da igreja no Brasil: o evangelho acolhido pelos pobres**. São Paulo: Mundo e Missão, 2012.

BLUE, Lilly. **Refugiados: haitianos Missão Paz**. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (18m 36s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xx7QIV2WnPU&ab_channel=LillyBlue. Acesso em: 8 set. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOFF, Leonardo. **Seleção de textos militantes**. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOMFIM, Leila Aparecida. **Sistematização da memória pastoral dos migrantes**

da Missão Paz Scalabriniana Nossa Senhora da Paz. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios (CEM), 2010.

BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho. **Axe, Madona Achiropita!**: presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da Igreja Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo. São Paulo: Pedro & João Editores, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Haiti.** Brasília, 3 jul. 2014. Disponível em: [BROD, Klaus Van Der Grijp; HOORNAERT, Eduardo Azzi. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 383-401.](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-haiti#:~:text=O%20relacionamento%20bilateral%20%C3%A9%20marcado,)%2C%20entre%202004%20e%202017. Acesso em: 20 jun. 2024.</p></div><div data-bbox=)

CANDATEN, Analita. **Scalabrinianas por um mundo sem fronteiras.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://scalabrinianas.org/dados-gerais-sobre-a-congregacao/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Sociologia e sociedade pós-industrial**: uma introdução. São Paulo: Paulus, 2007.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília (coord.). **Imigração e refúgio no Brasil**: relatório anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Série Migrações. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G. **Relatório anual 2021**: 2011-2020: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. Brasília: OBMIGRA, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023** - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral

de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Documento de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1979.

CELAM – CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio**: conclusões de Medellín. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

CELAM - CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência do Episcopado latino-americano e do Caribe. São Paulo: CNBB, Paulus, Paulinas. 2007.

CHRISTUS DOMINUS. **Decreto do Concílio Vaticano II**: sobre o múnus pastoral dos bispos na igreja. São Paulo: Paulinas, 1990.

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A missão da Pastoral Social**. Brasília: CNBB, 2008.

CNBB REGIONAL OESTE 2. **Exortações apostólicas transmitem ensinamentos e animam fiéis a vivê-los plenamente**. Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://www.cnbbo2.org.br/exortacoes-apostolicas-transmitem-ensinamentos-e-animam-fieis-a-vive-los-plenamente/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COMPÊNDIO do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **III Conferência Geral**. Puebla: a evangelização no presente e no futuro. Petrópolis: Vozes, 1979.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

CORRÊA, Flávio Alcinei. **História e atuação da Missão Paz em São Paulo**: a religião como meio de assistência para a inserção do migrante na sociedade. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUSTODIO SOBRINHO, Juliano. "A escravidão está condenada pela religião": católicos e presbiterianos no contexto da abolição (Minas Gerais, 1886-1888). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 217-240, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v32n66/2178-1494-eh-32-66-217.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. São Paulo: LTr, 2015.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista**: sejamos antirracistas. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DIAS, Gustavo (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: EDUC, 2020.

DIREITOS humanos: Racismo contra Imigrantes. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (8m 52s). Publicado pelo canal Canal Preto. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t3AhNSiL6Ck&ab_channel=CanalPreto. Acesso em: 30 abr. 2022.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 1 fev. 2020.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social. São Paulo, Atlas, 2005.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FONSECA, Igor Ferraz. Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o programa de combate ao racismo institucional e o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Social. **Planejamento de Polícias Públicas**, Brasília, n. 45, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/467/380>. Acesso em: 1 set. 2021.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***: sobre a fraternidade e a amizade social). Vaticano, 2020. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si'***: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Viagem a Lampedusa (Itália)**. Vaticano, 2013. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html. Acesso em: 30 jul. 2024.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. São Paulo: Geledés, 2013. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura**: agência e estrutura. Oeiras: Celta, 2000.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Unesp, 2016.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GOHN, Maria da Glória da (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigo e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória da (org.). Movimentos sociais na contemporaneidade: a relação movimentos sociais e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GrDRSXxGZLLqDthNFY9Wpqt/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2017. Disponível em: <http://petdireito.ufsc.br/wp->

content/uploads/2017/03/03-Kabengele-Munanga-e-Nilma-Lino-Gomes-O-negro-no-Brasil-de-hoje.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

GONÇALVES, Alfredo J. **Mobilidade humana na doutrina social da igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1>. Acesso em: 2 fev. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octávio. Globalização e diversidade. *In*: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Migrações internacionais**: herança XX, agenda XXI. Campinas: FNUP; São Paulo: Oficina, 1996.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBGE. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Uma%20an%C3%A1lise%20das%20linhas%20de,pardos%2C%2038%2C4%25>. Acesso em: 21 set. 2024.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Papa afirma que ajudar imigrantes é como ‘acolher Deus’**. Brasília, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/papa-afirma-que-ajudar-imigrantes-e-como-acolher-deus/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEA analisa impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia na economia mundial e brasileira**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11499-ipea-analisa-impacto-da-guerra-entre-russia-e>

ucrania-na-economia-mundial-e-brasileira?highlight=WyJjb21cdTAwZTlyY2lviwiZXh0ZXJpb3liLCJleHRlcmlvciciLCJjb21cdTAwZTlyY2lviGV4dGVyaW9yIl0=. Acesso em: 10 abr. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica *Laborem Exercens***. Sobre o trabalho humano no 90º aniversário da Rerum Novarum. Vaticano, 1981. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis***. Sobre o vigésimo aniversário da encíclica Populorum Progressio. Vaticano, 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis***. Sobre a solicitude social por ocasião do vigésimo aniversário da Populorum Progressio. São Paulo: Loyola, 1988.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta para o dia mundial do migrante**. Vaticano, 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_19791201_world-migration-day-1979.html. Acesso em: 9 abr. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Encíclica *Centesimus Annus***. Sobre centenário da Rerum Novarum. Vaticano, 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Mater et Magistra***. Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Vaticano, 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 11 mar. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Pacem in Terris***. Sobre a paz entre os povos. Vaticano, 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 11 mar. 2024.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos**: revista de estudos sobre migrações, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866. Acesso em: 25 maio 2024.p

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; LEMOS, Sarah F. (org.). **Refúgio em números 2023**. Brasília: OBMIGRA, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Sobre a condição dos operários. Vaticano, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 11 mar. 2024.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia**: perfil, enfoques, tarefas. São Paulo: Loyola, 1996.

LORSCHIEDER, Aloísio. **A caminho da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho**: retrospectivas históricas. São Paulo: Santuário, 2006.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LULA fala sobre Haiti e cobra cooperação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200422.htm>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARCELINO, Bernadete Alves de Medeiros. Comunidades religiosas e redes migratórias: o caso dos haitianos no Brasil. **Travessia**: revista do migrante, São Paulo, v. 1, n. 92, 2021. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1017>. Acesso em: 9 out. 2024.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira. **Travessia**: revista do migrante, São Paulo, v. 88, p. 75-86, 2021. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/955>. Acesso em: 10 set. 2024.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**: revista de ciências sociais, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

MIRANDA, Mario França de. **A Igreja numa sociedade fragmentada**. São Paulo: Loyola, 2006.

MISSÃO PAZ. **Mais de 80 anos ao lado dos migrantes e refugiados**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://missaonspaz.org/>. Acesso em: 27 maio 2024.

MOÏSE Kabagambe: o que se sabe sobre a morte do congolês. **G1**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.gh.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

MONTENEGRO, Carolina. “Estamos cansados de contar corpos”: o drama dos migrantes três anos após naufrágio de Lampedusa. **G1**, São Paulo, 3 out. 2016.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/estamos-cansados-de-contar-corpos-o-drama-dos-migrantes-tres-anos-apos-naufragio-de-lampedusa.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, fev. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, 1990. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111217>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autentica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 10 maio 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Após nova tragédia em Lampedusa, ONU pede ação para proteger direitos dos migrantes**. Brasília, 12 out. 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/63982-ap%C3%B3s-nova-trag%C3%A9dia-em-lampedusa-onu-pede-a%C3%A7%C3%A3o-para-protoger-direitos-dos-migrantes>. Acesso em: 25 mar. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NUSSBAUM, Martha. Las capacidades de las mujeres y la justicia social. **Debate Feminista**, Coyoacán, v. 39, p. 89-129, abr. 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42625546>. Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, Camila Morais de. **A gênese da pastoral afro (PAB) e sua articulação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

OXFAM BRASIL. A participação de mulheres negras na política importa! Entenda os motivos. **Oxfam Brasil**, São Paulo, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-na-politica/>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PARISE, Paolo. Imigração no Brasil: os desafios sociais e éticos. *In*: BAGGIO, Fábio; PARISE, Paolo; SANCHEZ, Wagner Lopes. (org.). **Mobilidade humana e identidades religiosas**. São Paulo: Paulus, 2016.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PAZ. **Missão paz**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://missaonspaz.org/parouquia-nsa-da-paz/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio*: apostolicae Caritatis**. Vaticano, 1970. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19700319_apostolicae-caritatis.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio*: Cura Pastoralis Migratorum**. Vaticano, 1969a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19690815_pastoralis-migratorum-cura.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica *Octogesima adveniens***. Vaticano, 1971. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica *Pastoralis Migratorum***. Vaticano, 1969b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/la/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19690815_pastoralis-migratorum-cura.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica *Populorum Progressio***. Sobre o Desenvolvimento dos Povos. Vaticano, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

PEIXOTO, Fabrícia. Lula diz que situação no Haiti é “pior do que imaginava”. **BBC News Brasil**, Brasília, 25 fev. 2010a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/02/100225_lula_haiti_fa_cq. Acesso em: 25 jun. 2024.

PEIXOTO, Fabrícia. Lula pede a Obama reunião de países empenhados na ajuda ao Haiti. **BBC News Brasil**, Brasília, 13 jan. 2010b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100113_haiti_obama_lula_np. Acesso em: 25 jun. 2024.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PIO XII, Papa. **Constitutio Apostolica Exsul Familia de Spirituali Emigrantium Cura**. Vaticano, 1952. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/la/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19520801_exsul-familia.html. Acesso em: 5 mar. 2024.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. Erga migrantes *Caritas Christi*. Instrução A Caridade de Cristo para com os Migrantes. 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html. Acesso em: 10 ago. 2025.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PÚBLIO, Hudson Leonardo Lima; GARCIA, Luiz Henrique Assis. (Re) percussões de “Missa dos Quilombos”. **Orfeu**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530403022018164>. Acesso em: 21 set. 2020.

PUC-CAMPINAS. **Nova encíclica do Papa Francisco defende fraternidade mundial**. Belo Horizonte, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/nova-enciclica-do-papa-francisco-defende-fraternidade-mundial/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

QUIJANO, Aníbal. “*Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*”. In: LANDER, Egardo. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RAMOS, Vanessa. “Fui asfixiado, não conseguia respirar”, denuncia haitiano agredido em fábrica da Brasil Foods. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/fui-asfixiado-nao-conseguia-respirar-denuncia-haitiano-agredido-em-fabrica-da-brasil-foods>. Acesso em: 20 maio 2022.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gozalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaio insólitos**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. **Trabalho e imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2012.

SANTOS, José Cristiano Bento dos. **A trajetória do Pe. Antônio Aparecido da Silva (Pe. Toninho), o fundador da Pastoral Afro-Brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2020.

SANTOS, José Cristiano Bento; LANZA, Fábio; LANZA, Liria Maria Bettiol. A atuação social da Missão Paz na acolhida dos migrantes e seu trabalho socioeducativo de combate ao racismo no Brasil. **Plura: revista de estudos de religião**, v. 15, n. 1, p. 85-107, 2024. Disponível em:

<https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2349>. Acesso em: 5 set. 2024.

SASSEN, Saskia. **Expulsões-brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAÚDE da população negra. **Boletim Temático da Biblioteca do Ministério da Saúde**, Brasília, v. 2, nov. 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCALABRINIANI. **CEM anos depois**: a missão dos leigos na emigração. Scalabriniani, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.scalabriniani.org/pt/c365-attualita/convegno-sulla-spiritualita-scalabriniana-copy/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SCALABRINIANOS. **3 lições do Papa Francisco sobre os refugiados**. Roma: Scalabriniani, 2022. Disponível em: <https://scalabrinianos.com/blog/3-lico-es-do-papa-francisco-sobre-os-refugiados/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SCALABRINIANOS. **Cem anos depois**: a missão dos leigos na emigração. Roma: Scalabriniani, 2023. Disponível em: <https://www.scalabriniani.org/pt/c365-attualita/convegno-sulla-spiritualita-scalabriniana-copy/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan./mar. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uso e abuso da mestiçagem da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, 1996. Disponível em: <http://twixar.me/r6LK>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SELLA, Adriano. **Ética da justiça**. São Paulo: Paulus, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros**: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Porto Seguro, 2008. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigr

antes_estrangeros_a_trajet%C3%B3ria_de_uma_categoria_inc%C3%B4moda_no_campo_pol%C3%ADtico.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SIGNORELLI, Carlos. **O Vaticano II e a política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SILVA, Maicon Donizete Andrade. **A construção da identidade afro-descendente na Pastoral Afro**. 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/03/pastafrodescendente-1.doc>. Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, Antônio Aparecido (Pe. Toninho). **Elementos e pressuposto da reflexão teológica a partir das comunidades negras**. São Paulo: ATABAQUE–ASETT, 1997.

SILVA, Antônio Aparecido. Espiritualidade e negritude. **Grande Sinal**: revista de espiritualidade. Petrópolis, 1968.

SILVA, Cinthia Xavier da. **Imigração haitiana**: um estudo sobre o estabelecer do imigrante na cidade no contexto histórico e social de globalização. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unesp, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/87cb5e2b-4627-41d0-a3dc-e5f3002f20ab>. Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, Karine de Souza. O genocídio negro e o assassinato do refugiado africano Moïse Kabagambe: o retrato que o Brasil brancocentrado nunca quis revelar ao mundo. **Emporio do Direito**, [S. l.], 8 fev. 2022. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-genocidio-negro-e-o-assassinato-do-refugiado-africano-moise-kabagambe-o-retrato-que-o-brasil-brancocentrado-nunca-quis-revelar-ao-mundo>. Acesso em: 15 maio 2022.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo na terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Contradição das religiões nos anos de chumbo: do apoio à profecia. In: PANASIEWICZ, Roberlei; VITÓRIO, Jaldemir. **Espiritualidade e dinâmicas sociais**: memória – prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2014.

STEFANELLI, Mércia Maria Cruz. Missão paz: lugar de hospitalidade e Acolhimento aos i-migrantes na cidade de São Paulo, SP. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 8, n. 3, p. 255-270, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473550236002>. Acesso em: 5 set. 2021.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da Eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TERRAGNI, Giovanni. **Referências metodológicas**. Roma: Scalabrini International Migration Institute, 2020.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Porto, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/K3dggCcfJdy4xWB9DjpRc7C/?format=pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

TURNER, Jonathan H. **Sociologia**: conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.

UNICEF BRASIL. **Racismo e saúde mental**: da discriminação ao desgaste. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/racismo-e-saude-mental#:~:text=O%20tratamento%20negativo%20frequentemente%20direcionado,a%20ambiente%20hostil%2C%20violento%20e%20autorit%C3%A1rio>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.

VATICAN NEWS. **A ajuda do Papa às Filipinas e aos migrantes na fronteira com a Belarus**. Vaticano, 2022a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-01/papa-francisco-ajuda-filipinas-belarus-migrantes.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

VATICAN NEWS. **A profecia de Lampedusa**. Vaticano, 2022b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-07/papa-francisco-9-anos-viagem-lampedusa-profecia.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VATICAN NEWS. **Ajuda do Papa aos migrantes centro-americanos**. Vaticano, 2019a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-04/papa-francisco-ajuda-migrantes-fronteira-mexico-estados-unidos.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

VATICAN NEWS. **Papa Francisco no Marrocos**: toda a viagem em um minuto. Vaticano, 2019b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-04/papa-francisco-um-minuto-marrocos-papmar.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

VIANA, Marina. **Documentos oficiais da igreja contra a escravidão**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://www.apologistascaticos.com/index.php/magisterio/documentos-ecclesiasticos/decretos-e-bulas/506e-documentos-oficiais-da-igreja-contra-a-escravidao>. Acesso em: 23 maio 2020.

VILLEN, Patricia. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25762>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VOA PORTUGUÊS. **Papa Francisco doa meio milhão de dólares para migrantes bloqueados no México**. [S. l.], 27 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/papa-francisco-doa-meio-milh%C3%A3o-de-d%C3%B3lares-para-migrantes-bloqueados-no-m%C3%A9xico-/4894024.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VOHRA, Shyla et al. **Direito Internacional da Migração**: Glossário sobre Migração. Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 06 de out 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 2010. v. 2.

WEBER, Max. **Escritos políticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiros para entrevista

Roteiro para entrevista (haitianos)
(MIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO: ESTUDO SOBRE A MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA DOS MIGRANTES EM SÃO PAULO (2010 – 2023))

1) Identificação

- a. Nome
- b. Sexo
- c. Idade
- d. Local de nascimento

2) Trajetória profissional

- Como está a questão do trabalho?
- Como você se sente em seu trabalho?
- Como é o relacionamento com os colegas? Com os chefes?
- Se trabalha por conta própria, quais são os maiores desafios?
- Há alguém de sua família no Brasil que esteja trabalhando? Como está sendo a experiência dele/dela?
- Em relação ao trabalho, emprego, o que você gostaria de acrescentar?

3) Trajetória educacional

- Qual é a sua formação?
- Como foi a sua experiência escolar?
- O que significa para você a sua caminhada escolar?
- Qual é a formação dos membros de sua família?
- Há alguém estudando? Qual curso?

4) Sobrevivência material dos haitianos

- O que você sabia da cidade de São Paulo?
- Há quanto tempo está em São Paulo?
- Como você se sente aqui em São Paulo? Como você foi recebido pelos moradores de São Paulo? Como você é tratado(a) paulistanos?
- Quais foram as suas maiores dificuldades de adaptação ao novo lugar?
- Quando chegou aqui, estabeleceu-se sozinho ou procurou morar perto de outros conterrâneos que já haviam chegado aqui antes, para facilitar o processo de adaptação?
- Em seu país de origem, qual era a sua profissão, onde você trabalhava, que tipo de ocupação tinha lá, e qual era o valor da remuneração trabalhista?
- Que hábitos você continua mantendo do seu local de origem e que hábitos daqui você incorporou, desde que chegou?

5) Missão Paz

- Como você conheceu a Missão Paz? Como e quando você chegou até ela? Como foi a sua acolhida nessa instituição? Como você se sente ou sentiu sendo acolhido pela Missão Paz?
- Que ajuda a Missão Paz lhe oferece?

6) Questão racial

- Como você percebe a questão racial no Brasil?
- Você já vivenciou alguma situação relacionada ao racismo no Brasil?
- Você acha que existe racismo no Brasil?
- Você foi vítima de racismo quando chegou? Ainda é? Em que situações isso ocorreu ou ainda ocorre?

- Em seu trabalho, como é a sua relação com as pessoas que trabalham mais próximas de você?
- Você acredita que a sua cor pode influenciar nas relações pessoais e profissionais?
- Como você se sente em seu trabalho?
- Você já foi vítima de discriminação racial em seu trabalho?
- Você já teve dificuldades para encontrar trabalho por causa da cor de sua pele?
- Qual é a cor das pessoas que trabalham mais próxima de você?

Roteiro para entrevista (Colaboradores da Missão Paz)
(MIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO: ESTUDO SOBRE A MISSÃO PAZ NA ACOLHIDA DOS MIGRANTES EM SÃO PAULO (2010 – 2023))

1) Identificação

- a. Nome
- b. Sexo
- c. Idade
- d. Local de nascimento
- e. Cor (autodeclarada)

2) Trajetória profissional

- Qual é a sua profissão?
- Como você se sente em seu trabalho?
- Você já teve dificuldades para encontrar trabalho por causa da cor de sua pele?
- Você já perdeu uma oportunidade profissional, política ou voluntária por causa da cor de sua pele?
- Em seu trabalho e participação nos espaços coletivos atuais, como é a relação com as pessoas que são mais próximas de você?
- Qual é a cor das pessoas mais próxima de você?
- Você acredita que a cor das pessoas pode influenciar nas relações pessoais?

3) Trajetória educacional

- Qual é a sua formação?
- Como foi a sua experiência em relação à sua cor em sua vida escolar?

4) Migração

- Como define a questão dos migrantes no mundo?
- Como podemos perceber o “rótulo” de migrante em tempos de globalização?
- Quais são as principais causas que fazem as pessoas abandonarem seus países de origem?
- Trata-se de um problema político internacional?
- É possível estimar a atual população de migrantes no mundo? Em quais países eles mais se concentram?
- Qual a atual situação dos migrantes no Brasil?

5) Missão Paz

Quando e como você começou a trabalhar com migrantes?

Como é sua experiência no atendimento aos migrantes através da Missão Paz?

Como surgiu a ideia de criar a Missão Paz?

Quantos migrantes a Missão Paz acolheu no Brasil desde sua fundação?

Quando a Missão Paz começou a atender migrantes em São Paulo?

O atendimento inicial era reservado aos italianos? A abertura do atendimento para outras nacionalidades começou mais ou menos em que época?

Quais são as nacionalidades que a Missão Paz atende?

Para a Missão Paz onde começa e onde termina o acolhimento aos migrantes? Qual é a motivação do trabalho de acolhimento de migrantes que a Missão Paz realiza?

A Missão Paz tem informações sobre as vidas desses migrantes no seu país de origem? Eles contam um pouco, por exemplo, se trabalhavam lá, que tipo de ocupação tinham, ou quanto ganhavam como salário?

- Quais são os atendimentos que a Missão Paz oferece e o que tem como estrutura para isso?

- Qual é a sua relação com os imigrantes? Há diferença no acolhimento em relação ao gênero?

6) Sobrevivência material dos imigrantes

- Quais os motivos mais citados por eles e elas como razão de sua vinda para o Brasil? E o que dizem a respeito disso?

- Quais seriam as principais demandas dos migrantes aqui em São Paulo? Dos migrantes que passam pela Missão Paz? E há diferenças entre as demandas dos homens e das mulheres?

- E por que procuram a Missão Paz para serem acolhidos e atendidos?

7) Parceria pública e privada no atendimento aos imigrantes

- Há parceria do Estado com a Missão Paz no atendimento aos imigrantes?

- Existe uma parceria ou uma colaboração da Prefeitura? Em outras palavras, politicamente falando, sem o trabalho da Prefeitura, como ficaria o trabalho da Missão Paz? Há convênios com entidades privadas no atendimento aos migrantes?

- Quais seriam os principais parceiros, se é que existem, nos últimos tempos e que tipo de apoio vocês recebem deles?

- Qual o papel da Igreja Católica do Brasil para com os imigrantes, refugiados, repatriados e deslocados?

- Como tem sido a aceitação do trabalho da Missão Paz por parte da Igreja Católica, outras denominações religiosas e credos religiosos e, que tipo de apoio tem recebido delas?

- Como a Missão Paz avalia a política de acolhimento aos migrantes pelo Estado brasileiro?

8) Trabalho

- Quais são os ramos de atividades das empresas que contratam imigrantes? Em que setores a maioria dessas empresas que recrutam, que contratam imigrantes, atuam? E qual é a faixa salarial média?

- Nos processos de recrutamento de trabalhadores imigrantes, há lugar reservado para as mulheres? Quais cargos que elas ocupam? Dito de outro modo, as empresas, no processo de recrutamento, já chegam com alguma porcentagem ou determinados tipos de trabalhos reservados para mulheres?

9) Questão racial

- Como você vê a postura do Brasil em relação aos migrantes?

- Como os migrantes se sentem na Missão Paz e na sociedade civil? Eles já foram vítimas de discriminação racial?

- Os migrantes têm dificuldades para encontrar trabalho por causa da cor da pele e de etnia?

- Em seu trabalho, como é a relação com as pessoas que trabalham mais próximas dos haitianos?

- Eles acreditam que a cor e a etnia podem influenciar nas relações pessoais? Qual o significado do trabalho da Missão Paz para os imigrantes, que muitas vezes chegam aqui no Brasil sem perspectivas e sofrem muita discriminação racial?

- Qual a relação entre direitos humanos e migrantes? O que diz a legislação internacional para com as populações de migrantes?
- Quais os desafios para pensar a questão dos migrantes e dos refugiados nos dias de hoje?